



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS OEIRAS

Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração

Campus Oeiras

Aprovado em reunião do NDE, dia 11 de outubro de 2022

2022

COMISSÃO LOCAL RESPONSÁVEL PELA ADEQUAÇÃO DO PROJETO

Presidente: Prof. Esp. Leandro Rodrigues de Oliveira

Prof. Me. Sebastião Pereira do Nascimento

Prof. Marina Bezerra da Silva

Prof. Esp. Elizangela Batista Dias

Prof. Esp. Neydiane Pereira Lopes

Prof. Esp. Marcos Diego Barbosa de Meneses Ferreira

Prof. Esp. Thomson Esmeraldo Albuquerque Beserra

Prof. Me. Nathália Maria Lopes Dias

Prof. Dr. Paulo Henrique de Carvalho Bueno

Prof. Esp. Luís Carlos Barbosa de Oliveira

Prof. Esp. Robson Almeida Borges de Freitas

Prof. Me. Marcelino de Oliveira Fonteles

Prof. Me. Francisco Petrônio de Oliveira e Silva

Pedagoga Jacyara Caroline da Costa Osório

COMISSÃO DE READEQUAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO

EM ADMINISTRAÇÃO DO IFPI – 2022,

CAMPUS OEIRAS PORTARIA 45/2022 - DG-OEIRAS/CAOEI/IFPI, de 24 de junho de 2022

Presidente: Prof. Me. Wendel Carlos Carvalho Melo

Prof. Ma. Adália Correia de Oliveira

Prof. Me. Antonio Nilson Camelo

Prof. Dra. Marina Bezerra da Silva

Prof. Me. Wenceslau Almada Pessoa Neto

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
CAPÍTULO 1: PERFIL INSTITUCIONAL	7
1.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	7
1.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES	8
1.3 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	9
1.4 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTIDA	10
1.5 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CAMPUS	11
1.6 HISTÓRICO DO CAMPUS	11
1.7 ÁREA DE ATUAÇÃO	12
1.8 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	12
CAPÍTULO 2: PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO E ARTICULAÇÃO COM PPI E PDI	13
2.1 INSERÇÃO REGIONAL	14
2.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS	16
2.2 ESTRUTURAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS	20
2.2.1. Estruturação dos projetos pedagógicos de cursos superiores de graduação	22
2.3 FINALIDADES E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO	24
2.4 FORMAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	26
2.4.1 Sistema de Seleção Unificada (Sisu)	26
2.4.2 Chamadas Públicas	27
2.4.3 Portador de Curso Superior e Transferência Externa	28
CAPÍTULO 3: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	28
3.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO IFPI NO ÂMBITO DO CURSO	28
3.1.1 Políticas	31
3.2 OBJETIVOS DO CURSO	32
3.2.1 Objetivo Geral	32
3.2.2 Objetivos Específicos	32
3.3 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO	33
3.2.1 Contexto empresarial regional e determinantes para a implantação do curso de Bacharelado em Administração	42
3.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	46
3.5 CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL	48
3.6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	49
3.9.1 Prazos de Integralização	51
3.9.1. Síntese da Matriz Curricular	52
3.9.2. Matriz Curricular do Curso de Bacharelado em Administração	52
3.9.2.1 Matriz Curricular ordenada por disciplina	52

3.9.2.2	Matriz Curricular ordenada por módulos e modalidade de oferta	54
3.9.2.3	Disciplinas Optativas	57
3.9.2.4	Conteúdos complementares e interdisciplinares	58
3.9.2.4	Projeto Integrador de Curso	59
3.10	METODOLOGIA	60
3.10.1	Procedimentos metodológicos da oferta da carga horária das disciplinas ofertadas a distância	62
3.10.2	Interação professor formador, acadêmico e professor mediador.	63
3.11	AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	66
3.11.1	Avaliação da aprendizagem	67
3.11.2	Sistema de Avaliação do Curso de Bacharelado em Administração	68
3.11.3	Verificação de Aprendizagem em Segunda Chamada	69
3.11.4	Revisão da Verificação da Aprendizagem	70
3.12	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	70
3.12.1	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	71
3.12.2	Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade	72
3.13	APOIO AO DISCENTE	72
3.13.1	Políticas de Assistência Estudantil	72
3.13.2	Programas Universais	74
3.13.2.1	Alimentação Estudantil	76
3.13.2.2	Assistência à Saúde do Estudante:	76
3.13.2.3	Monitoria	76
3.13.2.4	Programas Institucionais de Iniciação Científica	77
3.13.2.5	Extensão	78
3.13.2.6	Visitas Técnicas	78
3.13.3	Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social	79
3.13.4	Mecanismos de Nivelamento	80
3.13.5	Estágio não obrigatório	80
3.13.6	Mobilidade Acadêmica	81
3.13.7	Acessibilidade	83
3.13.8	Profissionais Técnicos Especializados em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais	83
3.14	GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	84
3.15	ATIVIDADES DE TUTORIA	85
3.16	CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA	86
3.17	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	87
3.18	AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)	88
3.19	MATERIAL DIDÁTICO	88

CAPÍTULO 4: CORPO DOCENTE E TUTORIAL	89
4.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	89
4.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	91
4.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR	92
4.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO	93
4.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO	94
4.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	95
4.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE	97
4.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR	98
4.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	99
4.10 TITULAÇÃO E EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DOS PROFESSORES MEDIADORES/TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	99
4.11 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO	99
4.12 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA	102
CAPÍTULO 5: INFRAESTRUTURA	103
5.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR	103
5.2 SALA COLETIVA DE PROFESSORES	103
5.3 SALAS DE AULA	104
5.4 OUTRAS INFRAESTRUTURAS	104
5.5.1 Sala de Reuniões	104
5.5.2 Auditório	104
5.5.3 Estacionamento, Área de Lazer e Circulação	105
5.5.4 Meios de Transporte	105
5.5 ACESSO DOS ACADÊMICOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	105
5.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC)	106
5.7 LABORATÓRIOS	109
5.8 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)	111
CAPÍTULO 6: REFERÊNCIAS	112
ANEXO 1 – BIBLIOGRAFIAS E EMENTAS	117
MÓDULO I	117
MÓDULO II	122
MÓDULO III	126
MÓDULO IV	130
MÓDULO V	134
MÓDULO VI	138
MÓDULO VII	142
MÓDULO VIII	145
MÓDULO IX	148

APRESENTAÇÃO

Um cenário econômico caracterizado pela dinamicidade, como o atual, exige das organizações um esforço contínuo para criar diferenciação, a fim de superar os desafios impostos pela competitividade. Esses desafios exigem, além do compromisso com a sociedade, que a criatividade seja colocada em prática na busca de soluções eficientes para os problemas impostos pelo mercado, com base em novas compreensões a respeito das transformações que estão ocorrendo no mundo dos negócios.

Neste contexto, a busca de novos ambientes de aprendizagem mais adequados às necessidades empresariais e ao mundo como ele hoje se apresenta, motivou a implantação do Curso de Bacharelado em administração no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) foi elaborado em consonância com a Resolução CES/CNE nº 4, de 13 de julho de 2005, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, através de um currículo que objetive trabalhar as competências e habilidades a partir da sustentação teórica das disciplinas que compõem o curso.

A proposta apresentada neste PPC visa oportunizar condições para que o bacharel em Administração esteja preparado para compreender as questões científicas, culturais, tecnológicas, sociais, ambientais e econômicas da produção e de sua gestão, observando as nuances do processo de tomada de decisão, bem como desenvolver a capacidade de assimilação de novas informações, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade, em situações diversas presentes ou emergentes nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

O presente Projeto Pedagógico de Curso apresenta, portanto, a organização das práticas pedagógicas e constitui-se em um instrumento de ação acadêmica que permitirá a uniformidade das ações acadêmicas do Curso de Bacharelado em Administração do IFPI, contemplando os processos de ensino, pesquisa e extensão.

Quanto a atualização deste documento, destaca-se que este processo vem sendo realizado ao menos uma vez a cada semestre pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso, atualizando o quadro de professores e técnicos administrativos ligados ao curso, bem como

outros itens importantes tais como atualização de Resoluções do IFPI que estão ligadas ao funcionamento do curso.

CAPÍTULO 1: PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI , é uma Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, caracterizada no seu PDI (2020-2024) como autarquia de regime especial que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, presencial e à distância.

O IFPI tem sede em Teresina, capital do Estado do Piauí, e foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a partir da transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), uma reorganização em sua estrutura adquirindo o status de Instituto. Mas podemos enfatizar que o IFPI possui 112 anos, tendo origem na Escola de Aprendizes Artífices do Piauí em 1909, transformada em Liceu Industrial do Piauí em 1937, Escola Industrial de Teresina em 1942, Escola Industrial Federal do Piauí em 1965, Escola Técnica Federal do Piauí em 1967 e Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí em 1998.

O IFPI está presente em 17 cidades com um total de 20 Campi, distribuídas em todos os territórios de desenvolvimento do estado do Piauí, 17 Campi ofertam ensino superior. São eles: Campus Angical, Campus Campo Maior, Campus Cocal, Campus Corrente, Campus Floriano, Campus Oeiras, Campus Parnaíba, Campus Paulistana, Campus Pedro II, Campus Picos, Campus Piripiri, Campus Oeiras do Piauí, Campus São Raimundo Nonato, Campus Teresina Central, Campus Teresina Zona Sul, Campus Uruçuí e Campus Valença.

Os Campi do IFPI que oferecem o curso de Bacharelado em Administração são: Campus Angical, Campus Campo Maior, Campus Oeiras, Campus Paulistana, Campus Pedro II, Campus Piripiri e Campus Oeiras do Piauí.

O IFPI possui atualmente 58 cursos superiores presenciais, 3 cursos superiores a distância, 4 mestrados e 11 cursos de especialização em funcionamento em 2022. Possui ainda 1400 docentes, destes 1221 possuem regime de dedicação exclusiva. Em 2021

apresentou 31.158 matrículas , com 9.250 ingressantes, 5.437 concluintes, nos mais diversos tipos, formas e modalidades de ensino.

O ensino superior apresenta 9614 matrículas no ensino superior, com 532 concluintes em 2021 e 178 matrículas em pós-graduações em 2021. As licenciaturas no IFPI apresentam 5110 matrículas e correspondem a 18,5% das matrículas da instituição.

Uma média de 84% dos alunos do ensino superior são provenientes da escola pública e 70% têm renda familiar per capita inferior a 1 salário mínimo.

Na extensão trabalha com diversas áreas temáticas, dentre elas :

Educação, Formação de Professores, Cultura, Saúde, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção, Comunicação, Empreendedorismo Inovador, Trabalho, Inovação, Música, Economia Solidária e Criativa, Direitos Humanos e Justiça, Inclusão e Tecnologias Assistivas, Gestão Pública.

Na pesquisa o Ifpi se destaca nas áreas:

Administração, Agronomia, Antropologia, Artes, Botânica, Ciência da Computação, Ciência da Informação, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências Ambientais, Direito, Ecologia, Educação, Educação Física, Engenharia Agrícola, Engenharia Biomédica, Engenharia de Energia, Engenharia de Materiais e Metalúrgica, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Física, Geografia, História, Letras, Lingüística, Matemática, Microbiologia, Nutrição, Planejamento Urbano e Regional, Química, Robótica, Mecatrônica e Automação, Sociologia, Teologia, Zootecnia

1.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES

A partir de suas finalidades, o IFPI tem a missão de:

Promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais.

O IFPI destaca-se como instituição de referência nacional na formação de cidadãos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com responsabilidade econômica, social e ambiental.

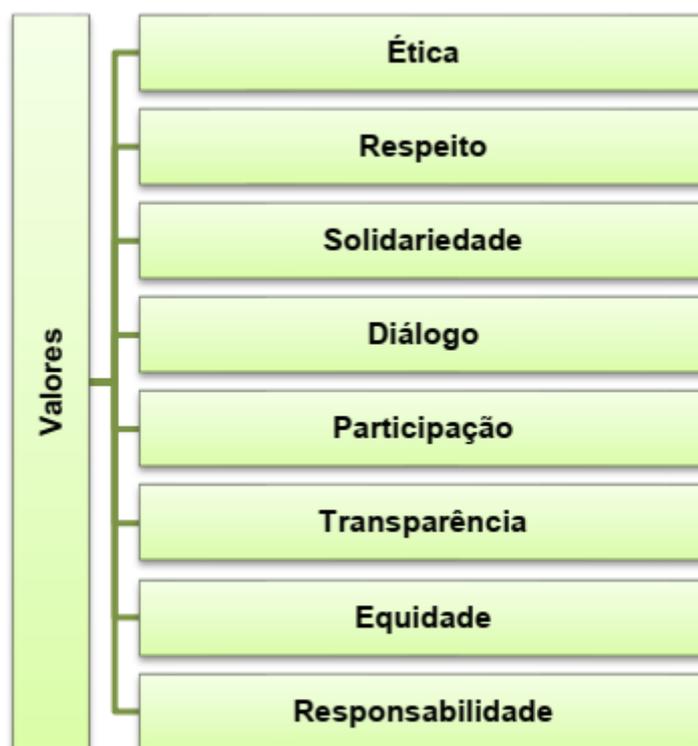
A visão de uma instituição reflete as aspirações e o desejo coletivo a ser alcançado, no espaço de tempo, a médio e longo prazo, buscando dar identidade.

O IFPI tinha como visão de futuro até 2019: “Consolidar-se em centro de excelência em Educação Profissional, Científica e Tecnologia, mantendo-se entre as melhores instituições de ensino da região Nordeste”. Após revisão, a partir de 2020, a visão de futuro do IFPI é:

Consolidar-se como centro de excelência em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mantendo-se entre as melhores instituições de ensino do País.

Dessa forma, o IFPI buscará uma representatividade maior no cenário nacional.

Os valores organizacionais são princípios ou crenças desejáveis, organizados hierarquicamente, que orientam a vida da instituição e estão a serviço de interesses coletivos. Os valores do IFPI são:



1.3 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Código: 4057

Sigla: IFPI

CNPJ: 10.806.496/0001-49

Natureza Jurídica: Autarquia federal

End.: Avenida Presidente Jânio Quadros, 330/ Santa Isabel, Teresina - PI ,
64.053-390

Fone: (86) 3131- 1443

Representante legal: Paulo Borges da Cunha

Ato legal: Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008

Página Institucional: www.ifpi.edu.br

1.4 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTIDA

Nome da Mantida: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Código: 1820

Sigla: IFPI

CNPJ: 10.806.496/0001-49

End.: Avenida Presidente Jânio Quadros, 330/ Santa Isabel, Teresina - PI,
64.053-390

Fone: (86) 3131- 1443

Reitor: Paulo Borges da Cunha

Credenciamento: Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008

Recredenciamento: O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (1820) foi recredenciada por meio da Portaria MEC nº 1479, de 20/12/2016, publicada em 21/12/2016, válido por um período de 5 anos, conforme Retificação publicada no DOU de 14/07/2017, seção 1, página 19.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (1820) passa por processo de recredenciamento institucional com o processo instaurado no eMEC sob o número 202118222, instaurado em 02/08/2021.

Pode ser confirmado em :

<https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MTgyMA==> na aba processos

Página Institucional: www.ifpi.edu.br

1.5 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CAMPUS

Nome do Campus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí –
Campus Oeiras

Sigla: CAOEI

End.: Rua Projetada s/n, Uberaba II, Oeiras, Piauí

Diretor Geral: Paulo Henrique de Carvalho Bueno

E-mail: dg.caoei@ifpi.edu.br

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2098615727537464>

Diretor de Ensino: Laerte Bezerra de Amorim

E-mail: dens.caoei@ifpi.edu.br

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1030108717509538>

Autorização do Campus: PORTARIA Nº 330, DE 23 DE ABRIL DE 2013, publicado na
Seção I do DOU Nº 78 em 24 de abril de 2013

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Campus Oeiras fica localizado à Rua Projetada s/n, Uberaba II, Oeiras, Piauí, CEP 64.500-000. Suas atividades são conduzidas nas áreas administrativa e de ensino por diversos setores e departamentos que estão disponíveis à comunidade acadêmica. Entre eles, a Diretoria Geral do Campus, a Diretoria de Ensino, Departamento de Administração e Planejamento, Chefia de Gabinete da Diretoria Geral, Coordenações de Cursos, Coordenação Pedagógica, entre outros.

1.6 HISTÓRICO DO CAMPUS

O Campus Oeiras foi inaugurado em 25 de abril de 2013 com cursos do PRONATEC.

As atividades de ensino iniciaram, de fato, em 2014.2, com a oferta de quatro cursos técnicos - Agricultura e Administração Subsequente

O Campus Oeiras, iniciou a oferta de cursos superiores em 2017, oferecendo 40 de vagas para o curso de Bacharelado em Administração e 40 vagas para Licenciatura em Física. Tendo as atividades iniciadas ainda no primeiro semestre deste ano. Desde então foram

matriculados 239 discentes no curso de Administração Bacharelado e 240 no Curso de Licenciatura em Física.

1.7 ÁREA DE ATUAÇÃO

Os cursos do Campus Oeiras são voltados para os Eixos Tecnológicos de Gestão e Negócios, Recursos Naturais e Informática, contemplando os Cursos Técnicos em Administração, Técnico em Comércio e Agricultura, respectivamente. A oferta desses Cursos é baseada nos resultados obtidos a partir de pesquisas e consultas com os diversos segmentos sociais que compõem o tecido social da cidade e que, de fato, poderá aproximar o Campus dos reais desejos do município.

Atualmente o Campus Oeiras conta com aproximadamente 83 servidores (53 professores e 30 técnicos administrativos) que atendem aos alunos matriculados, nos diversos níveis e modalidades de ensino. Assim como em outros campi e em conformidade com as IFs oferece cursos de Educação Profissional nas modalidades Concomitante/Subsequente, Ensino Médio Integrado, EAD, Ensino Superior, além de projetos de extensão e pesquisa envolvendo alunos e servidores.

1.8 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso : Bacharelado em Administração

Código eMec: 1375997

Habilitação/Título acadêmico conferido : Bacharel em Administração

Área do Conhecimento : Ciências Sociais Aplicadas

Eixo tecnológico : Gestão e Negócios

Nível: Graduação

Forma de oferta : Bacharelado

Modalidade de oferta : Presencial

Vagas Anuais Autorizadas: 40

Periodicidade da oferta: Anual

Carga horária total: 3.100 h/a

Gratuito: Sim

Estágio curricular: não obrigatório

Periodicidade Letiva: Semestral

Prazo de integralização da carga horária:

Mínima: 4,5 (quatro anos e seis meses) = 9 (nove) semestres

Máxima: 9 (nove) anos = 18 (dezoito) semestres

Turno e horário das aulas: Vespertino 13:20 às 15:35 ou Noturno das 18:00 às 22:00

Ano de implantação : 2017.1

Autorização para Funcionamento: RESOLUÇÃO N° 106/2016 - CONSELHO SUPERIOR/IFPI de 17 de outubro de 2016.

Observação: Curso autorizado por dispensa no âmbito da autonomia dos Institutos Federais.

Reconhecimento de Curso: Curso em Processo de Reconhecimento no MEC protocolado com N° 201927617 em 09 de outubro de 2019.

Conceito de Curso (CC): Não se aplica. Curso em processo de Reconhecimento)

Conceito Preliminar de Curso (CPC): Não se aplica. Curso em processo de Reconhecimento e não foi avaliado pelo ENADE.

CAPÍTULO 2: PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO E ARTICULAÇÃO COM PPI E PDI

O Projeto Pedagógico Institucional configura-se como um instrumento do planejamento de todas as ações do IFPI, por sistematizar concepções, princípios e diretrizes norteadores das práticas e das políticas educativas da Instituição, constituindo-se como um documento de caráter identitário, resultante do esforço coletivo, democrático e participativo.

Nele, delineiam-se as práticas pedagógicas, administrativas, financeiras e de gestão tornando-o um mecanismo de gestão democrática e de reflexão crítica a respeito das práticas, dos métodos, dos valores, da identidade institucional e da cultura organizacional.

A oferta das atividades educacionais a que o IFPI se propõe exige planejamento criterioso e intencional voltado para o cumprimento de sua função social. Assim sendo, o Projeto Pedagógico Institucional é um instrumento político, filosófico e

teórico-metodológico que norteia as práticas acadêmicas do IFPI tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos.

Em sua fundamentação, o PPI expressa uma visão de mundo contemporâneo e do papel da educação em face da nova conjuntura globalizada e tecnológica, ao mesmo tempo em que explicita, de modo abrangente, o papel do IFPI e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão como componentes essenciais à formação crítica do cidadão e do futuro profissional.

O Projeto Pedagógico Institucional é, pois, uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Trata-se de uma projeção dos valores oriundos da identidade da instituição, materializados no seu fazer específico, cuja natureza consiste em lidar com o conhecimento e com o delineamento de ações de longo prazo.

Nesse sentido, o projeto político-pedagógico do curso de bacharelado em Administração foi elaborado com participação coletiva, resgatando o sentido humano, científico e libertador do planejamento, uma vez que ele retrata a identidade do curso, o conjunto de seus currículos, dos seus métodos, o conjunto de seus atores internos e externos, o seu modo de pensar e fazer educação.

2.1 INSERÇÃO REGIONAL

Atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania constitui uma das finalidades do Instituto Federal do Piauí.

Para tanto, é necessário um diálogo vivo e próximo desta Instituição com as realidades local e regional. É na compreensão dos aspectos essenciais dessa relação e na sedimentação do sentimento de pertencimento territorial que se torna possível subverter a submissão de identidades locais a uma global. Esse caminho passa necessariamente por uma educação que possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade.

O desenvolvimento local ou regional não pode prescindir do domínio, da produção e da democratização do conhecimento. Assim, o Instituto Federal do Piauí revela-se espaço privilegiado de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias capazes de gerar

mudança na qualidade de vida das pessoas do seu entorno. O território de abrangência das ações do IFPI é, em resumo, a mesorregião onde se localiza, mas pode ir além dela quando se concebe sua atuação de forma mais geral.

Em sua intervenção na comunidade, o IFPI procura explorar as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva de seus lócus, a geração e transferência de tecnologias e conhecimentos e a inserção, nesse espaço, da mão de obra qualificada. Dessa forma, o monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência tem grande importância.

O IFPI, referência em educação profissional há mais de 110 (cento e dez) anos, encontra-se em franco processo de consolidação de seus campi em todo o Estado do Piauí, oportunizado graças à política de expansão da educação profissional e tecnológica promovida pelo Governo Federal, desde 2006.

Os cursos do IFPI, distribuídos pelos diversos campi, estão estruturados para atendimento às áreas de formação de Técnico de Nível Básico, Superiores de Tecnologia, Bacharelados, Licenciaturas e Pós-Graduações lato e stricto sensu tendo regulamentações próprias, organização didático-pedagógica, bem como seus projetos pedagógicos aprovados pelo Conselho máximo da Instituição.

A organização curricular dos cursos reflete os objetivos e diretrizes institucionais, fundamentados em dispositivos legais vigentes, por meio da interação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A política de atuação institucional do IFPI tem como finalidade propagar os saberes científico e tecnológico para formar profissionais (em uma perspectiva integral) capazes de atuar no mundo do trabalho.

A Instituição visa, portanto, contribuir com o desenvolvimento dos arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais de cada território em que os campi do IFPI estão organicamente inseridos.

O IFPI oferta cursos nos diversos níveis/formas da educação profissional e superior, nos seguintes territórios de desenvolvimento:

- a) Planícies Litorâneas – Campus Parnaíba e Campus Cocal;
- b) Cocais - Campus Piriipiri e Campus Pedro II;
- c) Carnaubais – Campus Campo Maior;
- d) Entre Rios – Campus Teresina-Central, Campus Teresina Zona Sul, Campus Angical do Piauí, Campus Avançado do Dirceu e Campus Avançado de José de Freitas;

- e) Serra da Capivara – Campus São Raimundo Nonato e Campus Oeiras do Piauí;
- f) Vale dos Rios Piauí e Itaueiras – Campus Floriano;
- g) Tabuleiros do Alto Parnaíba – Campus Uruçuí;
- h) Vale do Sambito – Campus Valença do Piauí;
- i) Vale do Rio Guaribas - Campus Picos e Campus Avançado Pio IX;
- j) Chapada Vale do Rio Itaim – Campus Paulistana;
- k) Vale do Rio Canindé – Campus Oeiras;
- l) Chapada das Mangabeiras – Campus Corrente.

A presença de um campus nesses Territórios, além de promover a interiorização e abrangência da área de atuação do IFPI visa, sobretudo, à promoção do desenvolvimento socioeconômico regional, impulsionado pelo avanço da escolaridade e o acesso aos níveis mais elevados do saber dos seus cidadãos, bem como à identificação da vocação produtiva, ao respeito e à preservação da cultura local e ambiental e, por conseguinte, à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Nesse sentido, a oferta dos cursos, bem como seu turno de funcionamento, tem sido orientada pela identificação dos arranjos produtivos locais, culturais e socioeducacionais em cujos Territórios os campi estão inseridos. Evidentemente, considerando a característica do Território, o campus atuará de modo mais expressivo em um ou outro aspecto do desenvolvimento regional.

2.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS

O IFPI tem como princípio a concepção de homem como ser complexo, histórico, que constrói a sociedade e é por ela construído. Esse homem, constituído como ser pensante, como ser que age, que constrói o mundo, relaciona-se diretamente com a natureza e com a matéria; com o outro em uma dimensão social, afetiva e comunitária e finalmente com ele mesmo, com sua interioridade. Esse homem constrói a cultura, acervo de significações, ao longo do tempo histórico, mediante um trabalho coletivo e solidário.

A partir dessa concepção de homem, considera-se a educação a prática fundamental da espécie humana, tendo em vista a profundidade e a amplitude de sua influência na existência dos homens. Assim, a educação é a ferramenta de que o ser humano dispõe para

orientar e reorientar a sua ação, a sua prática, tornando-se mediadora entre os benefícios do conhecimento e a sociedade.

Entender o homem, o conhecimento e a sociedade como complexos exige uma educação que favoreça a pluralidade; uma educação que, ao mesmo tempo em que reconheça a diversidade de valores, crenças e ideologias, mantenha fundamentos e princípios gerais e abrangentes. Finalmente, essa visão coaduna-se com a missão do IFPI que é promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais, destacando-se como instituição de referência nacional na formação de cidadãos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com o desenvolvimento sustentável, que permita a reflexão da implicação dos atos do homem para com os outros e para com a comunidade.

Isto posto, a atuação do IFPI visa à promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e a geração de novas tecnologias buscando responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

O IFPI elegeu como princípio de sua prática educacional a prevalência do bem social sobre os demais interesses, como forma de consolidar seu papel junto à sociedade. E, na construção de uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade, o Instituto Federal do Piauí identifica-se como implementador de políticas sociais.

Nessa perspectiva, na construção de seus projetos pedagógicos, visando ao cumprimento da missão para a qual foi criado, o Instituto Federal do Piauí

estabelece, como princípios, os seguintes pressupostos:

a) Igualdade e Equidade entre os homens, independentemente de sexo, raça ou credo;

b) Liberdade e Solidariedade humana;

c) Educação integral da pessoa humana;

d) Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;

e) Educação pública gratuita, laica, democrática e de qualidade social, em todos os níveis, como um direito social universal e dever do Estado;

f) Trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político pedagógica e do desenvolvimento curricular;

g) Articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;

h) Interdisciplinaridade como princípio orientador da prática docente e como forma de articular as inúmeras partes que compõem os conhecimentos constantes no currículo dos cursos ofertados no âmbito do IFPI;

i) Diálogo permanente com os movimentos sociais, populares, sindicais, entidades acadêmicas, agentes dos setores produtivos e organizações não governamentais;

j) Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;

k) Articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;

l) Reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade;

m) Aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocadas em uso capacidades pessoais e profissionais;

n) Integração do ensino e da pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular.

o) Avaliação como processo de gerar informações e produzir conhecimentos sobre a realidade institucional, a fim de redimensionar a própria Instituição a partir de decisões tomadas em função da melhoria da qualidade de ensino.

O IFPI, em sua proposta político-pedagógica, tem como função social ofertar educação profissional e tecnológica, de qualidade referenciada socialmente e capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia, comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento,

visando, sobretudo, à transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social.

Desse modo, o Instituto Federal do Piauí promove uma formação pautada em uma visão humanística e ancorada nos seguintes princípios:

- Justiça social, com igualdade, equidade, cidadania, ética, emancipação e sustentabilidade ambiental;
- Gestão democrática, com transparência de todos os atos, obedecendo aos princípios da autonomia, da descentralização e da participação coletiva nas instâncias deliberativas;
- Integração, em uma perspectiva interdisciplinar, tanto entre a educação profissional e a educação básica quanto entre as diversas áreas profissionais;
- Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- Formação humana integral, com a produção, a socialização e a difusão do conhecimento científico, técnico-tecnológico, artístico cultural e desportivo;
- Inclusão social quanto às condições físicas, intelectuais, culturais e socioeconômicas dos sujeitos, respeitando-se sempre a diversidade;
- Natureza pública, gratuita e laica da educação, sob a responsabilidade da União;
- Educação como direito social e subjetivo; e
- Democratização do acesso e garantia da permanência e da conclusão com sucesso, na perspectiva de uma educação de qualidade socialmente referenciada.

O Instituto Federal do Piauí, em sua concepção, reúne trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico das sociedades. As novas formas de relação entre conhecimento, produção e relações sociais demandam o domínio integrado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos.

Assim sendo, a ciência deve estar a serviço do ser humano e a comunicação da produção do seu conhecimento é premissa básica para o progresso. O que está posto para o IFPI é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de outro mundo possível.

A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o ser humano e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte. Trata-se, pois, de uma formação que se dá no decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, ao longo das relações sociais e produtivas.

A educação para o trabalho nessa perspectiva se entende como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação.

Na extensão desse preceito, trata-se de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente.

Nessa perspectiva, o IFPI concebe a educação, o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia como dimensões indissociáveis da formação humana, sendo, portanto, basilares na construção do currículo e da proposta pedagógica do IFPI.

Assim, o IFPI assume o currículo como um conjunto integrado e articulado de atividades intencionadas, pedagogicamente concebidas a partir da visão crítica de ser humano, de mundo, de sociedade, de trabalho, de cultura e de educação, organizados para promover a construção, a reconstrução, a socialização e a difusão do conhecimento, na perspectiva de promover uma sociedade democrática e solidária.

2.2 ESTRUTURAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS

Neste documento, considera-se diretriz o conjunto articulado de princípios e critérios a serem observados pelo IFPI na organização e no planejamento, desenvolvimento e avaliação da educação ministrada por esta Instituição de ensino.

Assim sendo, o IFPI, fazendo uso da sua autonomia na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto pedagógico, respeitadas as legislações e normas educacionais, alicerça a organização curricular nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme preconiza o artigo segundo da LDB Nº 9.394/1996.

É compromisso do IFPI construir uma organização curricular que favoreça a formação ética do cidadão, tornando-o um ser atuante na sociedade. Dessa forma, reafirma esse compromisso, baseando-se no princípio de igualdade de condições para o acesso, tendo como premissa a inclusão social e a permanência com sucesso na escola, considerando os princípios da competência, da laboralidade, da flexibilidade, da interdisciplinaridade e da contextualização, além de delinear os perfis de formação que respondam às exigências da contemporaneidade.

Assim, o IFPI prevê a necessidade de contínuo desenvolvimento das capacidades humanas, na perspectiva de responder às exigências do avanço científico e tecnológico sem prescindir da preocupação com o homem, a sociedade e o meio ambiente, baseando-se nos marcos legais da LDB Nº 9.394/96 e nas diretrizes curriculares postas para os diferentes níveis da educação brasileira, que propõem:

- articulação entre conhecimento básico e conhecimento específico, a partir do processo de trabalho, concebido enquanto “lócus” de definição de conteúdos que devem compor programa, contemplando os conteúdos científicos, tecnológicos, sócio-históricos e das linguagens;
- organização de um currículo de tal forma articulado e integrado, que possa atender aos princípios de uma educação continuada e à verticalização de uma carreira de formação profissional e tecnológica;
- mobilização dos conhecimentos para o exercício da ética e da cidadania, os quais se situam nos terrenos da economia, da política, da história, da filosofia e da ética, articulando esses saberes com os do mundo do trabalho e os das relações sociais;
- construção de alternativas de produção coletiva de conhecimento, adotando estratégias de ensino diversificadas, favorecendo a interação entre os sujeitos do processo de ensino;
- organização do desenho curricular em áreas de conhecimento e de atuação profissional;
- adoção de formato curricular (modularização, seriação) que melhor atenda às intencionalidades e necessidades pedagógicas do curso;
- organização dos conteúdos de ensino em áreas de estudo de forma interdisciplinar, mediante projetos pedagógicos, temas geradores/eixos tecnológicos, possibilitando o

diálogo entre as diferentes áreas do saber, ensejando o desenvolvimento de competências e habilidades;

- tratamento dos conteúdos de ensino de modo contextualizado (transdisciplinaridade e interdisciplinaridade), devendo expressar a pluralidade cultural existente na sociedade.

2.2.1. Estruturação dos projetos pedagógicos de cursos superiores de graduação

O princípio metodológico fundamental que orienta as atividades pedagógicas dos cursos de graduação no âmbito do IFPI é a flexibilidade comungando com amplas e diversificadas competências demandadas pelo mundo do trabalho e, sobretudo, com os novos desafios da sociedade. Esse conceito comporta as ideias de:

- indissociabilidade: desenvolvimento de atividades de ensino, de extensão e de pesquisa integradas às atividades formais pertinentes ao conteúdo curricular. Isso significa que toda atividade de extensão e de pesquisa deve ser desenvolvida como parte das atividades curriculares previstas nos cursos, tendo sua carga horária e avaliação computadas nos componentes curriculares envolvidos;

- interdisciplinaridade: integração de conteúdos no desenvolvimento de estudo de um determinado tema ou eixo conceitual, tendo sua carga horária e avaliação computadas nos componentes curriculares envolvidos;

- formação integrada à realidade social: aliada à sólida formação teórica. O IFPI se obriga à formação do cidadão, integrando os conteúdos à realidade social vigente, ressaltando as políticas de inclusão, a igualdade de acesso e o respeito às diferenças econômico sociais e àquelas referentes às pessoas deficientes, tomando essas diferenças como parte das características que dão unidade a seu trabalho;

- articulação teoria-prática: superação da dicotomia teoria prática, realizada, prioritariamente, nas atividades curriculares e de extensão.

Assim, o IFPI se propõe redimensionar as estratégias do processo de aprendizagem, com a reorganização dos cursos de graduação de forma a contemplar a construção de novos itinerários formativos, tendo em vista a incorporação de princípios, como a flexibilização, a

mobilidade estudantil, a interdisciplinaridade, a superação da especialização precoce, a inovação científica e tecnológica e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Inovações curriculares flexíveis e significativas passam pela construção de currículos integrados que promovam a interação entre os conteúdos disciplinares e os níveis de formação. A par de uma redução significativa de pré-requisitos e de conteúdos obrigatórios, alcançam-se índices de flexibilidade que propiciam oportunidades diferenciadas de integralização curricular.

O ensino de graduação está compromissado com a formação de cidadãos trabalhadores para o mundo do trabalho e com a promoção da cultura difundindo o exercício da autonomia, da liberdade para pensar, criticar, criar e propor alternativas que se traduzem concretamente na possibilidade de apresentar soluções próprias para os problemas enfrentados nesse nível de ensino.

O ensino de graduação do IFPI está articulado com os demais níveis de ensino da instituição, com a pesquisa e com a extensão e reflete uma política nacional de educação, ciência e tecnologia que visa à qualidade da formação profissional. Nesse sentido, suas ações devem sempre primar pela garantia do acesso, permanência e êxito dos estudantes.

A concepção curricular dos cursos busca uma sólida formação profissional, em bases éticas e humanísticas, articulando os conhecimentos teóricos e práticos específicos com uma formação geral, tal como preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação do IFPI buscam aportes na legislação da educação superior brasileira, no que se referem aos artigos da LDB, Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, juntamente com os pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação específicos para cada área profissional desse nível de ensino, além de considerar o instrumento de avaliação dos cursos de graduação que subsidia o reconhecimento dos cursos superiores.

Os cursos superiores do IFPI, observando as diretrizes curriculares para esse nível de ensino e as diretrizes específicas para cada curso e modalidade, devem ensejar a excelência no ensino superior, sem com isso deixar de oferecer uma formação que ultrapasse os limites das aplicações puramente técnicas, e inserir a Instituição no processo de produção científica e tecnológica, mediante tecnologias que promovam o desenvolvimento sustentável de uma nação verdadeiramente cidadã.

Consoante os princípios que norteiam o presente documento, o ensino superior de oferta pública e gratuita assenta-se na integração do ensino, pesquisa e extensão por meio de mecanismos que articulem saberes acadêmicos e populares visando à produção de conhecimentos para a intervenção social e assumindo a pesquisa como princípio pedagógico. Desta forma, o ensino superior, no âmbito do IFPI, atende à normatização da Lei nº 11.892/2008 Art. 7º, VI, ofertando os seguintes cursos: cursos superiores de tecnologia; cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica; cursos de bacharelado; cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização e cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado.

2.3 FINALIDADES E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) é uma instituição que articula educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada. É especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, em diferentes níveis e modalidades de ensino. Em conformidade com a Lei nº 11.892/2008, o IFPI tem as seguintes finalidades (BRASIL, 2008, p. 2):

I. ofertar a educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando pessoas para a atuação profissional nos diferentes setores da economia, com ênfase no desenvolvimento social e econômico em nível local, regional e nacional;

II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções para as demandas da sociedade e de acordo com as peculiaridades locais e regionais;

III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V. constituir-se centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Segundo a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, são objetivos do IFPI (BRASIL, 2008, p. 2):

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

2.4 FORMAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Para o ingresso no curso de bacharelado em Administração, o acesso acontecerá mediante processo seletivo público dentre as diversas formas:

2.4.1 Sistema de Seleção Unificada (Sisu)

O processo seletivo principal da instituição é realizado pelo Sistema de Seleção Unificada – SISU, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação – MEC, por meio do qual são selecionados candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizados pela instituição. A seleção dos candidatos às vagas disponibilizadas por meio do SISU será efetuada com base nos resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

As 40 vagas serão distribuídas considerando o percentual de 50% para ampla concorrência, e 50% para as vagas reservadas de acordo com a Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) - alterada pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, distribuídas conforme o percentual do IBGE para:

- Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

- Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
- Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
- Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
- Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012);
- Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

Além da política de cotas a instituição adota como ação afirmativa própria uma bonificação de 15% na nota para os Candidatos que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas regulares e presenciais públicas e privadas dos municípios do estado do Piauí

2.4.2 Chamadas Públicas

No caso de não preenchimento de todas as vagas ofertadas através do SISU, será realizado processo de Chamada Pública, com a seleção de candidatos para provimento das vagas remanescentes disponibilizadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí efetuada exclusivamente com base na MAIOR NOTA obtida pelo candidato no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em um dos últimos quatro anos Médio, conforme dispõe o Art. 51 da Lei nº. 9394/96, respeitando-se a quantidade de vagas

oferecidas em cada processo seletivo e as cotas previstas na Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) - alterada pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.

2.4.3 Portador de Curso Superior e Transferência Externa

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí aceitará, para o mesmo curso ou cursos afins ou correlatos, a transferência de alunos de outras Instituições de Ensino Superior, bem como para o ingresso de portadores de diploma de graduação, para preenchimento de vagas remanescentes existentes oriundas de cancelamentos de matrícula, através de seleção pública.

CAPÍTULO 3: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO IFPI NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPI estão implantadas, formalizadas e voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, reconhecendo que os egressos dos cursos superiores são agentes sociais, capazes de planejar as ações, de gerir a atuação profissional e de intervir na estrutura social.

O ensino, pesquisa e extensão estarão interligadas colaborando para uma formação consistente, buscando articular conhecimentos teórico e prático, fomentando no aluno o desejo por uma prática investigativa, compromisso precípua de produção de conhecimento, constituindo-se em estratégia de revitalização intelectual e de organização profissional nos cursos de bacharelado em Administração.

O curso de Administração será constituído de um espaço aberto para a circulação da análise do pensamento científico, formando um polo profissionalizante em favor do nível qualitativo do profissional que se pretende formar.

Respalda-se na perspectiva inclusiva e no compromisso com a democratização do acesso ao ensino superior, com a permanência, êxito e qualidade. Em consequência, a oferta do curso de bacharelado em administração visa ao atendimento das necessidades presentes na sociedade brasileira e ao desenvolvimento socioeconômico do Piauí.

Buscar-se-á oferecer condições básicas para que o acadêmico seja capaz de produzir, ler, refletir, interpretar, associar, analisar, observar e classificar, ações fundamentais e necessárias de quem investiga. Nesta perspectiva, a pesquisa será o ponto de partida do processo de aprendizagem de forma interativa onde o acadêmico será capaz de criar sua própria experiência de aprendizagem, e o professor, capaz de trabalhar com a dúvida e com o novo, reconstruindo com ele o conhecimento.

Para fomentar esta perspectiva, acredita-se ser possível, em todas as disciplinas, especialmente, na disciplina Projeto Integrador, que acontece em todos os módulos, estabelecer um ambiente de pesquisa. Entende-se que a pesquisa será o elemento chave para revitalização das atividades de ensino e que, ao mesmo tempo, será fortalecida pela reciprocidade comunitária.

As atividades de extensão, ou seja, as Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade – PCCS, serão estimuladas e entendidas como estratégias que propiciam a interação entre a teoria e a prática, e visam aproximar o discente da comunidade, com objetivo de promover interação entre a Instituição de Ensino e a sociedade, integrando os saberes e buscando o desenvolvimento social.

Portanto, o IFPI por meio da Política de Assistência Estudantil – POLAE, disponibiliza condições de efetivação da pesquisa e da extensão, visando incrementar a investigação científica e geração de produtos, criados para atender as lacunas do mundo do trabalho e necessidade de verticalização do ensino na classe trabalhadora.

Somadas às políticas de ensino supracitadas, estão implantadas ações que possibilitem a inclusão dos alunos com deficiência através do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) , como forma de viabilizar a construção de um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que prega igualdade e diferença como valores indissociáveis.

A Política de Inclusão do IFPI objetiva promover adaptações de acesso ao currículo para os alunos com deficiência por meio da eliminação de barreiras arquitetônicas e metodológicas. As ações agrupadas neste objetivo visam aprimorar o processo de ensino e fornecer suporte aos alunos com deficiências, altas habilidades ou com mobilidade reduzida durante os seus processos formativos.

O curso de bacharelado é contemplado através do Programa Institucional de Apoio à Extensão (ProAEx), através de dezessete subprogramas que oportunizam a práxis

extensionista em todos os eixos e áreas de atuação da Extensão, bem como Programas e Projetos. O ProAEx IFPI, instituído pela Resolução CONSUP nº 034/2014, abrange os Subprogramas Bolsa de Extensão (PIBEX), Cursos de Extensão, Bolsas para participação em Eventos de Extensão, Jogos Intercampi, Subprograma de Apoio à Promoção de Eventos Institucionais, Apoio a publicações no âmbito da Extensão, Subprograma Institucional de Pré-Incubação de Empreendimentos Inovadores e Projetos Empresas Juniores, Estágios Institucionais, Núcleo de Ensino de Línguas Estrangeiras, Subprograma de Incentivo à Promoção de Eventos Artístico-Culturais (Edital Arte e Cultura), Subprograma Extensão Itinerante, Subprograma IFPI em Ação Social, Subprograma Bolsa Atleta; Subprograma de Inclusão e Diversidade, Subprograma de Cooperação e Convênios e Subprograma Economia Solidária e Criativa.

A responsabilidade social do IFPI é manifestada por meio de ações, programas e projetos tanto nos macroprocessos finalísticos como nos demais macroprocessos das outras políticas institucionais.

Em se tratando de Responsabilidade Social, a Extensão do IFPI vem por meio do Programa de Apoio à Extensão, ProAEx IFPI, instituído pela Resolução CONSUP nº 34/2014, atender as demandas oriundas da sociedade em geral, e da comunidade acadêmica do IFPI, através de Programas, Projetos Sociais e incentivo a Campanhas Institucionais.

O ProAEx IFPI apresenta como subprograma responsável por esta demanda o IFPI em Ação Social, que assegura aos campi desenvolverem ações voltadas para o desenvolvimento da sociedade, sendo corresponsável, promovendo assim a integração, empreendendo, inovando e gerando produtos e serviços locais, regionais e também de abrangência nacional.

O IFPI em Ação Social atua de forma direta na sociedade através da participação em feiras e mostras científicas, promovendo treinamentos e capacitações, qualificando mão de obra e certificando saberes, empoderando mulheres em situação de risco, promovendo campanhas sociais em auxílio a comunidades em situação de vulnerabilidade.

A política de responsabilidade social e ambiental é interdisciplinar, e fomentada por diversas ações que vão desde a Adesão ao Projeto Esplanada Sustentável, por meio do Termo de Adesão nº 02/2012, celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Educação, com vigência a partir do exercício de 2013, a campanhas como a do IFPI SUSTENTÁVEL, convidando os alunos, servidores e colaboradores a utilizarem, de maneira adequada, recursos, como água, energia e materiais de expediente.

3.1.1 Políticas

No PDI, as políticas institucionais do IFPI estão representadas de forma resumida por dimensões estratégicas:

- a) Administração;
- b) Desenvolvimento Institucional;
- c) Ensino;
- d) Extensão;
- e) Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- f) Relações Internacionais;
- g) Gestão de Pessoas;
- h) Tecnologia da Informação;
- i) Governança.

A política de responsabilidade social e ambiental é interdisciplinar e deve estar presente em todas as dimensões. A seguir a descrição de cada uma delas.

Dentro dessas dimensões ainda estão diversos programas e políticas foram regulamentadas e publicadas nos atos institucionais do IFPI:

- Política de ações afirmativas para negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência (PCD) nos cursos de Pós-Graduação
- Política de Assistência Estudantil (POLAE)
- Política de Diversidade e Inclusão
- Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas
- Política de Gestão de Riscos e Controles Internos
- Política de Segurança da Informação, o uso do Correio Eletrônico Institucional e as Normas de Segurança para criação de senhas
- Política Institucional de Informação Técnico-Científica

- Política Institucional de Inovação, Desenvolvimento Científico e Tecnológico e de Empreendedorismo e a Criação do Comitê de Inovação, Propriedade Intelectual e de Transferência de Tecnologia (CIPITEC)
- Programa de Acompanhamento ao Egresso (PAE)
- Programa de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica (PROAGRUPAR)
- Programa de Incentivo à Participação em Eventos Científicos
- Programa de Incentivo à Publicação de Produção Intelectual
- Programa Institucional de Apoio à Extensão (PROAEX)
- Programa Institucional de Desenvolvimento de Pessoal (PDP)
- Programa Institucional de Iniciação Científica (IC)

3.2 OBJETIVOS DO CURSO

3.2.1 Objetivo Geral

Formar profissionais qualificados e empreendedores, em consonância com as exigências do mercado globalizado, e com aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, humanas, tecnológicas, socioambientais, econômicas e culturais, alinhadas com as políticas públicas e sociais, proporcionando uma formação profissional inclusiva em respeito aos direitos humanos, a fim de criar, manter e melhorar os processos de gestão nas organizações em diversas áreas de atuação.

3.2.2 Objetivos Específicos

Abaixo seguem os objetivos específicos que auxiliarão no alcance do objetivo geral:

- capacitar o administrador a trabalhar com os processos de gerenciamento nas organizações, dando-lhe possibilidades de desenvolvimento de habilidades para uma efetiva gestão dos seus diversos recursos.
- capacitar o bacharel a lidar com as principais ferramentas econômicas, financeiras e tributárias que impactam as organizações e suas atividades;
- propiciar aos alunos, por meio de projetos interdisciplinares, ações estratégicas que implementadas proporcionem contextualização entre teoria e prática;

- aprender a identificar as necessidades de desenvolvimento global, regional e local, buscando soluções integradas e inovadoras;
- desenvolver o espírito empreendedor do aluno, dando-lhe possibilidades de inserção e crescimento no mercado;
- desenvolver a habilidade de solucionar problemas de forma criativa e proativa, com qualidade e eficiência, agregando valor nas iniciativas profissional e pessoal, aliadas à ações inclusivas;
- incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica e suas respectivas aplicações no mercado de trabalho;
- desenvolver o compromisso com a educação permanente e aprendizagem colaborativa, acompanhando as mudanças nas condições de trabalho;
- capacitar o bacharel para atuar profissionalmente com ética, responsabilidade socioambiental.

3.3 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

O sistema educacional brasileiro vem passando por grandes mudanças, principalmente nos últimos anos, devido à política expansionista adotada na área. Todo este esforço visa ao incremento do contingente de pessoas com mais acesso à educação, bem como à melhoria dos níveis de qualidade no ensino desenvolvido no Brasil e formação de profissionais capacitados para atuar no mercado de trabalho.

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica formada, entre outros, pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia cujas finalidades e características são: constituírem-se em centros de excelências na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação empírica e qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino.

Ainda segundo a mesma Lei, em seu Artigo 6º, outra finalidade dos Institutos Federais é a de promover a verticalização do ensino, ofertando educação profissional e tecnológica nos seus diversos níveis e modalidades. Como o mesmo dispositivo legal sinaliza, esse fim pretende promover a formação e a qualificação de cidadãos que possam atuar nos

diversos setores da economia, promovendo o desenvolvimento local, regional e nacional. Assim, para atender tal determinação, o IFPI, no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), período de gestão 2015- 2019, busca assegurar anualmente a oferta regular de vagas para os cursos de bacharelado.

Além desse impositivo legal, a oferta de cursos superiores por instituições de ensino não tem acompanhado a demanda existente, sendo o curso de Graduação em Administração o caso mais evidente. Segundo relatório divulgado pelo Ministério da Educação – MEC (2013) sobre a relação oferta/demanda de cursos de graduação no Brasil, o Curso de Bacharelado em Administração apresentou a maior demanda, superando cursos tradicionais em número de demandas, como engenharia civil, medicina, odontologia e direito. É possível verificar que as vagas ofertadas, sobretudo pelas instituições públicas, são insuficientes para atender a demanda pelo referido curso, como mostra tabela abaixo.

Tabela 01 - Vagas Oferecidas e Demanda pelo Curso de Bacharelado em Administração

Cursos	Vagas Oferecidas			Candidatos inscritos (demanda)		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
Administração	495.246	24.614	470.632	918.150	248.826	669.324

Fonte: MEC (2013).

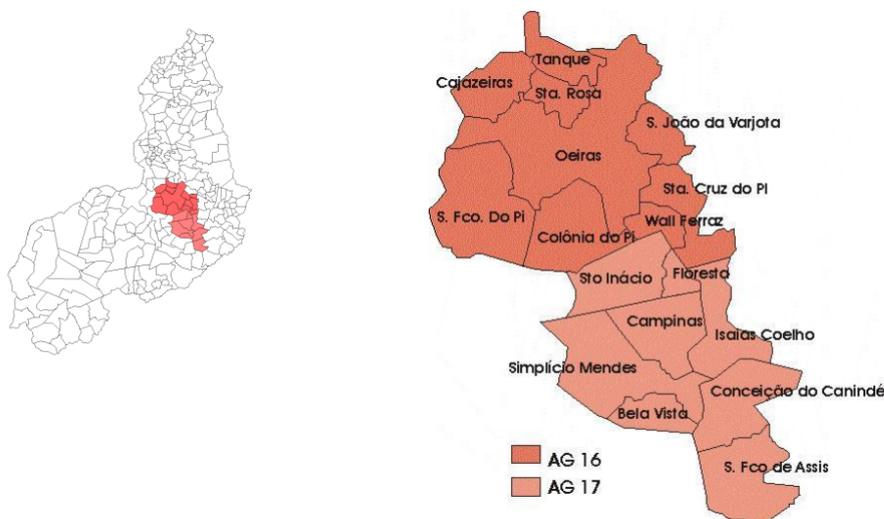
Em relação a Região Nordeste, a relação oferta e demanda por cursos superiores também é deficitária, uma vez disponibilizou 187.536 vagas, mas apresentou um número muito maior de candidatos, sendo 1.416.345 inscritos. Considerando que o panorama piauiense, tradicionalmente, apresenta desempenho inferior em relação aos dados apresentados pelo cenário nacional e regional, acredita-se que essa relação, em especial, pelo Curso de Bacharelado em Administração seja igualmente deficitário no Piauí.

Dentro dessa perspectiva, o Curso de Bacharelado em Administração, mediante competente atuação científica e tecnológica, deverá desenvolver ações de natureza crítica e criativa, voltadas às demandas da sociedade, a fim de que ela possa dispor da produção do conhecimento científico e tecnológico para o seu próprio desenvolvimento.

Além disso, é importante mencionar que ficou evidenciado, após realização de uma pesquisa com alunos do terceiro ano do ensino médio da rede pública da cidade, que a grande maioria (89%) desse público tem interesse em continuar os estudos em um curso superior em Administração oferecido pelo IFPI – Campus Oeiras, exemplo de qualidade educacional na região. Esse dado, por si só, seria um forte argumento para a implantação do curso no Município, mas acredita-se que demanda é bem maior do que fora constatada, pois também podem ser potenciais interessados os alunos do terceiro ano da rede particular, egressos do ensino médio sem oportunidade de acesso ao ensino superior público e os futuros egressos do próprio Campus, sem mencionar a demanda dos Municípios da região da qual faz parte.

Do mesmo modo, a posição ocupada por Oeiras o torna referência na região compreendida pelo Vale do Canindé, apresentada na figura 01, com uma população de 126.042 pessoas e 17 municípios, Bela Vista do Piauí, Cajazeiras do Piauí, Campinas do Piauí, Colônia do Piauí, Conceição do Canindé, Floresta do Piauí, Isaías Coelho, Oeiras, Santa Cruz do Piauí, Santa Rosa do Piauí, Santo Inácio do Piauí, São Francisco de Assis do Piauí, São Francisco do Piauí, São João da Varjota, Simplício Mendes, Tanque do Piauí e Wall Ferraz, que buscam melhorar também os seus indicadores socioeconômicos-ambientais e educacionais, exigindo-se dele mais e melhores serviços, sobretudo na área da educação. Nessa região, a quantidade de estudantes é de 5146 alunos matriculados em 2021, destes 1527 no 3º ano do ensino médio.

Figura 01 - Território de Desenvolvimento “Vale do Canindé”



Fonte: CERPRO (2013)

Nesse sentido, a oferta do curso superior em Administração poderia contribuir para a melhoria tanto dos seus indicadores quanto aos indicadores dos Municípios circunvizinhos, já que potencializaria a vocação da cidade e da região no comércio, no turismo e na produção de energia.

A conscientização sobre esse novo cenário e a adaptação a ele é fundamental para que esse Curso de Graduação em Administração alcance seus objetivos e sobrevivência em uma sociedade em constante transformação.

A implementação do curso, garante para a região de Oeiras a formação de um profissional de planejamento e execução, em um setor ou área do mercado de trabalho, com capacitação e conhecimentos amplos e atualizados em seu campo de atuação.

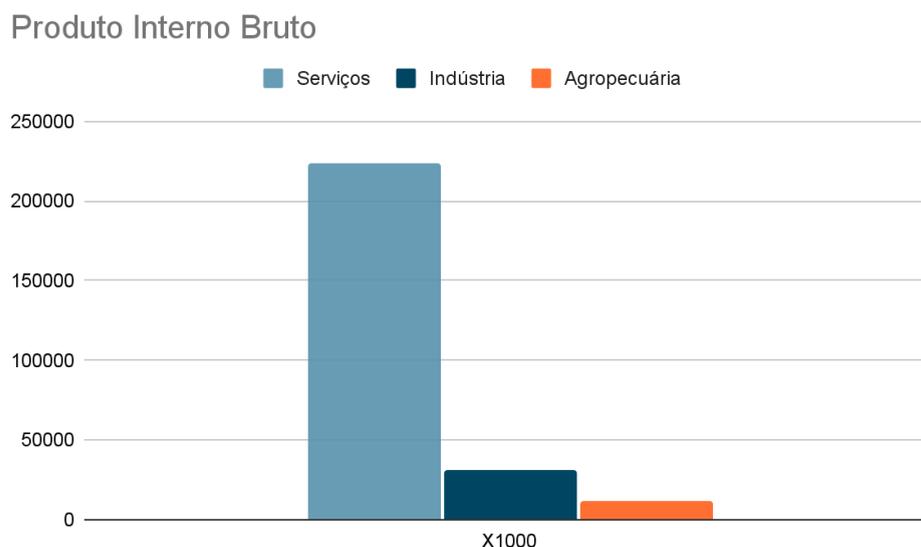
O Curso de Bacharelado em Administração oferecido pelo Instituto Federal do Piauí Campus Oeiras, com duração de 4,5 (quatro e meio) anos, contribuirá para o desenvolvimento do espírito criativo, inovador e ousado. Nesse sentido, o curso contará com uma grade interdisciplinar, voltada para as necessidades acadêmicas e mercadológicas.

Por essa razão, o curso justifica-se pela necessidade de se formar Administradores capazes de utilizar as melhores práticas de gestão, inovação e de responsabilidade socioambiental. Ademais, o curso contribuirá com o desenvolvimento social e econômico da região ao formar profissionais capacitados a atuar no mercado de trabalho local e mediações, fundamentados na ética e na responsabilidade social.

3.3.1 A análise econômica da região

Conforme se observa no Gráfico 1, o PIB (Produto Interno Bruto) do município de Oeiras-PI teve maior participação do setor de serviços no ano 2019. O mesmo gerou a renda de aproximadamente 224 milhões, seguido dos setores de indústria, com renda de 31 milhões aproximadamente, e do setor de agropecuária, com aproximadamente 11,6 milhões.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto do município de Oeiras-PI.



Fonte: IBGE, 2019.

Percebe-se, neste sentido, que há a necessidade de estímulo a um maior desenvolvimento e crescimento do terceiro setor da região, pois este vem sendo o maior potencial econômico da localidade.

Faz-se necessária, assim, a presença de profissionais com habilidades administrativas, trazendo uma visão holística acerca da implantação de possíveis negócios na região.

No tocante à ocupação e salários, verificou-se que ao longo dos anos o quantitativo de pessoas ocupadas é maior que o de pessoas assalariadas, conforme se observa na Tabela 2.

Tabela 2 - Pessoal ocupado e assalariado na região do Vale do Canindé

Município	Pessoal ocupado					Pessoal assalariado				
	2009	2010	2011	2013	2014	2009	2010	2011	2013	2014
Cajazeiras	142	144	177	175	170	137	136	164	153	149
Colônia do Piauí	535	600	560	271	489	256	267	288	142	359
Oeiras	2739	2691	2.996	3.290	3256	1920	2005	2156	2401	2544
Santa Cruz do Piauí	294	327	356	360	379	234	266	279	299	327

Santa Rosa	202	228	172	294	320	163	189	202	245	284
São Francisco do Piauí	299	358	294	354	336	190	233	201	228	238
São João da Varjota	253	268	255	302	246	167	171	177	194	193
Tanque do Piauí	248	241	241	265	314	194	190	189	211	260
Wall Ferraz	180	176	183	118	218	161	157	158	92	199
Bela Vista	170	177	193	240	225	151	156	166	204	203
Campinas do Piauí	271	273	283	257	242	228	226	235	223	219
Conceição do Canindé	147	152	159	273	234	122	121	127	213	216
Floresta do Piauí	182	184	191	250	219	153	157	166	220	196
Isaías Coelho	247	268	273	277	272	214	232	242	245	253
Santo Inácio	197	219	214	186	244	154	176	181	151	202
São Francisco de Assis do Piauí	256	319	308	302	299	246	292	274	259	268
Simplício Mendes	709	724	785	873	846	488	504	547	609	671
Total	7071	7349	7640	8087	8309	5178	5478	5752	6089	6781

Fonte: dados da pesquisa (2016).

Neste sentido, verifica-se que em 2009 o número de pessoas ocupadas era de 7.071 e de assalariados era de somente 5.178. No mesmo prisma, enquanto em 2014 existiam 8.309 pessoas ocupadas, havia tão-somente 6.781 assalariados.

Essa diferença gera indícios de que exista grande número de indivíduos inseridos em atividades autônomas, o que caracteriza uma atuação empreendedora. Ressalta-se que estes negócios não devam estar formalizados, e que o SEBRAE, através do DET (Núcleo de Desenvolvimento Territorial), vem trabalhando na região dos Vales dos Rios Canindé e Itaueira, na perspectiva da formalização do microempreendedor.

Outro aspecto percebido é que tanto o número de pessoas ocupadas quanto o de pessoas assalariadas estão aumentando entre os anos 2009 e 2014. Isso indica que esteja havendo ampliação da atuação empreendedora e do número de empregos na região.

As potencialidades econômicas e áreas carentes de qualificação de mão-de-obra no estado do Piauí foram estudadas pela Fundação CEPRO (2007). Os resultados relativos à atividade econômica do Território do Vale do Canindé encontram-se elencados no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Atividades econômicas do Vale do Canindé.

Quesito	Situação
Potencialidades econômicas	Agricultura familiar (milho, feijão, mandioca), fruticultura, pecuária (bovino, ovino caprinocultura), criação de galinha caipira, apicultura, comércio e serviços. Obs.: Estas potencialidades vêm sendo parcialmente exploradas.
Atividade econômica principal	Agropecuária, apicultura, comércio, caju cultura, artesanato, criação de galinha caipira e a pecuária de leite (comercialização e produção).
Atividades não exploradas no momento e que poderão ser no futuro	A suinocultura, produção de derivados do leite, ovino caprinocultura, piscicultura, fruticultura e horticultura irrigadas, agricultura orgânica, agroecologia, turismo, artesanato e apicultura.

Fonte: dados da pesquisa, com adaptação de CEPRO (2007).

Verifica-se que dentre as principais potencialidades econômicas do Território do Vale do Canindé, encontram atividades relativas à prática do comércio, serviços e agropecuária.

Ressalta-se que tais atividades necessitam de mão-de-obra capacitada em gestão, o que é fundamental para o desenvolvimento estratégico de negócios e comercialização de produtos e serviços, gerando desenvolvimento econômico.

O mesmo se aplica às atividades econômicas principais, que já vem sendo exploradas, e às atividades ainda inexploradas da região.

Quanto à necessidade de qualificação de mão-de-obra no Território do Vale do Canindé, os resultados obtidos pela Fundação CEPRO (2007) elencam-se no Quadro 3.

Quadro 3 – Necessidade de qualificação de mão-de-obra no Vale do Canindé.

Quesito	Situação
Existência de mão-de-obra capacitada para as atividades citadas	Não há. A oferta de cursos não atende a todo o público interessado.
Atividades econômicas carentes de qualificação	Há carência de qualificação de mão-de-obra nas áreas de prestação de serviços no território. Falta eletromecânicos, pedreiros, manutenção e operadores de máquinas agrícolas e de microcomputadores, eletricitas, carpinteiros, marceneiros, atendentes de consultórios, esteticistas faciais, mecânicos de motor a gasolina e a diesel, técnicos de aparelhos

	domésticos, bombeiros hidráulicos, serralheiros, garçons, atendentes comerciais, recepcionistas e artesãos.
Cursos de capacitação oferecidos	Caju cultura, técnicas agrícolas, agroecologia, tecnologia de conservação do solo e captação de água, experiência do Consórcio Intermunicipal e dos Agentes de Desenvolvimento Rural, (ADRs), elaboração de projetos (teoria e prática), discussão sobre desenvolvimento territorial, exercício para elaboração do projeto da Unidade Familiar e de projetos de créditos em assentamentos, uso e manejo do solo, abordagem comunitária, processos hídricos da região e os ciclos econômicos, avicultura, caprinocultura, prática de manejo, reprodução, alimentação (silagem) e sanidade animal, apicultura (produção de rainhas), panificação, doces e salgados, bordados, vagonite, biscuit, macramê, reciclagem, pintura em tecidos e crochê, cabeleireiro, manicure, computação (operadores de micro e internet), programação, eletricitista predial, eletrônica, corte e costura, material de higiene e limpeza, atendimento ao público e laboratório, cooperativismo, associativismo, gestão empresarial e sindical, políticas públicas, legislação trabalhista. Produção textual, oratória e técnicas de falar em público.
Pessoas capacitadas e inserção no mercado de trabalho	50% da área de informática, especialmente no setor do comércio, estão inseridas, mas as outras atividades dependem de muitos fatores, como oportunidades, comodismo, investimentos, conscientização e até questões climáticas afetam a esse público.
Formação de nível superior	Há falta de qualificação para lidar com o elenco de atividades do setor primário. Os cursos ministrados atualmente são: Ciências Físicas, Químicas, Biológicas e Matemática. A modalidade ofertada é excludente, uma vez que o acesso é garantido somente via instituição para qualificação de professores, embora a Universidade Aberta esteja inscrevendo candidatos para os cursos: Matemática, Química e Administração. Obs.: Conforme o prefeito, os cursos ministrados nestes municípios foram oferecidos com base na necessidade da região. Obs.: No município de Oeiras são oferecidos cursos de licenciaturas para qualificação de professores, havendo necessidade de expansão de vagas.
Estimativa de desempregados acima de 18 anos	55% das pessoas maiores de 18 anos estão desempregado-desocupadas no território.
Setor econômico que mais absorve mão-de-obra	Agropecuária, serviço público, comércio e temporariamente a construção civil.

Fonte: dados da pesquisa, com adaptação de CEPRO (2007).

Em relação à mão-de-obra, percebe-se que a região do Vale do Canindé possui carência de recursos humanos qualificados. Às vezes ocorrem alguns aperfeiçoamentos no território, porém estes não atendem à toda a população que dele necessita. Neste sentido, verifica-se a importância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Oeiras, na capacitação da população do Território do Vale do Canindé segundo à missão da promoção de uma educação de excelência, que atenda às demandas sociais.

Quanto aos empregos ofertados na região, observou-se que a área que mais vem contratando é o setor de comércio. O profissional que se insere nesta área, por sua vez, precisa de conhecimentos, habilidades e atitudes convenientes e relevantes à gestão estratégica de empresas. Ademais, dado que há uma alta taxa de desemprego no Território (55% da população maior de 18 anos), é importante que haja uma ampliação da atividade empreendedora, o que se torna possível a partir do momento em que o profissional tem capacitação adequada para isso.

Outro aspecto importante acerca do relatório da Fundação CEPRO (2007) é que ainda há muita necessidade da formação de nível superior na região do Vale do Canindé e geralmente os cursos oferecidos são de licenciaturas. A UAB (Universidade Aberta do Brasil), neste sentido, vem ofertando cursos à distância, porém estes não vem sendo suficientes em relação à carência sentida pela população. Dentre estes cursos à distância, está o de Administração, que conforme a pesquisa aponta, é uma das áreas de que a região mais necessita.

O documento da Fundação CEPRO (2007) aponta, portanto, que em todas as regiões do estado do Piauí, incluindo o Território do Vale do Canindé, há a necessidade de profissionais da área de Administração, para trabalharem no empreendedorismo, comércio e setor público. Acerca disso, o relatório diz que em todos os territórios estudados:

[...] observou-se a necessidade de qualificação de mão-de-obra nas áreas de Hotelaria, Turismo, Administração (empreendedorismo, comércio, setor público). (CEPRO, 2007, p. 49).

Partindo dos pressupostos mencionados, entende-se que haja um vasto campo empresarial e empreendedor a ser explorado, e estes carecem de capital humano qualificado, os quais devam estar alinhados e devidamente qualificados à gestão destes possíveis empreendimentos. Não adianta ter matéria-prima, se não houver mão-de-obra qualificada e especializada em todas as esferas.

Nesta perspectiva, o próprio CEPRO (2007) aponta que o Curso de Bacharelado em Administração, que oferece uma visão holística de gestão e negócios, trará um crescente desenvolvimento aos indivíduos que compõem este território, tanto na iniciativa privada quanto na esfera pública, e não menos importante, na atuação do empreendedorismo regional.

3.2.1 Contexto empresarial regional e determinantes para a implantação do curso de Bacharelado em Administração

Estudos do IBGE indicam um aumento no número de empresas no Território Vale do Canindé. Tais números se encontram na Tabela 3.

Tabela 3 - Número de empresas atuantes e unidade locais

Municípios	Número de empresas atuantes					Número de unidades locais				
	2009	2010	2011	2013	2014	2009	2010	2011	2013	2014
Cajazeiras	11	12	16	23	18	11	12	17	23	18
Colônia do Piauí	56	64	54	50	44	57	64	68	53	47
Oeiras	498	458	592	643	532	527	479	629	676	571
Santa Cruz do Piauí	89	85	83	73	60	89	85	102	74	61
Santa Rosa	33	47	40	46	40	33	48	40	49	45
São Francisco do Piauí	28	33	34	58	43	28	33	26	59	43
São João da Varjota	45	48	50	47	33	45	48	45	47	33
Tanque do Piauí	29	27	32	36	32	29	27	40	36	32
Wall Ferraz	42	41	35	41	15	42	41	44	41	15
Bela Vista	53	57	58	62	46	53	58	58	64	47
Campinas do Piauí	72	76	51	56	31	72	76	71	56	31
Conceição do Canindé	30	45	48	58	23	30	45	43	58	23
Floresta do Piauí	15	27	16	15	17	15	27	25	15	17
Isaías Coelho	80	68	46	49	43	84	68	62	49	43
Santo Inácio	13	15	20	21	27	14	16	27	23	29
São Francisco de Assis do Piauí	31	51	54	63	36	31	51	49	65	36
Simplício Mendes	285	276	273	296	189	301	292	295	318	201
Total	1399	1430	1502	1637	1229	1461	1470	1641	1706	1292

Fonte: dados da pesquisa (2016).

Dado o aumento geral no quantitativo de empresas, verificou-se o crescimento na capacidade empreendedora dos habitantes da região, o que, por seu turno, clama por capacitação para que essa expansão possa se dar de forma contínua, fortalecendo a economia regional. Em algumas cidades, porém, como Cajazeiras, Colônia do Piauí e Santa Cruz do Piauí, essa tendência foi negativa, havendo a redução do quantitativo de empresas. Isso é um indicativo de problemas no gerenciamento empresarial e corrobora com a queda no nível de emprego e renda, afetando a economia como um todo.

Faz-se necessária, assim, a capacitação de gestores, buscando-se a atuação estratégica empresarial, e fazendo com que tais organizações possam ser ampliadas no tempo, ao invés de fechadas.

Acerca disso, a CDL/Oeiras^[1] (Câmara de Dirigentes Lojistas de Oeiras/PI) cedeu a informação de que a ela hajam apenas 82 empresas associadas, das que atuam no comércio oeirense, apesar dessa instituição desempenhar papel de grande importância para vida financeira das empresas sócias.

Verifica-se, assim, que há desconhecimento por parte dos empreendedores locais das ferramentas disponíveis para auxílio à gestão empresarial. Assim, os empreendedores da cidade de Oeiras carecem de orientação do profissional especializado na área de Administração, gerando a possibilidade de contato direto com inúmeros ferramentais que possam lhes auxiliar no exercício de sua atividade dentro de um comércio competitivo.

A fim de promover o desenvolvimento econômico da região do Vale do Canindé, o DET (Núcleo de Desenvolvimento Territorial), grupo de trabalho organizado pelo SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí), traçou um plano estratégico para o setor de Comércio e Serviços. Este plano traz as ações e diretrizes estratégicas listadas no Quadro 4.

[1] A CDL oferece uma série de serviços aos lojistas brasileiros, sendo que o principal e mais conhecido é o SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), tendo ela representação local em cada Estado da federação. A representação nacional da CDL é chamada de Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, que é reconhecida legalmente, sendo bastante respeitada no país inteiro. A primeira CDL brasileira foi criada no ano de 1955, sendo que em 1960 a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas foi fundada para amparar este importante segmento no âmbito nacional em todas as áreas possíveis.

Quadro 4 - Plano de desenvolvimento estratégico DET Vale dos Rios Canindé, Itaueira e Piauí, atendimento aos setores prioritários Comércio e Serviços.

N°	Ação	Estratégia
01	Segmentação das atividades empresariais de pequenos negócios no setor de comércio e serviços	<ul style="list-style-type: none"> - Mapeamento das atividades empresariais: beleza, gastronomia, comércio varejista de produtos alimentícios, autopeças, armarinho, material de construção, confecção, serviços de hotelaria e restaurantes e oficinas mecânicas. - Treinamento de Empresa Júnior para realizar o mapeamento.
02	Qualificação, fortalecimento e sustentabilidade dos pequenos negócios.	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação de empreendedores, nas áreas de gestão, atendimento, marketing, vendas, cooperação, liderança e financeira mediante oferta dos produtos/ soluções (Oficinas SEI, Capacitação na Medida, outras soluções do portfólio do SEBRAE), obedecendo ações especificadas no projeto. - Realização de consultorias individuais através do programa Negócio a Negócio, SEBRAETEC. - Capacitação e consultorias na área de inovação e tecnologia. - Realização de palestras nas temáticas de atendimento, vendas, empreendedorismo, inadimplência, tributação e marketing. - Capacitações tecnológicas. - Capacitações temáticas de acordo com a demanda do setor especificado.
03	Dinamização da Economia local através de ações de acesso ao mercado e potencialização do uso do poder de compra.	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de Feiras Municipais (Feira de Oportunidades e Negócios). - Realização de eventos por segmentos empresariais, como: Café Empresarial, Chá Empresarial, Feira Gastronômica, Feira de Beleza. - Mostra tecnológica dentro das feiras territoriais ou locais, conforme demandante. - Promoção de palestras sobre soluções tecnológicas para serem apresentadas aos empresários conforme segmentos trabalhados. - Realização de Rodadas de Negócios envolvendo compradores e fornecedores do setor público e privado - fomentar a maior participação de empresários locais nas compras públicas. - Organização de visitas técnicas para prospecção de mercado (caravanas e missões). - Realização de consultorias individuais e coletivas para acesso ao mercado. - Realização de Feiras Territoriais. - Promoção de intercâmbio comercial e gestão municipal entre os municípios próximos, para os empreendedores do município sede apresentar experiências de sucesso. - Rodada de conhecimento e experiências.

04	Criação de uma associação comercial em cada município que compõe o Território.	- Reunião de mobilização dos setores comerciais com foco na criação de uma entidade que os represente.
05	Apoio ao fortalecimento da governança do setor prioritário comércio e serviço.	- Estímulo à formação e fortalecimento das entidades representantes dos pequenos negócios do território.
06	Estímulo ao aumento da formalização dos pequenos negócios	Realização do “Dia do MEI” nos municípios do Território.

Fonte: SEBRAE, 2016.

O SEBRAE, através de mapeamento, identificou áreas potenciais da região dos Vales dos Rios. Dentre estas áreas, encontram-se o Comércio e os Serviços.

O planejamento de ações estratégicas desenvolvido para este setor contempla ações fundamentais ao desenvolvimento da região. Dentre estas, encontra-se a capacitação de gestores e colaboradores de empresas do ramo de comércio ou serviços.

Assim, elenca-se novamente a necessidade de profissionais preparados para a gestão estratégica, como os administradores, dado que a região ainda é carente destes.

É por meio da capacitação profissional de gestores de empresas que haverá a consolidação empresarial da região, o que estará diretamente atrelado ao desenvolvimento econômico do entorno da cidade de Oeiras-PI.

Assim, o Curso de Bacharelado em Administração, mediante competente atuação científica e tecnológica, deverá desenvolver ações de natureza crítica e criativa, voltadas para a sociedade, a fim de que ela possa dispor da produção do conhecimento científico e tecnológico.

O Curso é formatado para ser ofertado no campus OEIRAS, campus este inserido no centro de uma macrorregião com forte prática comercial e agrícola – sendo capaz de assegurar níveis de qualidade e de competitividade aos alunos do Curso de Graduação em Administração.

A conscientização sobre esse novo cenário e a adaptação a ele é fundamental para que esse Curso de Graduação em Administração alcance seus objetivos e sobrevivência em uma sociedade em constante transformação.

A implementação do curso, garante para a região do Vale do Canindé a formação de um profissional de planejamento e execução, em um setor ou área do mercado de trabalho, com capacitação e conhecimentos amplos e atualizados em seu campo de atuação.

Ainda não obstante, Segundo o Projeto Político Institucional de Implantação do IFPI campus Oeiras, dadas as demandas de recursos humanos no Eixo Tecnológico Gestão e Negócios, os dados sobre as atividades produtivas e de prestação de serviços verificadas na região, orientam a proposição do Curso de Administração, visto que o mesmo atenderá à demanda de profissionais, qualificando-os, principalmente, quando se levam em consideração o crescimento do comércio e as especificidades descritas (IFPI, 2012).

O Curso de Bacharelado em Administração, neste sentido, visa atender à população e às exigências do mercado, pois o setor de comércio de bens e serviços está vivenciando um período de transformações.

Nesse contexto, a educação profissional passa a ser vista como importante fator na busca de qualificação profissional, além de possibilitar maiores perspectivas às atividades potenciais verificadas na região (IFPI, 2012, p. 28).

Além disso, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) a proposição de cursos em nível superior, como o Curso de Bacharelado em Administração, pensado em consonância com as demandas locais, assenta-se sobre os valores institucionais do IFPI de ética, respeito, solidariedade, diálogo, participação, transparência, igualdade e responsabilidade. Ademais, vem contribuir para a concretização da missão institucional de “promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais”.

Finalmente, a proposta do curso de Bacharelado em Administração também se encontra alinhada à visão institucional de “consolidar-se como centro de excelência em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mantendo-se entre as melhores instituições de ensino da região Nordeste”.

3.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O curso de bacharelado em Administração do IFPI visa a formação de profissionais com competências, habilidades e atitudes aderentes ao perfil das modernas organizações, sejam elas públicas ou privadas, de pequeno, médio ou grande porte.

Estas organizações demandam por Administradores proativos e atentos às novidades do mundo dos negócios, bem como preocupados com as questões sociais do ambiente em que estão inseridos. Assim, além da sólida base de conhecimentos técnicos e científicos no campo da gestão, o egresso do curso deverá ser dotado das seguintes características:

- I. Espírito de liderança;
- II. Comportamento empreendedor;
- III. Habilidade para trabalhar em equipe;
- IV. Dinamismo e criatividade;
- V. Capacidade de identificar, prevenir e resolver problemas de cunho gerencial e administrativo;
- VI. Consciência ética e responsabilidade socioambiental;
- VII. Boa comunicação e poder de persuasão;
- VIII. Motivação;
- IX. Capacidade de tomar decisões;
- X. Organização e responsabilidade;
- XI. Planejamento e visão de futuro;
- XII. Capacidade de negociação;
- XIII. Bom relacionamento interpessoal;
- XIV. Visão holística das organizações.

Ao proporcionar estas características, o IFPI estará capacitando os bacharéis em Administração para exercerem diversas atividades na área de gestão e negócios, sejam como empresários, executivos, gerentes ou técnicos em uma das subáreas do campo administrativo. Para tanto, a instituição atenderá à resolução 004/2005 CNE, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração e prevê no seu parágrafo 4º que o referido curso deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- I. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

II. desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

III. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

IV. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

V. ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

VI. desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;

VII. desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações; e

VIII. desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicas e operacionais.

3.5 CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

O bacharel em Administração estará preparado para compreender as questões científicas, culturais, tecnológicas, sociais, ambientais e econômicas da produção e de sua gestão, observando as nuances do processo de tomada de decisão, bem como desenvolver a capacidade de assimilação de novas informações, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade, em situações diversas presentes ou emergentes nos vários segmentos do seu campo de atuação.

O bacharel em administração pode atuar em todos os setores da economia e em empresas de todos os portes, organizações públicas ou privadas. As suas principais áreas de atuação são: Gestão de Recursos Humanos, Administração Financeira, Gestão de Marketing, Logística e Vendas, Administração da Produção, Gestão Estratégica e Planejamento.

Todavia, a formação de bacharel em Administração possibilita ao administrador atuar em diversas outras áreas, tais como: Administração Rural, Administração Hospitalar, Auditoria, Controladoria, Carreira Docente, Gestão Ambiental, Administração de Materiais e Patrimônio e Gestão da Qualidade.

Ademais, é importante salientar que muitos administradores tornam-se empresários e nas suas empresas usam os conhecimentos obtidos na formação para otimizar os resultados, gerar mais empregos e renda para a região onde está inserido

3. 6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Com relação aos princípios norteadores a serem adotados no Curso de Bacharelado em Administração contribuem para que as atividades desenvolvidas durante o curso sejam organizadas dentro de orientações coerentes e fundamentadas. Dessa forma, o IFPI - Campus Oeiras do Piauí se baseará nos seguintes princípios:

- equilíbrio entre teoria e prática;
- equilíbrio entre conteúdos básicos e profissionalizantes;
- adoção de estratégias de reforço pedagógico (orientação extraclasse, monitorias e estágios);
- utilização da análise do desempenho do egresso através de ficha de acompanhamento;
- participação em projetos de extensão e pesquisa;
- adoção da metodologia de pesquisa como parte da prática pedagógica e estímulo à produção intelectual;
- incentivo ao intercâmbio interinstitucional;
- utilização das redes mundiais de informação;
- cooperação Empresa X Instituição (estágios supervisionados), e
- adoção de estratégias de interdisciplinaridade.

Em consonância com os princípios norteadores foram referenciadas as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração, instituídas pela Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005, do Conselho Nacional de Educação, que afirma que os cursos

de administração devem guiar-se por campos/eixos de conteúdos interligados. Com base em tal resolução, a organização curricular do curso de bacharelado em Administração do IFPI – Campus Oeiras do Piauí será constituído pelos seguintes núcleos articuladores na formação do Administrador:

I. Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;

II. Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;

III. Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração; e

IV. Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Além dos núcleos articuladores na formação do Administrador, a organização curricular do curso de bacharelado em Administração do IFPI – Campus Oeiras do Piauí contemplará as atividades Acadêmico-Científico-Culturais – ACC, as Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade – PCCS e o Projeto Integrador.

Por fim, funcionando como uma disciplina transversal e interdisciplinar, o Projeto Integrador do curso de Bacharelado em Administração do IFPI – Campus Oeiras do Piauí terá como objetivo associar entre si as disciplinas cursadas no módulo, por meio da interdisciplinaridade. Terá o propósito, também, de interligar e conjugar os conhecimentos teóricos e práticos percorridos pelas disciplinas e a vivência prática-profissional dos docentes e discentes.

As atividades Acadêmico-Científico-Culturais buscarão propiciar ao discente a obtenção de experiências diversificadas imprescindíveis ao seu futuro profissional, objetivando aproximá-lo das experiências acadêmicas compatíveis com as relações do

mercado de trabalho. As ACCs são obrigatórias e deverão ser cumpridas pelo discente, obedecendo à carga horária de 100 horas, sendo que a carga horária está distribuída por módulos.

Já as Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade visam aproximar o discente da comunidade, com objetivo de promover interação entre a Instituição de Ensino e a sociedade, integrando os saberes e buscando o desenvolvimento social. As PCCS serão compostas por uma carga-horária de 300 horas distribuídas nos nove módulos.

O Estágio Supervisionado, não obrigatório, poderá acontecer no 9º módulo do curso e com ele pretende-se dar ao discente a oportunidade de estar em contato com profissionais e atividades relevantes em variados tipos de organizações. Entende-se que esta prática se dá por meio da articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos. A carga-horária exigida para o cumprimento do Estágio Supervisionado (não obrigatório) será de 200 horas.

O Projeto Integrador terá uma carga horária de 300 horas divididas nos nove módulos e estará ligado a todas as disciplinas do curso de bacharelado em Administração.

Para obtenção do grau de Bacharel em Administração, o aluno deverá concluir o curso com aprovação de toda sua estrutura curricular, incluindo: Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade e o Projeto Integrador.

3.9.1 Prazos de Integralização

Serão computados, para efeito de contagem do tempo máximo de integralização curricular, os períodos de trancamento de matrícula. Para conclusão do curso, estabelecem-se os seguintes prazos:

- tempo MÍNIMO para conclusão do curso: 4,5 anos;
- tempo MÁXIMO para conclusão do curso: 9 anos.

3.9.1. Síntese da Matriz Curricular

Disciplinas obrigatórias	CHT (h)*
Conteúdos de Formação Básica (disciplinas 1 a 16)	720
Conteúdos de Formação Profissional (disciplinas 17 a 36)	1200
Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias (disciplinas 37 a 40)	210
Conteúdos de Formação Complementar (disciplinas 41 a 47)	570
Total da Carga Horária Obrigatória por Núcleo	2700
Atividades/Práticas Curriculares	CHT (h)*
Atividades Acadêmico-Científico-Cultural (AACC)	100
Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade (PCCS)	300
Total AACC e PCCS	400
TOTAL GERAL	3100

3.9.2. Matriz Curricular do Curso de Bacharelado em Administração

3.9.2.1 Matriz Curricular ordenada por disciplina

I - Núcleo de Conteúdos de Formação Básica											
Disciplina	Pré-requisito	Nº de aulas semanais por módulo									CHT (h)
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	
01. Contabilidade Geral	-		4								60
02. Contabilidade de Custos	01			4							60
03. Contabilidade Gerencial	01				4						60
04. Fundamentos da Economia (EAD)	-					4					60
05. Economia Brasileira (EAD)	04						4				60
06. Sociologia	-	2									30
07. Filosofia	-	2									30
08. Psicologia aplicada (EAD)	-		2								30
09. Direito Introdutório	-	2									30
10. Direito Constitucional	09		4								60
11. Direito Administrativo e Tributário	09			4							60
12. Direito Trabalhista e Empresarial	09				4						60
13. Ética e Responsabilidade Social	-									2	30
14. Informática Básica	-	2									30
15. Gestão de TICs	14					2					30
16. Comunicação Empresarial	-						2				30
Soma por módulo		8	10	8	8	6	6	0	0	2	

II - Núcleo de Conteúdos de Formação Profissional											
Disciplina	Pré-requisito	Nº de aulas semanais por módulo									CHT (h)
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	
17. Fundamentos da Administração	-	4									60
18. Teorias da Administração	-		4								60
19. Sistema, Organização e Métodos	17 e 18					4					60
20. Gestão de Pessoas I	08			4							60
21. Gestão de Pessoas II	20					4					60
22. Gestão de Materiais	-							4			60
23. Logística	22								4		60
24. Empreendedorismo	-									4	60
25. Administração Financeira e Orçamentária I	01 e 37						4				60
26. Administração Financeira e Orçamentária II	25							4			60
27. Gestão de Projetos	-							4			60
28. Fundamentos de Marketing	-				4						60
29. Gestão de Marketing	28					4					60
30. Administração da Produção e Operações I								4			60
31. Administração da Produção e Operações II (qualidade)	22 e 30								4		60
32. Mercado de Capitais	26									4	60
33. Administração Pública	17 e 18								4		60
34. Planejamento e Gestão Estratégica	-						4				60
35. Consultoria Empresarial	-									4	60
36. Sistemas de Informação	14 e 19						4				60
Soma por módulo		4	4	4	4	12	12	16	12	12	
SUB-TOTAL II											1200

III - Núcleo de Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias											
Disciplina	Pré-requisito	Nº de aulas semanais por módulo									CHT (h)
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	
37. Matemática financeira	41			4							60
38. Estatística	41				4						60
39. Pesquisa Operacional	-								4		60
40. Jogos Empresariais	-									2	30
Soma por módulo		0	0	4	4	0	0	0	4	2	

SUB-TOTAL III	210
----------------------	------------

IV - Núcleo de Formação Complementar											
Disciplina	Pré-requisito	Nº de aulas semanais por módulo									CHT (h)
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	
41. Matemática aplicada	-	4									60
42. Português Instrumental	-		4								60
43. Metodologia Científica	-	2									30
44. Gestão Ambiental	-			2							30
45. Tópicos Especiais em Administração	-								2		30
46. Projeto Integrador	-	2	2	2	2	2	2	2	2	4	300
47. Eletivas					2			2			60
Soma por módulo		8	6	4	2	2	2	2	4	6	
SUB-TOTAL IV											570
SOMA TOTAL POR MÓDULO		20	20	20	20	20	20	20	20	18	

Atividades/Práticas Curriculares	Pré-requisito	Carga horária por módulo									CHT (h)
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)	-	10	10	10	10	20	20	20			100
Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade (PCCS)	-	30	30	30	30	30	30	30	30	60	300
Soma por módulo		40	40	40	40	50	50	50	30	260	
SUB-TOTAL											400
TOTAL (soma dos subtotais de I, II, III, IV, AACC e PCCS)											3100

3.9.2.2 Matriz Curricular ordenada por módulos e modalidade de oferta

1º Módulo

Disciplina	Núcleo	Pré-requisito	CH / Semana (h)	CHT (h)	Modalidade
06. Sociologia	I	-	2	30	Presencial
07. Filosofia	I	-	2	30	Presencial
09. Direito Introdutório	I	-	2	30	Presencial
14. Informática Básica	I	-	2	30	Presencial
17. Fundamentos da Administração	II	-	4	60	Presencial
41. Matemática aplicada	IV	-	4	60	Presencial
43. Metodologia Científica	IV	-	2	30	Presencial
46. Projeto Integrador	IV	-	2	30	Presencial
TOTAL DISCIPLINAS			20 horas	300	
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	-	-	-	10	Presencial
Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade	-	-	-	30	Presencial

2º Módulo

Disciplina	Núcleo	Pré-requisito	CH / Semana (h)	CHT (h)	Modalidade
01. Contabilidade Geral	I	-	4	60	Presencial
08. Psicologia aplicada	I	-	2	30	Distância
10. Direito Constitucional	I	09	4	60	Presencial
18. Teorias da Administração	II	-	4	60	Presencial
42. Português Instrumental	IV	-	4	60	Presencial
46. Projetor Integrador	IV	-	2	30	Presencial
TOTAL DISCIPLINAS			20 horas	300	
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	-	-	-	10	Presencial
Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade	-	-	-	30	Presencial

3º Módulo

Disciplina	Núcleo	Pré-requisito	CH / Semana (h)	CHT (h)	Modalidade
02. Contabilidade de Custos	I	01	4	60	Presencial
11. Direito Administrativo e Tributário	I	09	4	60	Presencial
20. Gestão de Pessoas I	II	08	4	60	Presencial
37. Matemática financeira	III	41	4	60	Presencial
44. Gestão Ambiental	IV	-	2	30	Presencial
46. Projetor Integrador	IV	-	2	30	Presencial
TOTAL DISCIPLINAS			20 horas	300	
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	-	-	-	10	Presencial
Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade	-	-	-	30	Presencial

4º Módulo

Disciplina	Núcleo	Pré-requisito	CH / Semana (h)	CHT (h)	Modalidade
03. Contabilidade Gerencial	I	01	4	60	Presencial
12. Direito Trabalhista e Empresarial	I	09	4	60	Presencial
28. Fundamentos de Marketing	II	-	4	60	Presencial
38. Estatística	III	41	4	60	Presencial
46. Projetor Integrador	IV	-	2	30	Presencial
47. Optativa I	IV	-	2	30	Presencial
TOTAL DISCIPLINAS			20 horas	300	
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	-	-	-	10	Presencial
Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade	-	-	-	30	Presencial

5º Módulo

Disciplina	Núcleo	Pré-requisito	CH / Semana (h)	CHT (h)	Modalidade
04. Fundamentos da Economia	I	-	4	60	Distância
15. Gestão de TICs	I	14	2	30	Presencial
19. Sistema, Organização e Métodos	II	17 e 18	4	60	Presencial
21. Gestão de Pessoas II	II	20	4	60	Presencial
29. Gestão de Marketing	II	28	4	60	Presencial
46. Projetor Integrador	IV	-	2	30	Presencial
TOTAL DISCIPLINAS			20 horas	300	
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	-	-	-	20	Presencial
Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade	-	-	-	30	Presencial

6º Módulo

Disciplina	Núcleo	Pré-requisito	CH / Semana (h)	CHT (h)	Modalidade
05. Economia Brasileira	I	04	4	60	Distância
16. Comunicação Empresarial	I	-	2	30	Presencial
25. Administração Financeira e Orçamentária I	II	01 e 37	4	60	Presencial
34. Planejamento e Gestão Estratégica	II	-	4	60	Presencial
36. Sistemas de Informação	II	14 e 19	4	60	Presencial
46. Projetor Integrador	IV	-	2	30	Presencial
TOTAL DISCIPLINAS			20 horas	300	
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	-	-	-	20	Presencial
Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade	-	-	-	30	Presencial

7º Módulo

Disciplina	Núcleo	Pré-requisito	CH / Semana (h)	CHT (h)	Modalidade
22. Gestão de Materiais	II	-	4	60	Presencial
26. Administração Financeira e Orçamentária II	II	25	4	60	Presencial
27. Gestão de Projetos	II	-	4	60	Presencial
30. Administração da Produção e Operações I	II	-	4	60	Presencial
46. Projetor Integrador	IV	-	2	30	Presencial
47. Optativa II	IV	-	2	30	Presencial
TOTAL DISCIPLINAS			20 horas	300	
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	-	-	-	20	Presencial
Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade	-	-	-	30	Presencial

8º Módulo

Disciplina	Núcleo	Pré-requisito	CH / Semana (h)	CHT (h)	Modalidade
23. Logística	II	22	4	60	Presencial
31. Administração da Produção e Operações II	II	22 e 30	4	60	Presencial
33. Administração Pública	II	17 e 18	4	60	Presencial
39. Pesquisa Operacional	III	-	4	60	Presencial
45. Tópicos Especiais em Administração	IV	-	2	30	Presencial
46. Projetor Integrador	IV	-	2	30	Presencial
TOTAL DISCIPLINAS			20 horas	300	
Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade	-	-	-	30	Presencial

9º Módulo

Disciplina	Núcleo	Pré-requisito	CH / Semana (h)	CHT (h)	Modalidade
13. Ética e Responsabilidade Social	I	-	2	30	Presencial
24. Empreendedorismo	II	-	4	60	Presencial
32. Mercado de Capitais	II	26	4	60	Presencial
35. Consultoria Empresarial	II	-	4	60	Presencial
40. Jogos Empresariais	III	-	2	30	Presencial
46. Projetor Integrador	IV	-	4	60	Presencial
TOTAL DISCIPLINAS			18 horas	270	
Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade	-	-	-	60	Presencial

3.9.2.3 Disciplinas Optativas

Os acadêmicos do curso de bacharelado em administração deverão cursar 60 horas de disciplinas optativas dentro do rol abaixo, sendo previsto 30 horas no 4º Período e 30 horas no 7º período.

Rol de Disciplinas Optativas

Nome da Disciplina	A/S	CH / Semana	CHT (h)	Modalidade
Administração de vendas	2	2 horas	30	Presencial
Desenvolvimento Profissional	2	2 horas	30	Presencial
Diversidade nas Organizações	2	2 horas	30	Presencial
Direito do Consumidor	2	2 horas	30	Presencial
Gestão Social	2	2 horas	30	Presencial
Economia Criativa e Propriedade Intelectual	2	2 horas	30	Presencial
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	2	2 horas	30	Presencial
Espanhol	2	2 horas	30	Presencial
Inglês Instrumental	2	2 horas	30	Presencial

3.9.2.4 Conteúdos complementares e interdisciplinares

A transversalidade está contemplada no curso nas políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795/99, Decreto nº 4.281/2002 e Resolução nº 2, de 15/06/2012) e Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena” (Lei nº 11.645, de 10/03/2008 e Resolução CNE/CP nº 1, de 17/06/2004). a Educação em Direitos Humanos (Parecer CP/CNE nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE nº 1, de 30/05/2012), através de disciplinas, eventos, ações extensionistas, Núcleos Temáticos.

Podemos destacar:

I. A abordagem de conteúdos pertinentes na disciplina:

- Gestão Ambiental; Sustentabilidade. Desenvolvimento Sustentável. Problemas ambientais. Gestão Ambiental. Sistemas de Gestão Ambiental. Certificações: ISO 14000. Relatórios Ambientais. Auditoria Ambiental. Crédito de Carbono. APL.
- Arte e Cultura Brasileira cujo a ementa trata de: Aspectos caracterizadores da formação cultural brasileira: história e memória dos povos afro-brasileiros e indígenas. As diversidades culturais delineadas através das singularidades nas línguas, nas religiões, nos símbolos, nas artes e nas literaturas. O legado dos povos Quilombolas e Guarani. Povos indígenas e afrodescendentes na atualidade: problemas e perspectivas.
- Ética e Responsabilidade Social cujo a ementa trata de: Ementa: Ética: Panorama conceitual. Conceitos e problemas fundamentais da ética. O comportamento humano: Ética, Moral e Direito. Virtude. Ética cristã e outros contributos religiosos. Cidadania e diversidade. Os múltiplos usos da Ética: na profissão, nas organizações e na sociedade. O inter-relacionamento entre Ética e Filosofia. Ética e Administração. Responsabilidade social nas organizações.
- Diversidade nas Organizações cujo a ementa trata da diversidade nas organizações. Diversidade e diferença. Diversidade social e cultural. Diversidade regional. Crença. Gênero e sexualidade. Raça e etnia. Pessoas com necessidades especiais. Poder. Movimentos sociais. Políticas públicas e direitos humanos. Inclusão social.

- Projetos integradores
- II. Realização Institucional de diversos eventos que tratam sobre as temáticas:
- Semana do Meio Ambiente, Saúde e Direitos Humanos;
 - Semana da Consciência Negra;
 - Semana de Educação no Trânsito;
 - Semana de Saúde Mental;
 - Integra IFPI - Jornada Acadêmica Anual;
 - Palestras e outros eventos institucionais.
- III. Núcleos temáticos como:
- Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 52/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI , de 23 de julho de 2021.
 - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI , de 23 de julho de 2021.

3.9.2.4 Projeto Integrador de Curso

O Projeto Integrador irá compor o Curso de Bacharelado em Administração como uma disciplina e será uma avaliação necessária para a conclusão de cada módulo.

Entende-se esta atividade como sendo muito relevante para a formação do aluno, uma vez que, nos últimos anos, o ensino tem sofrido uma excessiva fragmentação de conteúdos. A organização curricular dos conteúdos teóricos os tem colocado como realidades estanques, fragmentadas e isoladas que dificultam tanto a apropriação do conhecimento quanto a construção de uma visão contextualizada que permita aos discentes uma percepção sistêmica da realidade.

Sendo assim, o Projeto Integrador objetivará capacitar o aluno do Curso de Bacharelado em Administração à tomada de decisão na resolução de problemas específicos das áreas relacionadas do curso, baseados na integração das disciplinas, possibilitando, assim, movimentos coordenados e colaborativos de diferentes áreas do conhecimento, proporcionando uma compreensão mais abrangente da área administrativa.

Este trabalho se realizará de forma integrativo-interativa, permitindo aos docentes e discentes visualizar um conjunto de ações interligadas de caráter totalizante e isentas de qualquer visão parcelada, superando-se as atuais fronteiras disciplinares e conceituais. Visará também alcançar resultados para a produção científica, desenvolvendo nos discentes:

- a habilidade de trabalhar em equipe;
- a percepção da interdisciplinaridade entre as matérias do curso;
- a produção do conhecimento científico;
- a vivência prática dos conteúdos vistos em sala de aula;
- o desenvolvimento do raciocínio analítico na elaboração de estratégias administrativas;
- o hábito da leitura.

O Projeto Integrador terá uma carga-horária de 300 horas divididas nos nove módulos, sendo 30 horas do primeiro ao oitavo módulo e 60 horas no último módulo, e estará ligado a todas as disciplinas do curso de bacharelado em Administração. O Projeto Integrador será um trabalho realizado em equipe, com a orientação de um professor do módulo, que deverá abordar um tema relacionado a três disciplinas do semestre, desenvolvendo trabalhos específicos e interdisciplinares resultando, ainda, em um projeto de extensão.

3.10 METODOLOGIA

Buscando a concretização dos objetivos propostos para a formação de um profissional em administração envolvido com sua realidade, a metodologia de ensino e aprendizagem adotada focará no discente, visto como sujeito ativo e participativo deste processo. Valorizar-se-á, portanto, a interação dialógica como base teórica das relações de ensino-aprendizagem. Nessa concepção, os participantes do processo não farão somente expressar um pensamento, fazer um questionamento ou transmitir uma informação, mas trabalharão simultaneamente com seus interlocutores. A linguagem será vista como instrumento humanístico, político e social de integração do homem no seu contexto.

Sabe-se que é por meio da linguagem que o homem decodifica a realidade e nela intervém, quer seja transformando-a, quer seja ratificando-a. Nessa perspectiva, entende-se que sua proposta metodológica deverá refletir essa concepção.

Assim, durante todo o desenvolvimento do curso, espera-se superar a passividade que tende a dominar a sala de aula numa perspectiva tradicional e buscar nas atividades, estratégias de ensino e postura docente uma concepção educativa progressista, pautada na interação, na mediação e principalmente na aprendizagem como elemento sustentador da relação professor-aluno. O aluno deverá compreender o contexto sócio histórico em que está inserido, para fazer parte da construção teórica que fundamentará sua formação profissional. Desse modo, ele poderá se apresentar com competência própria, realizando-se como sujeito ativo e crítico.

Dentro dessa perspectiva não caberá mais ao aluno acumular passivamente os conteúdos, mas de forma crítica e com postura intelectual madura, articular novos conhecimentos a conhecimentos prévios, dando saltos qualitativos nos seus esquemas cognitivo e afetivo.

Diversificadas metodologias poderão ser utilizadas a partir desse princípio, bem como diferentes recursos de ensino, como exemplo o uso de técnicas diversificadas de leitura e produção de textos, visitas técnicas, trabalhos em grupo diversificados, aula expositiva e dialogada, estágios, seminários, painéis, ciclo de palestras, reuniões acadêmicas, semanas acadêmicas, desenvolvimento de projetos, dentre outros.

A aprendizagem, nesse processo de formação integral, deverá ser orientada pelo princípio metodológico geral, traduzido pela ação-reflexão-ação, que aponta a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas de ensino.

Ao se considerar a realidade humana e social atual, caracterizada pelo avanço tecnológico e a informação instantânea, pela globalização e abordagem da concepção dialética de educação, será levada em conta, na metodologia do curso, a relação dialética entre teoria/prática/teoria, contemplando, ao longo do curso:

- a) a inclusão das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania;
- b) um modelo interdisciplinar com integração dos conteúdos teóricos e práticos, através da observação e intervenção na realidade;
- c) a utilização de metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração dos conteúdos, além de estimular a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão;

- d) a busca de um novo paradigma de intervenção pedagógica fundamentado na perspectiva da educação continuada, do registro das ações docentes, da pesquisa, da inventividade, da compreensão da dimensão social e da formação do ser humano para o exercício da cidadania.

O Curso de Bacharelado em Administração, atualmente, possui uma carga horária de 3.100h a ser ofertada no turno noite com previsão de quatro anos e meio no mínimo para conclusão. Desta carga horária, 2.620h são de disciplinas regulares obrigatórias, 60 horas de disciplinas optativas obrigatórias, sendo esta carga horária a referência para o percentual de até 20% em EAD, não sendo contabilizadas as 100h de ACCs, 300 de PCCs.

São ofertadas 3 disciplinas totalmente a distância:

- Psicologia Aplicada (30H) - Módulo II
- Fundamentos de Economia (60H) - Módulo V
- Economia Brasileira (60H) - Módulo VI

Totalizando 150 horas em EaD, representando 4,8% de todo o curso que apresenta 3100 horas.

3.10.1 Procedimentos metodológicos da oferta da carga horária das disciplinas ofertadas a distância

A oferta deste percentual em EAD é prevista na Portaria nº 4.059/2004¹, art. 1º §2º e art. 4º, revogada pela Portaria nº 1.134 de 10 de outubro de 2016 que mantém em seu art. 1º §1º as mesmas orientações da portaria revogada, conforme texto descrito a seguir:

Art. 1º As instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância.

§ 1º As disciplinas referidas no caput poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

É importante enfatizar que deverão ser executadas exclusivamente de forma presencial, conforme legislação vigente, as atividades a seguir relacionadas:

- I. estágios curriculares;
- II. atividades obrigatoriamente presenciais previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso.

Segundo o DECRETO Nº 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, define a Educação a Distância (EAD) como:

uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Dessa forma, as disciplinas que forem ofertadas na modalidade EAD terão carga horária integral e semanal em EAD. Desse modo se configura oferta integral à distância (art. 1º da Portaria nº 1.134 de 10 de outubro de 2016). A distribuição desta carga horária foi planejada de modo que não ultrapasse o limite estabelecido na legislação como também não comprometa o conteúdo da disciplina de acordo com as especificidades de cada uma.

As disciplinas elencadas com a oferta de carga horária em EAD terão como tecnologia de apoio o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) Moodle (<https://campusonline.ifpi.edu.br/>), já instalado no servidor do IFPI e configurado para este fim.

3.10.2 Interação professor formador, acadêmico e professor mediador.

Para o funcionamento desta metodologia no curso, a efetivação da carga horária da disciplina em EAD será de responsabilidade do docente titular da disciplina, e esta será ofertada no horário normal durante a semana, definido pela coordenação a cada semestre. A disciplina ofertada na modalidade EAD contará com o uso integrado de tecnologia e comunicação para o atendimento das necessidades pedagógicas, e terá também um professor para acompanhamento presencial, mas o professor titular é quem irá fazer as atividades de monitoria da disciplina (art. 1º da Portaria nº 1.134 de 10 de outubro de 2016).

No AVA, será criada uma categoria para o Campus e uma subcategoria para o Curso de Bacharelado em Administração, esta, será gerenciada pela Coordenação de Curso, que solicitará a criação das disciplinas e definirá os perfis de acesso às mesmas.

Dentro da categoria Curso (Curso de Bacharelado em Administração), serão criadas as disciplinas (sala de aula Virtual) e cada professor será vinculado à disciplina que lhe compete e credenciados como professor formador/mediador da mesma. Estas solicitações (Campus, Curso, Nome da Disciplina, Carga horária da Disciplina, Dados do Coordenador, Dados do Professor da Disciplina) devem ser enviadas com antecedência para a Diretoria de EAD ou Setor responsável via memorando pela coordenação do referido curso.

Nesta sala de aula virtual, o professor disponibilizará para os alunos os materiais didáticos necessários para a leitura e estudo tais como: apostilas, vídeo aula, pastas de arquivos, objetos de aprendizagem, links para sites relacionados ao tema etc. Além disso, professor e aluno contarão com ferramentas diversas de interação como: chat, fórum e mensagem.

O AVA possui também outras ferramentas de atividade como: Base de dados; Escolha; Ferramenta externa; Glossário; Laboratório de Avaliação; Lição; Pesquisa; Pesquisa de avaliação; Questionário; SCORM/AICC; Tarefa e Wiki. Estas ferramentas poderão ser utilizadas como atividades de apoio ao processo de ensino e aprendizagem.

O professor formador/titular da disciplina deverá:

- a) Elaborar o plano de disciplina, de acordo com a ementa contida no PPC e contemplando os seguintes componentes: carga horária presencial e a distância; metodologia adotada; critérios de avaliação; cronograma de atividades a distância, conforme o calendário acadêmico de cada campus; mecanismos de atendimento aos estudantes.
- b) Elaborar e postar os materiais digitais necessárias para a integralização do conteúdo programático proposto no plano de ensino, articulado a procedimentos e atividades pedagógicas coerentes com os objetivos educacionais propostos para a formação do perfil do egresso;
- c) Participar dos fóruns postados no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle inferindo acerca das respostas dos alunos e atender solicitação do aluno no AVA não ultrapassando as 48h;
- d) Planejar e acompanhar o desenvolvimento de atividades de orientação da disciplina a ser ministrada;
- e) Acompanhar as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas em sua disciplina;

- f) Elaborar e corrigir as avaliações, sendo que as provas, obrigatoriamente, deverão ser aplicadas presencialmente, e ser devolvidas corrigidas ao aluno no prazo de 7 (sete) dias úteis, conforme o Art. 58, seção I, da Organização Didática/IFPI;
- g) disponibilizar as notas aos alunos via Q-acadêmico, conforme o prazo estabelecido no calendário acadêmico;
- h) Fomentar o hábito da leitura e pesquisa, a realização de atividades culturais, interdisciplinares, grupos de discussão, pesquisa de campo e visitas técnicas;
- i) Encaminhar ao coordenador de curso o diário de classe, após o encerramento da disciplina, com as atividades desenvolvidas no AVA.

Além do professor formador/titular da disciplina a turma também contará com o professor mediador da disciplina que exercerá a função de tutor, sendo que este professor será preferencialmente, um professor do Eixo de Gestão e Negócios, e ocupará um papel de extrema importância, visto que irá atuar como um elo entre os estudantes, a instituição e o professor titular da disciplina, cumprindo o papel de facilitador da aprendizagem. O professor mediador que acompanhará a turma presencialmente deverá incluir a carga horária referente a disciplina conforme a alínea “f”, do Art 8º, da Resolução 30/2015 - CONSELHO SUPERIOR-IFPI (participação em projetos ou programas de interesse da Instituição, sem contrapartida pecuniária para os docentes), no momento de preenchimento do seu Plano Semestral de Atividade Docente (PSAD).

As atribuições do professor formador/titular serão:

- a) Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os discentes;
- b) Estabelecer contato permanente com os alunos e acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma da disciplina;
- c) Colaborar com a coordenação do curso no acompanhamento dos estudantes;
- d) Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- e) Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável, sempre que este não puder estar presente;
- f) Corrigir a avaliação, conforme o gabarito fornecido pelo professor formador, sendo que a prova, obrigatoriamente deverá ser aplicada presencialmente, e ser

devolvidas corrigidas ao aluno no prazo de 7 (sete) dias úteis, conforme o Art. 58, seção I, da Organização Didática/IFPI, e disponibilizar as notas ao professor formador para que este realize o registro no Q-acadêmico.

- g) De acordo com os Planos de Ensino do Professor da Disciplina, tirar dúvidas sobre o planejamento de atividades feito pelos professores das disciplinas e coordenação do curso, observando a carga horária da disciplina.
- h) Atender aos alunos nos horários das aulas presenciais, conforme estabelecido em cronograma da disciplina;
- i) Orientar os alunos do curso no primeiro encontro ou quando assim for necessário, quanto a utilização da Plataforma Moodle no desenvolvimento das atividades pedagógicas.
- j) Comunicar-se regularmente durante a semana com os alunos e professores das disciplinas;
- k) Participar de encontros presenciais obrigatórios, tais como seminários, avaliações, reuniões com as coordenações do campus e coordenação do Curso Bacharelado em Administração.

O processo avaliativo de aprendizagem é constituído de avaliação formativa e somativa em tarefas desenvolvidas virtualmente e presencialmente.

Os critérios de Avaliação da Educação Superior estão em consonância com as Normas de Organização Didática vigente no Instituto Federal do Piauí. Os instrumentos de avaliação da aprendizagem que podem ser utilizados são: avaliação de desempenho em atividades práticas, provas objetiva/dissertativas, seminários, relatórios, discussão de casos, avaliação entre pares, divulgação de trabalho científico (pôster), portfólio, dentre outros. Desse modo, o sistema de avaliação do ensino e da aprendizagem aborda aspectos quantitativos e qualitativos. Contudo, a avaliação dos estudantes deve ser realizada de forma, obrigatoriamente, presencial.

3.11 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O processo de avaliação do ensino-aprendizagem constitui-se como uma ferramenta sistemática, essencial para a consolidação de habilidades e competências. Tal processo deve

estar em consonância com projeto político-pedagógico, com os objetivos gerais e específicos do IFPI e com o perfil profissional do curso.

A avaliação deverá ter caráter formativo, processual e contínuo, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, a fim de propiciar um diagnóstico preciso do processo de ensino e aprendizagem que possibilite ao professor analisar sua prática e ao estudante comprometer-se com seu desenvolvimento intelectual adquirindo autonomia. Ela aparecerá como subsídio para tomada de decisão, o que vai levar ao professor realizar novas abordagens sobre o desenvolvimento das competências adquiridas pelo aluno, constatando seu aproveitamento.

A avaliação da Aprendizagem é regulamentada pela organização didática do IFPI, RESOLUÇÃO NORMATIVA 143/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de agosto de 2022. Altera a Resolução que normatiza a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

3.11.1 Avaliação da aprendizagem

A avaliação do processo ensino-aprendizagem deverá ter como parâmetros os princípios do projeto político-pedagógico, a função social, os objetivos gerais e específicos do IFPI e o perfil de conclusão de cada curso.

A avaliação é um processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, conforme estabelece a Lei No 9.394/96.

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo ensino-aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e/ou ao desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes pelos alunos e à ressignificação do trabalho pedagógico.

A Sistemática de Avaliação do IFPI compreende avaliação diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação da aprendizagem dar-se-á por meio de um ou mais dos seguintes instrumentos:

- I - prova escrita;
- II - observação contínua;
- III - elaboração de portfólio;
- IV - trabalho individual e/ou coletivo;

- V - resolução de exercícios;
- VI - desenvolvimento e apresentação de projetos;
- VII - seminário;
- VIII - relatório;
- IX - prova prática; e
- X - prova oral.

A escolha do instrumento de avaliação da aprendizagem deverá estar em consonância com a especificidade da disciplina, os objetivos educacionais propostos e o conteúdo ministrado.

3.11.2 Sistema de Avaliação do Curso de Bacharelado em Administração

A avaliação da aprendizagem nos Cursos Superiores de Graduação, ofertados na forma de módulo/disciplinas, será expressa em notas, numa escala de 0,0(zero) a 10,0 (dez), sendo admitida uma casa decimal.

Será considerado aprovado por média em cada disciplina o aluno que obtiver média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% da carga horária da disciplina, sendo registrada, no Diário de Classe e Sistema de Controle Acadêmico, a situação de Aprovado.

Caso a nota semestral seja inferior a 4,0 (quatro), o discente será considerado reprovado, sendo feito o registro, no Diário de Classe e Controle Acadêmico, da condição de Reprovado por Nota.

Se a Média Semestral na disciplina for igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete), o discente que tiver ao menos 75% de frequência da carga horária da disciplina fará Exame Final; neste caso, a Média Final será calculada da seguinte forma:

$$MF = (MS + EF)/2$$

Onde:

MF = Média Final;

MS = Média Semestral;

EF = Exame Final.

Para a aprovação, o resultado descrito no parágrafo anterior terá que ser igual ou superior a 6,0 (seis), sendo registrada, no Diário de Classe e no Sistema de Controle Acadêmico, a situação de Aprovado após Exame Final.

Caso a nota semestral, após o Exame Final, seja inferior a 6,0 (seis), o discente será considerado reprovado, sendo lançada, no Diário de Classe e no Controle Acadêmico, a situação de Reprovado por Nota.

3.11.3 Verificação de Aprendizagem em Segunda Chamada

É direito do aluno o acesso às várias formas de avaliação da aprendizagem, incluídas as de segunda chamada, desde que as solicite à Coordenação de Curso/Área, via protocolo, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a realização da avaliação à qual não se fez presente, mediante a apresentação dos documentos justificativos abaixo especificados:

I - atestado médico comprovando a impossibilidade de participar das atividades escolares do dia;

II - declaração de corporação militar comprovando que, no horário da realização da 1ª chamada, estava em serviço;

III - declaração da Direção de Ensino do campus, comprovando que o estudante estava representando o IFPI em atividade artística, cultural ou esportiva;

IV - ordem judicial;

V - certidão de óbito de parentes de primeiro grau ou cônjuge;

VI - declarações de trabalho em papel timbrado com carimbo da empresa e assinatura do empregador; e

VII - outros que possam comprovar a solicitação.

Os casos omissos deverão ser analisados pelo Coordenador de Curso em conjunto com o professor da disciplina para análise da viabilidade do pedido.

A autorização para realização da verificação da aprendizagem, em segunda chamada, dependerá da análise do requerimento, pela Coordenadoria de Curso, conjuntamente com o professor da disciplina, que disporão de 24 horas, após a notificação ao professor, para emitir parecer relativo ao objeto do requerimento.

Cabe ao professor da disciplina a elaboração e a aplicação da verificação da aprendizagem em segunda chamada, no prazo máximo de 08 (oito) dias após o deferimento do pedido.

Se, por falta de comparecimento do aluno, em qualquer etapa de avaliação, decorrido o prazo de pedido de segunda chamada, não for possível apurar o seu aproveitamento escolar, ser-lhe-á atribuído nota 0,0 (zero).

3.11.4 Revisão da Verificação da Aprendizagem

O aluno que discordar do(s) resultado(s) obtido(s) no(s) procedimento(s) avaliativo(s) poderá requerer revisão de provas.

O requerimento, com fundamentação da discordância, deverá ser dirigido à Coordenação de Curso, até dois dias úteis, após o recebimento da avaliação.

Cabe à Coordenação de Curso, no prazo de 2 dias, dar ciência ao professor da disciplina para emitir parecer.

Cabe ao professor da disciplina dar parecer no prazo de (3 dias) a partir da ciência dada pela Coordenação.

Caso o professor se negue a revisar a prova, cabe à Coordenação do Curso em reunião com o Colegiado de Curso e deliberar sobre a revisão, no prazo máximo de sete dias úteis.

3.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares integram, em caráter obrigatório, o currículo do curso e consistem em atividades diferenciadas com cunho acadêmico, científico, tecnológico e cultural. São realizadas pelos alunos dentro ou fora da instituição e propiciam ampliação e flexibilização do seu contexto formativo. Devem ser cumpridas entre o primeiro e o último período do curso e são distribuídas em Atividades Acadêmico-Científico-Culturais e Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade.

3.12.1 Atividades Acadêmico-Científico-Culturais

Para as atividades Acadêmico-Científico-Culturais (ACC) será proposto um modelo com bases na integração sistêmica entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo este propício ao desenvolvimento de atitudes e ações empreendedoras e inovadoras, tão importantes ao ambiente administrativo. O modelo pretende inserir o aluno em uma cultura proativa com foco na busca contínua por aprendizagem e capacitação, tornando-o atualizado e apto ao exigente mercado de trabalho. A proposta será consolidada no desenvolvimento e estímulo individual para a participação em cursos de pequena duração, seminários, fóruns, palestras, visitas técnicas, estágios curriculares, dentre outras atividades que permitam integrar os currículos a temas de relevância social, local, regional e/ou nacional, possibilitando a construção paralela de conhecimentos que auxiliam na formação do profissional da administração.

Para motivar o acadêmico nesse processo de desenvolvimento individual contínuo, a matriz curricular do Curso de Graduação em Administração permitirá a integralização de Atividades Extracurriculares. Estas atividades serão consideradas obrigatórias e deverão ser realizadas fora do horário do curso normal e fora dos componentes curriculares obrigatórios, compondo a carga horária mínima de 100 horas. A validação dessas atividades ocorrerá com a apresentação de certificados ou atestados, contendo o número de horas e descrição das atividades desenvolvidas, assinados pelo responsável direto pela oferta da atividade.

A fim de definir o formato das atividades possíveis de integralização curricular, o Instituto Federal do Piauí regulamentou institucionalmente os critérios para aproveitamento das atividades ACC, os quais deverão ser seguidos para cumprimento desta etapa do curso de bacharelado em Administração.

As ACCs são regulamentadas institucionalmente como atividades complementares pelo Regulamento do desenvolvimento das atividades complementares em áreas específicas de interesse do estudante dos cursos de graduação (tecnologia e bacharelados), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1WUgsaCrfl62bbTW3rUit6E2Q_X-Ln85J/view0

3.12.2 Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade

A extensão é um processo educativo, cultural e científico que viabiliza a relação entre o IFPI e a sociedade, articulada de forma indissociável ao ensino e à pesquisa.

As atividades de extensão são obrigatórias para todos os estudantes do curso e terão seu registro no histórico escolar do estudante no formato Práticas Curriculares em Comunidade e em Sociedade (PCCS).

As Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade visam aproximar o discente da comunidade, com objetivo de promover interação entre a Instituição de Ensino e a sociedade, integrando os saberes e buscando o desenvolvimento social de forma a enfrentar os problemas que surgem na realidade contemporânea. Poderão ser compostas por atividades esportivas, atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, participação em Centros Acadêmicos, trabalho voluntário, atividades beneficentes, participação em projetos de extensão e participação em exposição ou organização de atividades artísticas e culturais, projetos interdisciplinares, entre outros.

As PCCS serão compostas por uma carga-horária de 300 horas distribuídas nos nove módulos, sendo 30 horas do primeiro ao oitavo módulo e 60 horas no último módulo, que serão comprovadas por meio de certificados conforme consta no regulamento institucional específico.

As PCCS são regulamentadas institucionalmente pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 113/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 29 de março de 2022, disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1HIC_RBhKf28GHc9fQgdxgw6e16zZGfm5/view

3.13 APOIO AO DISCENTE

3.13.1 Políticas de Assistência Estudantil

IFPI busca a articulação permanente das políticas da Instituição com as políticas nacionais de inclusão social, envolvendo a alocação de recursos que sustentem o acesso e permanência dos estudantes com portadores de necessidades especiais e sociais. Neste sentido, a Instituição adota a Política de Assistência Estudantil – POLAE – Resolução CONSUP no 035/2021.

Conforme a resolução supracitada a POLAE - Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí é um conjunto de princípios e diretrizes que norteia a implantação de programas que visam garantir o acesso, a

permanência e o êxito acadêmico na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico.

A POLAE obedecerá aos seguintes princípios:

- I. gratuidade do ensino;
- II. garantia de igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão do curso no IFPI;
- III. formação ampliada na promoção do desenvolvimento integral dos estudantes;
- IV. garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- V. defesa em favor da justiça social, respeito à diversidade e eliminação de todas as formas de preconceitos e/ou discriminação por questões de classe social, gênero, etnia/cor, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição mental, física e psicológica.
- VI. promoção da inclusão social pela educação;
- VII. divulgação ampla dos serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão;
- VIII. orientação humanística para o exercício pleno da cidadania.
- IX. participação política dos estudantes a quem se destina esta Política, na perspectiva de cidadania.

Ainda em consonância com os princípios acima relacionados tem por objetivos:

- I. promover condições para o acesso, a permanência e a conclusão do curso pelos estudantes do IFPI, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino, conforme preconizam os artigos: 206 da CF; 3º da LDB (Lei nº 9.394/96); Lei 8069/90 (ECA); Lei 12852/13 – Estatuto da Juventude e Decreto 7234/10 – PNAES;
- II. assegurar aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas;
- III. proporcionar ao estudante com necessidades educacionais específicas as condições básicas para o seu desenvolvimento acadêmico;

- IV. contribuir para a melhoria do processo ensino aprendizagem, com vistas à redução da evasão escolar;
- V. contribuir para redução dos efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais;
- VI. VI – Identificar anualmente o perfil socioeconômico dos alunos do IFPI;
- VII. fomentar o protagonismo dos estudantes, assegurando sua representação no acompanhamento e avaliação das ações da Política de Assistência Estudantil;
- VIII. propor um sistema de avaliação dos Programas e Projetos de Assistência Estudantil; e
- IX. implantar um sistema de informação de coleta de dados socioeconômicos dos estudantes do IFPI.

O público alvo da POLAE são os estudantes regularmente matriculados nos cursos do Ensino Médio Integrado, Ensino Técnico Concomitante/subsequente e estudantes de graduação.

A POLAE prevê atendimento aos estudantes por meio de dois programas: Programas Universais e Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social.

3.13.2 Programas Universais

Os Programas Universais visam incentivar a formação acadêmica, a produção do conhecimento, o desenvolvimento técnico-científico, a formação cultural e ética, sendo envolvidas ações de ensino, pesquisa e extensão. Estão organizados em três categorias:

- I - Atendimento ao Estudante: Oferta de ações e serviços de acompanhamento biopsicossocial no processo de ensino, incentivo à cultura e ao esporte além de provimento de alimentação básica aos estudantes.
 - a) Alimentação estudantil;
 - b) Assistência à Saúde do Estudante;

- c) Acompanhamento e Suporte ao Ensino;
- d) Incentivo à Participação Político Acadêmica.

II - Desenvolvimento Técnico Científico: Fomento ao desenvolvimento Técnico-científico dos estudantes por meio de benefícios pecuniários que estimulem a produção do conhecimento bem como incentivo financeiro à participação em eventos acadêmicos. Sendo que serão envolvidas as áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão no intuito de contribuir com a formação cultural, científica e ética do estudante.

Os estudantes participantes desta categoria, deverão submeter-se a processo de seleção através de Editais específicos, sob a responsabilidade dos setores competentes, exceto Projetos de Visitas Técnicas que serão analisados pelos próprios projetos.

São Programas/Projetos de Desenvolvimento Técnico Científico:

- a) Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante - PRAEI
- b) Projetos de Monitoria;
- c) Projetos de Iniciação Científica: PIBIC e PIBIC Jr;
- d) Projetos de Extensão
- e) Projetos de Visitas Técnicas

III - Necessidades Educacionais Especiais: Apoio às atividades de inclusão social a estudantes com Necessidades Educacionais Especiais, que apresentam deficiência física ou mental, permanente ou momentânea e que necessitam de ações específicas e adequadas que possam facilitar as suas dificuldades frente ao processo de ensino-aprendizagem, bem como garantir condições necessárias para o acompanhamento das atividades de Ensino, Pesquisa e extensão.

As ações que visam garantir a inclusão de pessoas portadores de necessidades especiais serão operacionalizadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE em conjunto com setores afins.

3.13.2.1 Alimentação Estudantil

Alimentação Estudantil: tem como objetivo oportunizar aos estudantes o atendimento às necessidades básicas de alimentação, de forma gratuita, através da utilização do Restaurante Estudantil. Para tanto, propõe:

I - garantir o fornecimento de uma alimentação equilibrada/balanceada e saudável para a comunidade estudantil, por meio dos restaurantes institucionais, com a supervisão de um Nutricionista, contribuindo para permanência dos estudantes nos campi; e

II - promover a saúde alimentar dos estudantes e o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis.

3.13.2.2 Assistência à Saúde do Estudante:

Tem como foco central a promoção e a prevenção da saúde, na perspectiva da educação em saúde por meio da adoção de hábitos de vida saudáveis, colaborando com o bem-estar físico, psíquico e social dos estudantes. Para tanto, propõe:

I - fomentar o protagonismo estudantil na prevenção e promoção da saúde;

II- ofertar assistência médica, odontológica e psicológica para atendimento básico dos alunos regularmente matriculados;

III- realizar os encaminhamentos necessários à Rede de Saúde Pública ou Privada;

IV- incentivar a cultura de paz, prevenindo as diferentes expressões de violência;

V – prevenir o uso e/ou abuso de álcool e outras drogas;

VI – abordar questões relativas à sexualidade e à prevenção das DSTs/HIV/AIDS;

VII – inserir no cotidiano educacional questões relativas à saúde mental; e

VIII - identificar e investigar as condições de saúde dos estudantes.

3.13.2.3 Monitoria

Ainda em consonância com a RESOLUÇÃO NORMATIVA 94/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de novembro de 2021. A monitoria é entendida como instrumento para a melhoria do ensino dos cursos técnicos e de graduação, por meio do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas que visem fortalecer a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos,

tendo como finalidade a cooperação mútua entre discentes e docentes e a vivência com o professor e com as suas atividades técnico-didáticas.

O sistema de monitoria está classificado em dois tipos:

I – monitoria voluntária não remunerada – refere-se à atividade de monitoria cuja participação do estudante ocorre de forma volitiva, sem recebimento de bolsa; e

II – monitoria remunerada por bolsa - refere-se à atividade de monitoria cuja participação do estudante está condicionada ao recebimento de remuneração por meio de bolsa.

O Programa de Monitoria de Ensino tem os seguintes objetivos:

I - estimular a participação de estudantes dos Cursos Técnicos e de Graduação no processo educacional nas atividades relativas ao ensino e à vida acadêmica do IFPI;

II- oferecer atividades de reforço escolar ao estudante com baixo desempenho acadêmico, com a finalidade de superar problemas de retenção escolar, evasão e falta de motivação;

III – possibilitar o compartilhamento de conhecimentos por meio da interação entre estudantes;

IV – favorecer a cooperação entre professores e estudantes, visando à melhoria da qualidade do ensino; e

V– estimular a cooperação entre estudantes, como forma de promover a parceria entre colegas e incentivo aos estudos.

3.13.2.4 Programas Institucionais de Iniciação Científica

Os Projetos de Iniciação Científica, visam colocar os estudantes de cursos técnicos e de graduação em contato direto com a atividade científica e de pesquisa. Nesse processo, espera-se proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa. São Programas de Iniciação Científica:

I- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC- é um programa vinculado à área estratégica de pesquisa, cuja finalidade é incentivar a participação de estudantes em projetos de pesquisa. Participam alunos do Ensino Superior.

II - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior – PIBIC JR é um programa vinculado à área estratégica de pesquisa, cuja finalidade é incentivar a participação de estudantes em projetos de pesquisa. Participam alunos do Ensino Médio Integrado.

Os estudantes que desejarem participar de projetos de iniciação científica deverão ficar atentos a Editais ou processos seletivos sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa.

3.13.2.5 Extensão

Os Projetos de Extensão objetivam contribuir para a formação acadêmica, profissional e cidadã do estudante, viabilizando a participação efetiva de estudantes em Projetos de Extensão que venham intervir para o benefício da comunidade externa do IFPI bem como para o crescimento acadêmico do estudante.

Os estudantes que quiserem participar dos Projetos de Extensão também dependerão de Editais ou processos seletivos sob a responsabilidade da Coordenação de Extensão.

Ademais, os discentes desenvolvem projetos de extensão através da realização das Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade, através da realização de projetos, programas de extensão, cursos e oficinas de extensão, eventos de extensão e/ou prestação de serviços à comunidade, conforme abordado anteriormente neste PPC e explicitado na RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 113 DE 2022.

3.13.2.6 Visitas Técnicas

Os Projetos de Visitas Técnicas são projetos que apresentam uma relação entre o ensino e o conhecimento prático a partir de experiência em outras instituições e/ou lugares atendendo às necessidades dos respectivos cursos, proporcionando a troca de experiência e enriquecimento curricular. Trata-se de ajuda de custo, (bolsa deslocamento) aos estudantes

a fim de subsidiar a participação dos mesmos em tais visitas. Estes são propostos pelos docentes que são responsáveis pelo acompanhamento dos alunos durante as visitas.

3.13.3 Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social

O Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social é direcionado ao estudante que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Para tentar minimizar a desigualdade de oportunidades, este programa visa contribuir para melhoria do desempenho acadêmico e conseqüentemente prevenir situações de retenção e evasão decorrentes de problemas financeiros e agravantes sociais.

Para ingressar no Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social o estudante deve obedecer alguns critérios:

- I. estar regularmente matriculado;
- II. possuir renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio;
- III. apresentar condições de vulnerabilidade social;
- IV. estar na iminência de evasão escolar em razão das condições socioeconômicas.

O benefício é assegurado àqueles estudantes que dele necessitam, selecionados através de edital regulamentado pela POLAE e executado pela Comissão de Assistência Estudantil. Os benefícios estão organizados da seguinte forma:

Benefício Permanente: trata-se do benefício oferecido ao estudante durante o percurso acadêmico, conforme Edital de seleção, sendo reavaliado anualmente em análise socioeconômica e frequência escolar.

Benefício Eventual: Oferecido ao estudante que vivencia situação temporária de vulnerabilidade socioeconômica. O benefício busca suprir necessidades temporárias de materiais de apoio ao desenvolvimento das atividades educacionais, tais como: fardamento escolar, óculos, aparelho auditivo, entre outros.

Benefício Atleta: Corresponde ao repasse financeiro ao estudante atleta, como incentivo a participação do mesmo em atividades desportivas de representação do IFPI, oportunizando a sua socialização e fomentando as suas potencialidades.

Benefício Cultura: Corresponde ao repasse financeiro ao estudante, como incentivo a participação do mesmo em atividades culturais de representação do IFPI, oportunizando a sua socialização e fomentando as suas potencialidades.

Benefício Moradia Estudantil: Trata-se de recursos financeiros para assegurar o funcionamento e a manutenção de moradia ou alojamento estudantil nos campi que já dispõe desse serviço ou para aqueles que, dependendo da disponibilidade de recurso financeiro, estrutura física e recursos humanos, comprovar tal necessidade junto à Reitoria.

3.13.4 Mecanismos de Nivelamento

Em busca de um melhor aproveitamento e, também, reduzir a evasão e a retenção do discente no início da vida acadêmica será proposto um nivelamento dos conteúdos básicos, por meio das disciplinas de Matemática Aplicada e Português Instrumental.

3.13.5 Estágio não obrigatório

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Administração, o estágio supervisionado será uma atividade curricular opcional. O estágio não obrigatório do curso de Administração acontecerá no 9º módulo, compreendendo uma carga horária de 200 (duzentas) horas e com ele pretende-se dar ao discente a oportunidade de estar em contato com profissionais e atividades relevantes em variados tipos de organizações. Entende-se que a articulação entre teoria e prática é de fundamental relevância para o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

O Estágio, embora seja uma atividade curricular não obrigatória no curso de Administração do IFPI no Campus Oeiras, estará subordinado ao Conselho do Curso de Administração. Dada a sua complexidade, a condução do processo estrutural em termos do seu desenvolvimento e gestão será feita pela Coordenação de Estágio, que, para tanto, contará com apoio acadêmico de professores orientadores das áreas específicas do Curso de

Administração, do supervisor da parte concedente do estágio e apoio da Coordenação do curso.

O aluno estagiário será acompanhado pelo professor orientador de estágio do curso de Administração, e pelo supervisor de área na empresa, por um período de 200 horas no último módulo do curso. Os discentes poderão realizar o estágio nas grandes áreas de atuação profissional da administração como: Teorias da Administração; Teorias da Organização; Gestão de Pessoas; Administração de Marketing; Administração de Materiais; Administração da Produção; Logística; Administração Financeira e Orçamentária; Sistemas de Informação; Administração Estratégica; Serviços; Administração Pública Sistema, Organização e Métodos.

O aluno poderá estagiar nas empresas privadas, em órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, onde seja funcionário ou proprietário, bem como pode estagiar com profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

O processo avaliativo do estagiário envolverá a avaliação de um Plano de Estágio, as frequências e o relatório de estágio. O aluno será avaliado e acompanhado pelos seguintes agentes responsáveis pelo processo do estágio:

- na instituição - pelo conselho do curso de Administração através do coordenador de curso, coordenação de estágio e professor orientador.
- parte concedente: supervisor do estágio na empresa.

O Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos Presenciais obrigatórios ou não, são regulamentados pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 96/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 24 de novembro de 2021.

3.13.6 Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica é regulamentada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 121/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 30 de março de 2022, que dispõe sobre Atualiza o regulamento que estabelece as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica de estudantes de cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

São consideradas como atividades de Mobilidade Acadêmica aquelas de natureza acadêmica, científica, artísticas e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que visem à complementação e ao aprimoramento da formação do estudante de graduação.

A duração das atividades será de, no mínimo, 01 (um) mês e, no máximo, 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, de acordo com as normas dos programas e convênios de mobilidade acadêmica dos quais os alunos do IFPI participam e desde que cumpridas as normas institucionais vigentes.

A mobilidade acadêmica é caracterizada como:

- I - mobilidade Acadêmica Nacional; e
- II - mobilidade Acadêmica Internacional.

A Mobilidade Acadêmica Nacional é aquela na qual o estudante realiza atividades de mobilidade estudantil em outra instituição de ensino brasileira, mantendo o vínculo de matrícula na Instituição de origem durante o período de permanência na condição de “estudante em mobilidade”.

A Mobilidade Acadêmica Internacional é aquela na qual o estudante realiza atividades de mobilidade estudantil em instituição de ensino estrangeira, mantendo o vínculo de matrícula na Instituição de origem durante o período de permanência na condição de “estudante em mobilidade”.

A mobilidade acadêmica poderá ocorrer por meio de:

- I - adesão a Programas do Governo Federal; e
- II - estabelecimento de Convênio interinstitucional.

A Mobilidade Acadêmica tem por finalidade:

I - proporcionar o enriquecimento da formação acadêmico-profissional e humana, por meio da vivência de experiências educacionais em instituições de ensino nacionais e internacionais;

II - promover a interação do estudante com diferentes culturas, ampliando a visão de mundo e o domínio de outro idioma;

III - favorecer a construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico do estudante, contribuindo para seu desenvolvimento humano e profissional;

IV - estimular a cooperação técnico-científica e a troca de experiências acadêmicas entre estudantes, professores e instituições nacionais e internacionais;

V - propiciar maior visibilidade nacional e internacional ao IFPI; e

VI - contribuir para o processo de internacionalização do ensino de graduação no IFPI.

3.13.7 Acessibilidade

Para a inclusão de pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, o Instituto procura atender a Lei no 10.098/2000 disponibilizando rampas nas entradas, portas largas, barras de apoio e pisos antiderrapantes, sanitários adaptados para cadeirantes, reserva de vagas em seus estacionamentos.

O IFPI promove e desenvolve ações com o intuito de ampliar as condições de acessibilidade para os alunos com necessidades específicas físicas e educacionais através do NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.

Com o objetivo de permitir uma aproximação entre os falantes da Língua Portuguesa e as comunidades surdas, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais está inserida no currículo como disciplina optativa seguindo as orientações do Decreto no 5.626/2005. A utilização da Libras se mostra necessária especialmente nos espaços educacionais, favorecendo ações de inclusão social e oferecendo possibilidades para a quebra de barreiras linguísticas entre surdos e ouvintes.

3.13.8 Profissionais Técnicos Especializados em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais

São atribuições do Tradutor/Intérprete de Libras, no exercício de suas competências, no âmbito do IFPI:

I - Efetuar a comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II – Traduzir e interpretar, em Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, as atividades didático pedagógicas e culturais de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvida nos cursos técnicos de níveis fundamental, médio e no ensino superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares, em sala de aula e demais ambientes acadêmicos;

III - Traduzir e interpretar materiais didáticos, artigos, livros, textos diversos, provas, exercícios, vídeos e outros, reproduzindo em Libras ou na modalidade oral da língua portuguesa o pensamento e intenção do emissor;

IV - Atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

V - Participar da produção de material técnico, didático-pedagógico ou de informática;

VI - Apoiar a acessibilidade aos serviços e às atividades-fim do IFPI, atendendo ao disposto no Decreto 5.626/05, na Lei 13.146/15, na Resolução nº 07/2018/CONSUP/IFPI e aos demais preceitos vigentes e zelando pelo rigor técnico, pela ética profissional, o respeito à pessoa e à cultura da pessoa surda.

Identificando a necessidade de profissionais técnicos especializados em tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais, não havendo o mesmo dentro dos quadros de servidores do campus, o IFPI realiza a contratação de profissionais através de contratação temporária de profissionais.

3.14 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A avaliação será contínua, com momentos específicos para discussão, englobando uma análise integrada dos diferentes aspectos, estruturas, relações, compromisso social, atividades e finalidades da instituição e do respectivo curso, abrangendo uma perspectiva interna e externa:

- a) **Avaliação Interna:** ações decorrentes dos processos de avaliação, no âmbito do curso, considerando o relatório de autoavaliação institucional elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), alinhadas com as metas estabelecidas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPI, a fim de promover o aperfeiçoamento de forma estratégica. Serão também instrumentos de avaliação interna o Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), caracterizados, respectivamente.

A autoavaliação ocorrerá com periodicidade estabelecida pelos colegiados dos cursos, com previsão no calendário acadêmico e fornecerá as bases para elaboração do

(re)planejamento das ações acadêmico-administrativas no âmbito do curso, e consequentemente, para a tomada de decisão.

b) Avaliação Externa: A avaliação Externa abrangerá a visita in loco, realizada para autorização do curso, reconhecimento e renovação de reconhecimento, na qual são avaliadas as três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas. Além disso, a avaliação externa contempla resultados obtidos pelos alunos do curso no Enade e os demais dados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

O curso de bacharelado em administração, atualmente encontra-se em processo de reconhecimento de curso, formalizado pelo processo 201927617 no sistema e-MEC em 11 de outubro de 2019, e encontra-se atualmente na fase de avaliação.

Em 2022, os primeiros alunos concluintes do curso realizaram o ENADE 2022, dentro do III ciclo de avaliação, com previsão para os resultados serem publicados no segundo semestre de 2023.

Os resultados dessas avaliações sistemáticas indicarão a eficácia do presente Projeto Pedagógico de Curso, oportunizando a implementação de ações acadêmico-administrativas necessárias para a melhoria contínua do curso em questão.

3.15 ATIVIDADES DE TUTORIA

Na Rede Federal a tutoria a qual denominamos de mediação pedagógica é realizada pelo corpo docente da instituição. As disciplinas de Fundamentos de Economia, Economia Brasileira e Psicologia Aplicada são ofertadas na modalidade EAD por professores que cooperam com o campus Oeiras do Piauí. A plataforma utilizada é o Moodle. Todo material é postado na plataforma, onde os alunos acessam do próprio campus, em um dos laboratórios oferecidos.

Os professores formadores e/ou professores mediadores/tutores oferecerão ao discente acompanhamento didático-pedagógico presencialmente, via AVA e/ou videoconferência/webconferência.

As normas e procedimentos de oferta de cursos na Modalidade de Educação a Distância no âmbito do IFPI, e dá outras providências. Estão previstos na RESOLUÇÃO NORMATIVA 16/2021 - CONSUP/SUPCOL/REI/IFPI -

https://drive.google.com/file/d/1sqOdwMtp_xQ60CdiV09NqByU71CM87PA/view

3.16 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

A adequação dos conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de tutoria são a realização de suas atividades. Todas as ações ocorrem de maneira alinhada com o planejamento do professor colaborador.

Todo o material é inserido na plataforma e a coordenação promove a oferta e disponibilidade das ferramentas necessárias para o acesso.

O acompanhamento acontece de forma integral e contínua com o objetivo de sanar as eventuais falhas que possam ocorrer durante a oferta da disciplina.

O NEaD é um órgão de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão e Educação a Distância (EaD), vinculado à Diretoria de Ensino do campus. No âmbito institucional, o NEaD também possui vínculo com a Diretoria de Educação a Distância, vinculada à Pró-Reitoria de Ensino.

https://drive.google.com/file/d/1MTabtE7g_-CyyHEaaopDfOGXUFT9Wu-c/view

Compete a NEaD:

I - assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade de EaD, mediante a articulação contínua com todos os setores do campus;

II - qualificar servidores docentes e técnico-administrativos para atuarem em EaD em articulação com a Diretoria de Ensino do campus e/ou Diretoria de EaD do IFPI;

III - assessorar e dar suporte a todas as iniciativas e experiências em EaD, no âmbito do campus e da comunidade;

IV – desenvolver, em articulação com Diretoria de EaD do IFPI, projetos, atividades e programas em EaD, em parcerias com outras instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, governamentais ou não governamentais;

V - promover congressos, simpósios e similares sobre assuntos relacionados com EaD no âmbito do campus;

VI - dar o suporte à implementação da carga horária de EaD dos cursos presenciais quando regulamentados em seus PPCs;

VII - realizar a gestão do uso e da qualidade do material didático do NEaD; e

VIII - promover o estudo permanente das disposições legais acerca da EaD, tendo em vista a adoção de medidas para as adequações que se fizerem necessárias.

3.17 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Os recursos de TICs do Campus de Oeiras do Piauí são destinados às áreas Administrativas e de Ensino, contribuindo para a eficiência dos processos de apoio e finalísticos da instituição, garantindo a acessibilidade digital, comunicacional e interação entre os docentes, discentes e coordenador do curso, assegurando o acesso a recursos a qualquer hora e lugar. Abaixo estão descritos os diversos tipos de TIC utilizados pelo Campus:

Campus On-Line IFPI : Principal plataforma de sustentação das atividades a distância de nosso curso. O Campus On-line Ifpi é Ambiente virtual de apoio a educação a distância do IFPI. É um espaço interativo baseado na plataforma de aprendizagem Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment).

Sistema SUAP: Módulo destinado à gestão de processos acadêmicos, nesta ferramenta é possível ao aluno além de acompanhar seus registros acadêmicos, o sistema permite fóruns de discussão, comunicar-se com os docentes, receber materiais de aula, realizar requerimentos, inscrever-se em eventos institucionais.

Sistema Pergamum (Biblioteca on-line): Sistema voltado para a consulta e controle do acervo bibliográfico do Campus.

Base Institucional Acadêmica - BIA - Repositório Institucional organiza e disponibiliza a produção técnica e científica do IFPI segundo padrões internacionais para compartilhamento de informações em rede:

<http://bia.ifpi.edu.br:8080/jspui/>

Google Meet: Ferramenta de Videoconferência que permite a conexão entre pessoas, possibilitando a comunicação por vídeo, chat, apresentações síncronas, possibilitando a interação entre docente formador e os alunos.

3.18 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

O ambiente virtual utilizado pelo IFPI em suas disciplinas é o Campus On Line (<https://campusonline.ifpi.edu.br/>), construída baseada na plataforma de aprendizagem Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment).

O Campus On-line IFPI fornece várias possibilidades de interação entre docentes, discentes e equipe multidisciplinar, potencializando o ensino e a aprendizagem a distância, proporcionando uma leitura hipertextual e multimidiática dos conteúdos.

O Campus On-line IFPI proporciona diversas funcionalidades, por meio de ferramentas de interação, a exemplo de: ferramentas de criação e envio de conteúdo online; ferramentas de avaliação de aprendizagem; ferramentas de colaboração e ferramentas de pesquisa; conferindo autonomia e independência ao discente na busca de novos conhecimentos.

As disciplinas ofertadas na modalidade à distância são ministradas por docentes da própria Instituição lotados em outros Campus. Eles utilizam o Moodle e o Google Classroom como ferramentas de compartilhamento dos materiais com os alunos.

3.19 MATERIAL DIDÁTICO

O material didático e as atividades postadas no AVA deverão, prioritariamente, privilegiar uma linguagem direta e dialógica, com conteúdos que estendam, contextualizem e complementem o material didático digital da disciplina, devendo potencializar o diálogo, a troca de saberes, a produção individual e coletiva dos discentes, bem como estimular uma interação cooperativa e colaborativa entre todos os envolvidos nesse processo educativo.

Os materiais didáticos (livros, videoaulas e outros) utilizados e/ou produzidos para uma disciplina ficarão disponíveis pelo período de tempo necessário à integralização de todas as atividades do curso.

Os materiais didáticos elaborados poderão ser aproveitados e disponibilizados nos repositórios do MEC, em caso de reoferta da disciplina/curso.

CAPÍTULO 4: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

4.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

A organização e implantação do Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso de Bacharelado em Administração seguirá a Resolução 026/2021 do Conselho Superior do Instituto Federal do Piauí.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui segmento da estrutura de gestão acadêmica em cada Curso de Graduação, com atribuições consultivas, propositivas e de assessoria sobre matéria de natureza acadêmica, co-responsável pela elaboração, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

O NDE possui como atribuições:

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - propor medidas de caráter didático, científico e administrativo, visando à melhoria qualitativa do curso, baseando-se nas avaliações internas (semestrais) e externas do curso;

IV - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas relativas à área de conhecimento do curso;

V - contribuir para o aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso – PPC, encaminhando propostas de reestruturação curricular ao Colegiado do Curso para aprovação;

VI - recomendar a aquisição de títulos bibliográficos e outros materiais pedagógicos necessários à manutenção das boas práticas pedagógicas do curso;

VII - analisar as bibliografias básica e complementar relacionadas nos Planos de Curso das disciplinas, considerando a natureza das disciplinas e o acervo existente na biblioteca de seu campus;

VIII - propor cronograma das atividades do curso;

IX - sugerir providências de ordem didática, científica e administrativa que entenda necessárias ao desenvolvimento do curso; e

X - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais dos respectivos cursos de graduação.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) será constituído pelo(a) Coordenador(a) do Curso, como seu(sua) presidente nato(a), e por docentes efetivos atuantes no curso de graduação, indicados pelo Colegiado do Curso, com aprovação da Diretoria de Ensino e homologação da Diretoria-Geral do campus, de acordo com os seguintes requisitos:

I - ser constituído por cinco professores pertencentes ao corpo docente do curso;

II - ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação stricto sensu;

III - ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral ;

IV - ter, preferencialmente, membros com participação na elaboração do Projeto Pedagógico de Curso ou na sua reformulação;

V - ter todos os membros com experiência docente na instituição e, no caso dos Cursos Superiores de Tecnologia, também experiência profissional fora do magistério, desde que na área de formação;

VI - assegurar estratégia de inovação parcial dos integrantes do NDE de modo a permitir a continuidade no processo de acompanhamento do curso.

§ 1o Todos os membros terão mandato de dois anos, permitida uma recondução consecutiva.

§ 2o Em caso de vacância do presidente, a vaga será ocupada por um dos membros professor de disciplina específica com mais tempo de atuação no curso, que permanecerá no cargo até a nomeação de um novo presidente.

§ 3o Em caso de vacância de qualquer outro membro, o Colegiado indicará o substituto até a realização de nova eleição.

Os membros atuantes no NDE poderão registrar, no Plano de Trabalho Individual e no PSAD, até duas horas como carga horária semanal não didática, relacionadas às atividades desenvolvidas no âmbito do NDE.

O NDE reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou a requerimento de, pelo menos, 2/3 dos seus membros efetivos, obedecendo à ordem do dia, no qual serão examinados, debatidos e votados os assuntos em pauta.

O NDE é composto atualmente por:

QUADRO 05 – COMPOSIÇÃO DO NDE DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

NÚM.	DOCENTE	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO
01	Wendel Carlos Carvalho Melo	Administração	Mestre
02	Marina Bezerra da Silva	Administração	Doutora
03	Antônio Nilson Camelo	Filosofia	Mestre
04	Adália Correia de Oliveira	Administração	Mestra
05	Wenceslau Almada Pessoa Neto	Administração	Mestre

4.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe Multidisciplinar do IFPI é constituída pelo Núcleos de Educação a Distância, composto por :

I - 1 (um) coordenador;

II - 1 (um) pedagogo/Técnico em Assuntos Educacionais (representante da equipe pedagógica);

III - 1 (um) técnico em controle acadêmico; e

IV - 1 (um) profissional de tecnologia da informação.

Atuando diretamente junto ao curso temos o pedagogo/Técnico em Assuntos Educacionais e o profissional de tecnologia da informação.

São atribuições do Pedagogo/Técnico em Assuntos Educacionais:

I - acompanhar o desenvolvimento dos cursos quanto ao PPC;

II - emitir pareceres quanto ao acompanhamento do desenvolvimento acadêmico dos discentes;

III - acompanhar e emitir pareceres quanto ao desenvolvimento das disciplinas pelos docentes;

IV - orientar o corpo docente na elaboração das atividades acadêmicas; e

V - auxiliar o corpo docente no acompanhamento dos discentes com necessidades especiais. A atribuição referida será realizada com o apoio/parceria do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE do campus.

São atribuições do Profissional de Tecnologia da Informação:

- I - estimular e implementar pesquisas em novas tecnologias em EaD;
- II - elaborar e desenvolver recursos didático-pedagógicos como veículo em EaD;
- III - assessorar e/ou avaliar a produção de material didático para EaD, em suas diversas formas e possibilidades;
- IV - encarregar-se da aquisição, manutenção e renovação dos equipamentos e materiais utilizados em EaD no NEaD;
- V - disponibilizar recursos tecnológicos para a execução de cursos e atividades em EaD;
- VI - avaliar procedimentos de implementação de novas tecnologias utilizadas como veículo para a EaD;
- VII - verificar regularmente o funcionamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- e
- VIII – qualificar para o uso das ferramentas e equipamentos disponíveis.

4.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

A Coordenação do Curso de Bacharelado em Administração, é exercida pelo professor Wendel Carlos Carvalho Melo, Mestre em Administração, Especialista em Marketing e Bacharel em Administração.

O Coordenador do Curso de Bacharelado em Administração Atua na área acadêmica desde 2013 como professor de disciplinas da área de Administração e tem experiência de 15 anos na área administrativa.

Diversas outras atividades profissionais como se pode observar no currículo lattes através do link <http://lattes.cnpq.br/6137220633182682>.

Compete à Coordenação do Curso de Bacharelado em Administração

- I - participar do planejamento, execução e avaliação do projeto pedagógico do curso e suas atividades acadêmicas;
- II - operacionalizar e executar as normas e diretrizes para o curso;
- III - participar do desenvolvimento de metodologias de ensino, da elaboração de materiais didáticos, da sistematização e atualização das listas bibliográficas;

- IV - planejar e organizar eventos e atividades complementares para o curso;
- V - acompanhar o registro acadêmico dos discentes matriculados no curso;
- VI - monitorar o andamento e o desempenho do curso;
- VII - supervisionar as atividades dos docentes, monitores e bolsistas do curso;
- VIII - elaborar e executar instrumentos e procedimentos para o controle e acompanhamento das atividades do projeto pedagógico;
- IX - promover e executar o aperfeiçoamento, modernização, melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem;
- X - organizar, coordenar e monitorar as atividades referentes à estruturação, execução e manutenção de laboratórios na área;
- XI - promover reuniões individuais e em equipe com os docentes do curso;
- XII - deliberar sobre recebimento de transferências, dispensa de disciplina, reingresso e reabertura de curso;
- XIII - participar do planejamento e acompanhar a execução dos planos de curso e o calendário acadêmico;
- XIV - realizar o registro dos discentes aptos ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), acompanhar a divulgação de resultados no Diário Oficial da União (DOU) e informar ao Controle Acadêmico a situação de regularidade do discente;
- XV - orientar formandos do curso sobre os procedimentos necessários para colação de grau;
- XVI - organizar e informar listas de previsão dos formandos para o Controle Acadêmico; e
- XVII - desenvolver outras atribuições afins.

4.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO

O coordenador do Curso de Bacharelado em Administração possui regime de trabalho de tempo integral em dedicação exclusiva, e permite o atendimento da demanda existente, considerando a gestão do curso, relação com o NDE, colegiado, docentes, discentes, tutores (Professores Mediadores) e equipe multidisciplinar.

QUADRO 06 – TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO

FORMAÇÃO ACADÊMICA	TITULAÇÃO MÁXIMA OBTIDA	TEMPO DE EXERCÍCIO NO IFPI	TEMPO EXPERIÊNCIA EM COORDENAÇÃO DE CURSO	TEMPO DE EXERCÍCIO NA FUNÇÃO DE COORDENADOR DO CURSO
Administração	Mestre em Administração	25/01/2018 4 anos e 9 meses	10/03/2020 2 anos e 8 meses	10/03/2020 2 anos e 8 meses

4.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

O corpo docente do IFPI Oeiras do Piauí é formado, na sua grande maioria, por Mestres e Especialistas, podendo ainda contar com a cooperação, se necessário, de professores de outros Campi, com a devida autorização de seus respectivos Diretores. Farão parte do Corpo Docente do Curso:

QUADRO 03 – TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO NÚCLEO DE CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO BÁSICA.

NÚM.	DOCENTE	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO
1	AGENOR FILHO DA ROCHA NOGUEIRA*	DIREITO	ESPECIALIZAÇÃO
2	ALDIRENE DOS SANTOS BRITO	CONTABILIDADE	ESPECIALIZAÇÃO
3	ANTÔNIO DE PÁDUA BITENCOURT SILVA	SOCIOLOGIA	MESTRADO
4	ANTONIO NILSON CAMELO	FILOSOFIA	MESTRADO
5	DANIEL LEITE VIANA COSTA	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	DOUTORADO
6	EMANOELA MOREIRA MACIEL	PSICOLOGIA	DOUTORADO
7	JEOVAN LIRA DOS SANTOS	LIC. MATEMÁTICA	MESTRADO
8	MARIA JESSYCA BARROS SOARES	ECONOMIA	MESTRADO
9	PABLO RODRIGO DA SILVA MARTINS	LETRAS	MESTRADO
10	PAULO HENRIQUE DIAS OLIVEIRA	CONTÁBEIS	MESTRADO
11	ROBSON ALMEIDA BORGES DE FREITAS	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	DOUTORADO
12	RONNYERE CARDOSO DE OLIVEIRA	LIC. MATEMÁTICA	ESPECIALIZAÇÃO
13	SAMUEL DA SILVA COSTA	BEL. CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO
14	THAÍSA RENATA MARQUES BACELAR	LETRAS	MESTRADO

*Professores Substitutos

QUADRO 07 – TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

NÚM.	DOCENTE	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO
1	ADÁLIA CORREIA DE OLIVEIRA	ADMINISTRAÇÃO	MESTRADO
2	ANTONIO ATENILDE RUFINO DA SILVA	ADMINISTRAÇÃO	MESTRADO
3	CARMEN LANA GERVÁSIO FONSÊCA ALVES*	ADMINISTRAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO
4	ELIZANGELA BATISTA DIAS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	MESTRADO
5	MARCOS DIEGO BARBOSA DE MENESES FERREIRA	ADMINISTRAÇÃO	MESTRADO
6	MARINA BEZERRA DA SILVA	ADMINISTRAÇÃO	DOUTORADO
7	THIAGO ANTONIO ALVES	ADMINISTRAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO
8	WENCESLAU ALMADA PESSOA NETO	ADMINISTRAÇÃO	MESTRADO
9	WENDEL CARLOS CARVALHO MELO	ADMINISTRAÇÃO	MESTRADO

*Substituta

Conforme o quadro acima, o Campus tem como política a promoção da qualificação do seu corpo técnico-administrativo e docente. Atualmente, encontram-se em processo de qualificação 01 (um) docente do quadro do curso para obtenção de título de mestre e dois professores para obtenção de título de doutorado.

QUADRO 08– DOCENTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO EM CAPACITAÇÃO.

NÚM.	DOCENTE	CAPACITAÇÃO EM ANDAMENTO
1	CICERO EDUARDO DE SOUSA WALTER	DOUTORADO
2	EDUARDO FORTES PORTELA DE CARVALHO	MESTRADO
3	LEANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA	DOUTORADO

4.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

Todos os docentes do Curso de Bacharelado em Administração são professores de regime de trabalho integral, o que possibilita o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, havendo documentação sobre as atividades dos professores em registros individuais de atividade docente, sistematizado através do sistema PSAD (Plano Semestral de

Atividades Docentes) em <https://psad.ifpi.edu.br/> , utilizados no planejamento e gestão para melhoria contínua.

QUADRO 09 – REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO NÚCLEO DE CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO BÁSICA.

Nº	DOCENTE	REGIME DE TRABALHO	VÍNCULO
1	AGENOR FILHO DA ROCHA NOGUEIRA	Integral	Substituto
2	ALDIRENE DOS SANTOS BRITO	Integral	Efetivo
3	ANTÔNIO DE PÁDUA BITENCOURT SILVA	Integral	Efetivo
4	ANTONIO NILSON CAMELO	Integral	Efetivo
5	DANIEL LEITE VIANA COSTA	Integral	Efetivo
6	EMANOELA MOREIRA MACIEL	Integral	Efetivo
7	JEOVAN LIRA DOS SANTOS	Integral	Substituto
8	MARIA JESSYCA BARROS SOARES	Integral	Efetivo
9	PABLO RODRIGO DA SILVA MARTINS	Integral	Substituto
10	PAULO HENRIQUE DIAS OLIVEIRA	Integral	Efetivo
11	ROBSON ALMEIDA BORGES DE FREITAS	Integral	Efetivo
12	RONNYERE CARDOSO DE OLIVEIRA	Integral	Efetivo
13	SAMUEL DA SILVA COSTA	Integral	Efetivo
14	THAÍSA RENATA MARQUES BACELAR	Integral	Efetivo

QUADRO 10 – REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO NÚCLEO DE CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

NÚM.	DOCENTE	REGIME DE TRABALHO VÍNCULO	REGIME DE TRABALHO VÍNCULO
1	ADÁLIA CORREIA DE OLIVEIRA	Integral	Efetivo
2	ANTONIO ATENILDE RUFINO DA SILVA	Integral	Efetivo
3	CARMEN LANA GERVÁSIO FONSÊCA ALVES*	Integral	Substituto
4	ELIZANGELA BATISTA DIAS	Integral	Efetivo
5	MARCOS DIEGO BARBOSA DE MENESES FERREIRA	Integral	Efetivo
6	MARINA BEZERRA DA SILVA	Integral	Efetivo
7	THIAGO ANTONIO ALVES	Integral	Efetivo
8	WENCESLAU ALMADA PESSOA NETO	Integral	Efetivo
9	WENDEL CARLOS CARVALHO MELO	Integral	Efetivo

4.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

QUADRO 11 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO DO NÚCLEO DE CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO BÁSICA.

Nº	DOCENTE	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE (em meses)
1	AGENOR FILHO DA ROCHA NOGUEIRA	47
2	ALDIRENE DOS SANTOS BRITO	93
3	ANTÔNIO DE PÁDUA BITENCOURT SILVA	108
4	ANTONIO NILSON CAMELO	120
5	DANIEL LEITE VIANA COSTA	76
6	EMANOELA MOREIRA MACIEL	240
7	JEOVAN LIRA DOS SANTOS	84
8	MARIA JESSYCA BARROS SOARES	82
9	PABLO RODRIGO DA SILVA MARTINS	83
10	PAULO HENRIQUE DIAS OLIVEIRA	156
11	ROBSON ALMEIDA BORGES DE FREITAS	72
12	RONNYERE CARDOSO DE OLIVEIRA	90
13	SAMUEL DA SILVA COSTA	130
14	THAÍSA RENATA MARQUES BACELAR	84

QUADRO 12 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO DO NÚCLEO DE CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

Nº	DOCENTE	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE (em meses)
1	ADÁLIA CORREIA DE OLIVEIRA	105
2	ANTONIO ATENILDE RUFINO DA SILVA	36
3	CARMEN LANA GERVÁSIO FONSÊCA ALVES*	60
4	ELIZANGELA BATISTA DIAS	162
5	MARCOS DIEGO BARBOSA DE MENESES FERREIRA	84
6	MARINA BEZERRA DA SILVA	102
7	THIAGO ANTONIO ALVES	30
8	WENCESLAU ALMADA PESSOA NETO	157
9	WENDEL CARLOS CARVALHO MELO	138

4.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

QUADRO 13 – EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA DO CORPO DOCENTE DO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO DO NÚCLEO DE CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO BÁSICA.

Nº	DOCENTE	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR (em meses)	TEMPO DE VÍNCULO COM O CURSO
1	AGENOR FILHO DA ROCHA NOGUEIRA	47	12
2	ALDIRENE DOS SANTOS BRITO	93	68
3	ANTÔNIO DE PÁDUA BITENCOURT SILVA	108	65
4	ANTONIO NILSON CAMELO	120	60
6	DANIEL LEITE VIANA COSTA	76	76
7	EMANOELA MOREIRA MACIEL	240	6
8	JEOVAN LIRA DOS SANTOS	84	24
9	MARIA JESSYCA BARROS SOARES	82	6
10	PABLO RODRIGO DA SILVA MARTINS	83	60
14	PAULO HENRIQUE DIAS OLIVEIRA	156	6
15	ROBSON ALMEIDA BORGES DE FREITAS	72	72
16	RONNYERE CARDOSO DE OLIVEIRA	66	12
17	SAMUEL DA SILVA COSTA	120	12
18	THAÍSA RENATA MARQUES BACELAR	30	12

QUADRO 14 – EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA DO CORPO DOCENTE DO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO DO NÚCLEO DE CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Nº	DOCENTE	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE (em meses)	TEMPO DE VÍNCULO COM O CURSO
1	ADÁLIA CORREIA DE OLIVEIRA	105	60
2	ANTONIO ATENILDE RUFINO DA SILVA	36	36
3	CARMEN LANA GERVÁSIO FONSÊCA ALVES*	60	12
4	ELIZANGELA BATISTA DIAS	162	42
5	MARCOS DIEGO BARBOSA DE MENESES FERREIRA	84	24
6	MARINA BEZERRA DA SILVA	102	72
7	THIAGO ANTONIO ALVES	30	30
8	WENCESLAU ALMADA PESSOA NETO	157	18
9	WENDEL CARLOS CARVALHO MELO	138	60

4.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

QUADRO 15 – EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Nº	DOCENTE	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (em meses)
1	EMANOELA MOREIRA MACIEL	24
2	MARIA JESSYCA BARROS SOARES	08

4.10 TITULAÇÃO E EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DOS PROFESSORES MEDIADORES/TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

QUADRO 16 – TITULAÇÃO E EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DOS PROFESSORES MEDIADORES/TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Nº	DOCENTE	TITULAÇÃO	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (em meses)
1	WENDEL CARLOS CARVALHO MELO	Mestre	24

4.11 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO

O COLEGIADO atua, está institucionalizado, possui representatividade dos segmentos, reúne-se com periodicidade determinada, sendo suas reuniões e as decisões associadas devidamente registradas, havendo um fluxo determinado para o encaminhamento das decisões, dispõe de sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões e realiza avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão.

O Colegiado do Curso de Bacharelado em Administração seguirá a RESOLUÇÃO NORMATIVA 24/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, sendo órgão consultivo e deliberativo, encarregado da coordenação didática; da elaboração, execução e acompanhamento da política de ensino do curso.

Segundo o artigo 4º da RESOLUÇÃO NORMATIVA 24/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, o Colegiado do Curso de Bacharelado em Administração têm as seguintes atribuições:

- I. Propor planos de Metas para o Curso;
- II. Acompanhar e avaliar os planos e atividades da Coordenação, garantindo a qualidade do curso;
- III. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular do curso, para aprovação nos Colegiados Superiores, sempre que necessário;
- IV. Estabelecer formas de acompanhamento e avaliação do curso;
- V. Proceder ao acompanhamento e avaliação do curso, envolvendo os diversos segmentos inseridos no processo;
- VI. Dar parecer sobre a participação de docentes em eventos técnico- científicos, considerando a relevância para o curso;
- VII. Elaborar proposta do calendário anual do curso;
- VIII. Apreciar convênios, no âmbito acadêmico, referentes ao curso;
- IX. Apreciar propostas relativas a taxas, contribuições e emolumentos a serem cobrados pelo curso;
- X. Deliberar, conclusivamente, sobre a alocação de recursos destinados ao Curso, inclusive em sua fase de planejamento;
- XI. Opinar, em primeira instância, nas questões referentes à matrícula, à dispensa de disciplina, à transferência interna e externa e à obtenção de novo título, bem como às representações e aos recursos apresentados por docentes e discentes;
- XII. Analisar os casos de infração disciplinar e, quando necessário, encaminhar ao órgão competente;
- XIII. Propor e/ou avaliar as atividades extracurriculares do curso;
- XIV. Exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões;
- XV. Solucionar os casos omissos neste Regulamento e as dúvidas que porventura surgirem na sua aplicação.

Segundo o artigo 3º da da RESOLUÇÃO NORMATIVA 24/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, o Colegiado do Curso de Bacharelado em Administração tem a seguinte composição:

- I – o Coordenador do Curso, como presidente;

II – três (3) representantes dos docentes efetivos da área de conhecimento específico do curso, eleitos por seus pares;

III - dois (2) representantes dos docentes efetivos das demais disciplinas do curso, eleitos por seus pares;

IV- um (1) assessor pedagógico;

V- um (1) representante discente do curso, eleito por seus pares.

§ 1o Todos os membros terão mandato de dois anos, permitida uma recondução consecutiva.

§ 2o O representante discente será aluno regularmente matriculado e frequente no curso.

§ 3o Não poderá compor o Colegiado de Curso o discente ingressante ou concluinte do curso.

§ 4o Caso não haja docente efetivo da área específica do curso, complementar com outro docente que compõe o curso.

§ 5o Em caso de vacância do presidente, a vaga deverá ser ocupada por qualquer dos membros docentes da área específica que compõem o colegiado, mediante votação entre os membros, assim permanecendo no cargo até a nomeação de um novo presidente.

§ 6o Em caso de vacância de quaisquer outros membros, o Colegiado indicará uma substituição até a realização de nova eleição.

O Colegiado de Curso reunir-se-á mensalmente ou extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou a requerimento de, pelo menos, 1/3 (um terço) dos membros, obedecendo à ordem do dia na qual serão examinados, debatidos e votados os assuntos em pauta.

QUADRO 17 – COLEGIADO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

Nº	DOCENTE	REPRESENTANTE
1	Wendel Carlos Carvalho Melo	Presidente - Docente efetivo - Conhecimento específico
2	Wenceslau Almada Pessoa Neto	Docente efetivo - Conhecimento específico
3	Adália Correia de Oliveira	Docente efetivo - Conhecimento específico
4	Antônio de Pádua Bitencourt Silva	Docente efetivo - Conhecimento Geral
5	Antônio Nilson Antônio Nilson Camelo	Docente efetivo - Conhecimento Geral
6	Sebastião Assunção Araújo do Nascimento Filho	Técnica em Assuntos Educacionais - Assessora Pedagógica
7	Guilherme da Silva	Discente-titular
8	Elizangela Batista Dias	Docente suplente - Conhecimento específico
9	Antônio Atenilde Rufino da Silva	Docente suplente - Conhecimento específico
10	Sarya de Moura Santana	Discente-suplente

4.12 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

O IFPI incentiva a produção científica, cultural, artística e tecnológica da comunidade acadêmica através de diversos programas como:

- Política Institucional de Inovação, Desenvolvimento Científico e Tecnológico e de Empreendedorismo e a Criação do Comitê de Inovação, Propriedade Intelectual e de Transferência de Tecnologia (CIPITEC)
- Política Institucional de Informação Técnico-Científica
- Programa de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica (PROAGRUPAR)
- Programa de Incentivo à Participação em Eventos Científicos
- Programa de Incentivo à Publicação de Produção Intelectual
- Programa Institucional de Apoio à Extensão (PROAEX)
- Programa Institucional de Desenvolvimento de Pessoal (PDP)
- Programa Institucional de Iniciação Científica (IC)

Anualmente é realizado o INTEGRA IFPI, evento acadêmico que reúne os 20 Campi do IFPI e tem o objetivo de divulgar projetos, pesquisas e intervenções realizadas no Instituto Federal do Piauí anualmente, sendo realizada no período do aniversário da instituição.

CAPÍTULO 5: INFRAESTRUTURA

5.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

O espaço de trabalho para o coordenador dispõe de computadores, armário, cadeiras, insumos de papelaria, ar-condicionado, iluminação natural e artificial; bem como, ventilação natural, à disposição.

Quanto à gestão de arquivos, dispõe de dados organizados em nuvem e documentos essenciais em formato físico e de fácil acesso ao público, a exemplo dos planos de disciplinas e horários de aula. De modo estratégico, um mural aplicando a gestão à vista, foi inserido. Nele é possível verificar os principais indicadores do curso e coordenação.

Logo, no que concerne ao espaço de trabalho para o coordenador: ele viabiliza as ações acadêmico-administrativas; possui equipamentos adequados; atende às necessidades institucionais; permite o atendimento individual ou em grupos, com privacidade; e dispõe de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilita formas distintas de trabalho. Os referidos atributos podem ser observados in loco, na forma física, e por meio de documentos iconográficos e audiovisuais.

5.2 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

A sala de professores é mobiliada com cadeiras com braço (cadeira de sala de aula), mesas para reuniões, armários guarda-volumes, bebedouro, geladeira, um computador interligado à internet e dois condicionadores de ar de 60.000 (sessenta mil) btu's, quadro branco possibilitando um ambiente com condições básicas para que os docentes desenvolvam suas atividades de planejamento pedagógico, atendimento à discentes, descanso e também interação.

5.3 SALAS DE AULA

O IFPI – Campus Oeiras, dispõe de 01 (um) pavilhão com 10 (dez) salas de aula completas. Cada salas tem dimensão de 64m², equipadas com internet wi-fi, aparelho de ar-condicionado de 60.000 (sessenta mil) btu's, projetor de multimídia interativo, 40 carteiras escolar tipo universitária com tampo e encosto em plastico pvc, em com a prancheta em mdf (Esquerda ou Direita), certificados pela ABNT NBR 16671:2018 - Certificado de cadeira escolar, em caso de necessidade será disponibilizado uma carteira, lousa de vidro temperado 6mm- 3000 x 1200 mm², Mesas e Cadeiras para Professor.

A sala de aula permite a flexibilização em sua configuração espacial otimizando diversos layouts para as distintas situações de ensino-aprendizagem.

5.4 OUTRAS INFRAESTRUTURAS

5.5.1 Sala de Reuniões

A sala de reuniões fica alocada próxima à Diretoria Geral e Diretoria de Ensino, com ar-condicionado e capacidade para 15 (quinze) pessoas. Dispõe, ainda, de equipamento de videoconferência composto por câmera full HD, microfone, codec e software, e 02 aparelhos de televisão de LED 50”.

A Sala de Reuniões assume importância estratégica no que toca ao planejamento das ações e discussão de melhorias e aperfeiçoamento dos programas e políticas implementados pelo Campus bem como avaliação das que estão em execução.

5.5.2 Auditório

O auditório do Campus é um espaço confortável e bem iluminado, possui estrutura nova e bem cuidada. Nele são realizados diversos eventos organizados pelos servidores da unidade de ensino, tais como: seminários, palestras, simpósios, reuniões, além de servir esporadicamente às instituições da cidade de Oeiras, como a Prefeitura Municipal, entre outras. Tem capacidade para 140 (cento e quarenta) pessoas, possui poltronas estofadas e encosto côncavo, está equipado com 08 (oito) caixas acústicas controladas por mesa de som com sala reservada para operador de som, 01 (uma) caixas de som amplificada, projetor de

multimídia interativo, mesa grande para eventos, além de 07 (sete) equipamentos de ar-condicionado com capacidade de resfriamento de 60.000 (sessenta mil) btu's.

5.5.3 Estacionamento, Área de Lazer e Circulação

A área do Campus possui amplo estacionamento, com capacidade para atender as necessidades dos técnicos, docentes e alunos. Possui também uma área de lazer e circulação arejada, com corredores sinalizados e áreas de convivência e jardins. Nas dependências no IFPI existe uma cantina, permissionada legalmente a comercializar alimentos a preços de mercado, atendendo às necessidades dos técnicos, docentes e alunos

5.5.4 Meios de Transporte

O Campus de Oeiras conta com 03 (três) veículos utilizados nas atividades administrativas e de ensino, quais sejam, 01 (um) micro-ônibus com capacidade para 24 pessoas e 01 (um) ônibus com capacidade para 101 passageiros utilizado para o transporte de alunos em visitas técnicas, congressos, eventos educacionais, transporte intramunicipal e intermunicipal, dentre outras atividades. Possui também 01 (um) veículo utilitário que é utilizado em apoio às atividades administrativas, bem como para o transporte de técnicos e docentes em atividades de interesse do Campus.

5.5 ACESSO DOS ACADÊMICOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Os laboratórios de informática do Campus Oeiras, possuem equipamentos de informática modernos que atendem às demandas dos discentes e as necessidades institucionais e do curso, considerando a disponibilidade de equipamentos, o conforto, a estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico. O laboratório possui hardwares e softwares atualizados e passam por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência.

O laboratório apresenta máquinas suficientes para o atendimento dos discentes individualmente. O espaço é amplo, climatizado e bem iluminado para atendimento de suas finalidades, resultando em um ambiente agradável para a realização das atividades acadêmicas. Também há softwares específicos da área instalados para a simulação de práticas empresariais, o que favorece o processo de ensino-aprendizagem. Cabe destacar que os equipamentos de informática disponíveis nos laboratórios permitem ao aluno a realização de atividades de pesquisas acadêmicas e científicas e avaliações práticas.

Além dos equipamentos disponíveis no laboratório de informática, a biblioteca do campus dispõe de computadores para utilização dos discentes, a fim de realizarem pesquisas, trabalhos e demais atividades acadêmicas necessárias para a sua formação e ampliação do conhecimento.

O Instituto Federal do Piauí (IFPI) tem por finalidade promover educação profissional e tecnológica de excelência, visando à formação integral e emancipatória do cidadão para o desenvolvimento da sociedade. Para alcançar esses objetivos, é necessário que haja um alinhamento entre as estratégias organizacionais e as estratégias da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Dessa maneira, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) tem como objetivo atender as necessidades de tecnologia da informação e comunicação das unidades, visando agregar valor ao negócio.

O PDTIC compõe-se, em linhas gerais, por princípios e diretrizes, por referencial estratégico de TIC, resultados do PDTIC anterior, inventários de necessidades, plano de pessoal, de infraestrutura, de orçamento, de sistemas e de serviços com ações e metas. Este plano abrange as necessidades de TIC de todas as áreas do IFPI, tendo em vista as diferenças de maturidades e complexidades entre elas.

O PDTIC está disponibilizado através do endereço eletrônico https://www.ifpi.edu.br/a-instituicao/diretorias-sistemicas/tecnologia-da-informacao/governanca-de-tic/pdtic_2022-2024.pdf

5.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

O acervo físico (bibliografia básica e complementar) descritos no Anexo 1 - Bibliografias e Ementas, está tombado e informatizado. É adequado em relação às unidades

curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das unidades curriculares.

Está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia da UC, entre o número de vagas autorizadas para o curso e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponíveis no acervo.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

O acervo possui assinaturas de acesso virtual ao periódicos Capes, uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 37 mil títulos com texto completo, 128 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual, suplementando o currículo do aluno.

<https://www.ifpi.edu.br/area-do-estudante/bibliotecas/periodicos-capes>

Vale ressaltar que o Periodicos Capes é acessível remotamente através da plataforma CAFE, serviços providos pela Rede Nacional de Pesquisa (RNP) .

Lista de Periódicos Eletrônicos de Administração disponíveis na página eletrônica do IFPI em <http://www.ifpi.edu.br/area-do-estudante/bibliotecas/periodicos-eletronicos> :

- BAR : BRAZILIAN ADMINISTRATION REVIEW
- BRASILIAN BUSINESS REVIEW
- BUSINESS MARKETING ASSOCIATION
- CADERNOS EBAPE.BR
- COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL E GESTÃO
- GESTÃO E PLANEJAMENTO
- GESTÃO E PRODUÇÃO
- GESTÃO.ORG - REVISTA ELETRÔNICA DE GESTÃO ORGANIZACIONAL
- INTERTEM@S NEGÓCIOS

- JISTEM : JOURNAL OF INFORMATION SYSTEMS AND TECNOLOGYA MANAGEMENT
- PESQUISA OPERACIONAL
- PRODUTO & PRODUÇÃO
- RAC : REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA
- RAE : REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
- RBFIn : BRAZILIAN REVIEW OF FINANCE
- READ : REVISTA ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO
- REGE : REVISTA DE GESTÃO
- REVISTA ALCANCE
- REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA : RBADM
- REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E INOVAÇÃO
- REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
- REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO MACKENZIE
- REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- REVISTA DO TERCEIRO SETOR E GESTÃO

O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

A melhoria dos serviços oferecidos pelas bibliotecas do IFPI faz parte do planejamento prévio de suas atividades por meio de ações coordenadas. Neste sentido, apresenta-se a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções (PDC) das bibliotecas do IFPI para que se estabeleçam os parâmetros formais de formação, desenvolvimento, atualização, desbastamento e descarte de seus acervos.

Como forma de estabelecer critérios e responsabilidades para selecionar e adquirir materiais informacionais a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções (PDC) das bibliotecas do IFPI tem como objetivo:

- Identificar os itens apropriados à formação da coleção;
- Determinar critérios para a duplicação de títulos e exemplares;
- Estabelecer prioridades de aquisição de material;
- Traçar diretrizes para o descarte de material;

- Articular com o corpo docente sua responsabilidade na política de seleção, aquisição e na avaliação para descarte de material informacional;
- Participar do processo de orçamento anual das bibliotecas; Incrementar programas cooperativos de permuta;
- Subsidiar orientações aos projetos de implantação e/ou desenvolvimento de cursos de graduação, pós-graduação e extensão;
- Atender às recomendações do Ministério da Educação;
- Traçar diretrizes para avaliação das coleções;
- Manter adequadas e atualizadas as instruções da PDC, quanto às unidades curriculares e aos conteúdos previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's);
- Alinhar ações da PDC ao referendado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) quanto às bibliografias básicas e complementares dos componentes/unidades curriculares;
- Implementar ações educativas para preservação e conservação do acervo

A Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções (PDC) das Bibliotecas do IFPI está disponível em:

https://www.ifpi.edu.br/area-do-estudante/bibliotecas/bibliotecas_pdc2021_atualizada.pdf

5.7 LABORATÓRIOS

O curso de administração do IFPI, Campus Oeiras, utiliza 1 (um) laboratório de Gestão e Negócios (LAGEN) que está associado ao laboratório maker especializado para a realização de atividades práticas de experimentação e à Empresa Júnior. A estrutura é compatível com a adoção de metodologias ativas, desenvolvimento de soluções inovadoras para problemas reais e práticas de pesquisas em Administração. Assim, o laboratório é estratégico para a disseminação e fortalecimento da cultura empreendedora.

O laboratório apresenta um espaço planejado para estimular a criatividade do discente. Está instalado em uma sala ampla, climatizada e possui mesas, cadeiras, computadores, softwares, pontos de acesso à internet, impressoras 3D, scanner 3D, data show, kit arduíno e ferramentas. Portanto, o laboratório atende necessidades específicas do

curso, de acordo com o PPC e com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança. O laboratório é climatizado, confortável e passa por manutenções periódicas. Além disso, possui serviço de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas.

A RESOLUÇÃO NORMATIVA 135/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 9 de junho de 2022. Aprova o Regimento Interno dos laboratórios IFMaker do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), disponível em <https://www.ifpi.edu.br/noticias/laboratorios-ifmaker-do-ifpi-tem-regimento-interno-instituto/resolucao-normativa-135-2022>.

Além do laboratório maker, o campus possui 2 (dois) laboratórios de informática equipado com mesas, cadeiras e computadores com softwares adequados para as práticas acadêmicas. O ambiente é refrigerado, limpo, bem iluminado e com manutenção periódica pelo apoio técnico do campus, garantindo assim um ambiente agradável para realização das atividades.

Nestes ambientes são desenvolvidas aulas práticas de informática básica e de softwares e aplicativos utilizados pela administração, atendendo assim às necessidades do curso e em conformidade com o PPC. Ademais, os laboratórios possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos adequados com os espaços físicos e a quantidade de vagas por aula prática. Vale ressaltar que os laboratórios possuem insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas ofertadas. Ademais, periodicamente são realizadas avaliações destes espaços a fim de verificar a qualidade, o atendimento da demanda em sua totalidade e os serviços prestados. O resultado dessa avaliação é utilizado para o melhoramento contínuo da qualidade dos serviços, das aulas ministradas, do incremento de insumos e equipamentos e o planejamento para atendimentos das necessidades atuais e futuras.

O Curso dispõe ainda de um laboratório de Gestão e Negócios (LAGEN), laboratório especializado para as atividades relacionadas ao curso, sendo de uso exclusivo dos cursos de Administração Bacharelado, Integrado ao Médio e Subsequente. Além de sete mesas de trabalho equipadas com computadores ligados à internet, o laboratório de administração possui mesas de reuniões, quadro branco, iluminação artificial e natural. O laboratório é climatizado, confortável e está passando pelo processo de implantação dos softwares de

simulação gerencial e demais softwares importantes para a realização das práticas de gestão.

Ademais, o espaço do laboratório é utilizado ainda pela empresa júnior do curso, aumentando ainda mais a realização de atividades práticas do curso.

5.8 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/IFPI) é um órgão colegiado, de caráter interdisciplinar, de natureza técnico-científica, consultiva, deliberativa e educativa, com autonomia de decisão no exercício de suas funções. Está constituído nos termos da Resolução nº 466 de 12/12/2012, da Norma Operacional Nº 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde – CNS/MS e da Resolução CNS nº 370, de 08 de março de 2007.

São atribuições do CEP/IFPI de acordo com a Resolução (466/12), protocolar e avaliar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos (submetidos através da Plataforma Brasil), com base nos princípios da ética, impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, tem papel consultivo e educativo nas questões de ética, encaminha relatórios ao CONEP, acompanha o desenvolvimento de projetos, recebe denúncias de abusos ou fatos adversos na pesquisa, em caso de irregularidades pode requerer apuração e sindicância e comunica à CONEP e representa a instituição (IFPI) em todas as suas instâncias, interna e externa.

O Comitê de ética em pesquisa (CEP) do IFPI está institucionalizado, homologado pela CONEP, pertence à própria instituição e presta atendimento a instituições parceiras.

Capacitação, Manuais, Regimento, Calendário de Reuniões, Legislação são disponibilizados em www.ifpi.edu.br/cep.

CAPÍTULO 6: REFERÊNCIAS

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília/DF: 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 25 jun. 2015.

_____. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília/DF: 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 24 jun. 2015.

_____. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 24 jun. 2015.

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília/DF: 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 25 jun. 2015.

_____. **Lei 10.436/02, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília/DF: 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília/DF: 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília/DF: 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília/DF: 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013.** Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino. Brasília/DF: 2013. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/public/arquivos/legislacoes/Port-1224-2013-12-18.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

_____. **Resolução CES/CNE nº 4, de 13 de julho de 2005.** Instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração. Brasília/DF, 2005.

_____. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/DF: 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília/DF: 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 jul. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024:** construindo para o futuro. Teresina, PI, 2020. Disponível em: <<https://www.ifpi.edu.br/pdi/pdi-2020-2024/documentos/pdi-2020-2024--anexo-resolucao-009-2020-consup.pdf/view>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Normativa Nº 011, de 04 de março de 2021.** Aprova a atualização do Regulamento do desenvolvimento das atividades complementares em áreas específicas de interesse do estudante dos cursos de graduação (tecnologia e bacharelados), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1WUgsaCrfl62bbTW3rUit6E2Q_X-Ln85J/view>. Acesso em: 06 out. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Normativa Nº 016, de 04 de março de 2021.** Aprova a consolidação das resoluções editadas pelo Conselho Superior que dispõem sobre

as normas e procedimentos de oferta de cursos na Modalidade de Educação a Distância no âmbito do IFPI, e dá outras providências. 2021a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1sqOdwMtp_xQ60CdiV09NgByU71CM87PA/view>. Acesso em: 06 out. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Normativa Nº 024, de 06 de abril de 2021.** Aprova a atualização do Regimento dos Colegiados dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. 2021a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1TSQsV-kuGZtwMoR8FabpOB_MjMkVNXDS/view>. Acesso em: 06 out. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Normativa Nº 026, de 06 de abril de 2021.** Aprova a consolidação das resoluções editadas pelo Conselho Superior que dispõem sobre o Regimento dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de graduação do IFPI, e dá outras providências. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/11rDe786Qm77WW9CqoneNPV9wz2VRCn4v/view>>. Acesso em: 06 out. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Normativa Nº 035, de 06 de abril de 2021.** Aprova a consolidação e atualização da Política de Assistência Estudantil (POLAE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1WLWNKQFzORzN5UiwOZxXyheH3BQiYona/view>>. Acesso em: 06 out. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Normativa Nº 046, de 16 de junho de 2021.** Consolida e atualiza as resoluções que dispõem sobre o Regulamento dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. 2021d. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1IEvZ9jCFZedUVmdGhMrexFxHbnVFKIE/view>>. Acesso em: 06 out. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Normativa Nº 052, de 23 de julho de 2021.** Atualiza a Resolução que normatiza a Criação e o Regulamento do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. 2021a. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1gI3bDMxPHKS1h4P3ETURYD1sWtaBcd5O/view>>. Acesso em: 06 out. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Normativa Nº 053, de 23 de julho de 2021.** Atualiza e consolida as Resoluções que normatizam a Instituição e o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.. 2021a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Z50w4_rOXIA0tSDbOVlrBsy41jB2MSgN/view>. Acesso em: 06 out. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Normativa Nº 055, de 23 de julho de 2021.** Atualiza e consolida as Resoluções que normatizam a Instituição e o Regulamento do Núcleo

de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. 2021a. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1VimXjHvLBQ204kChNzSAdiLeg_D1lby/view. Acesso em: 06 out. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Normativa Nº 056, de 23 de julho de 2021.** Atualiza a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. 2021a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1nbTKWtRIQVfLnuRKihPZW4jEwKbWMDnt/view> . Acesso em: 06 out. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Normativa Nº 094, de 18 de novembro de 2021.** Atualiza o Programa de Monitoria de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. 2021d. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1A_-pL_apQ_pa3mnuPplhPDn7XnRb-FKF/view Acesso em: 06 out. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Normativa Nº 095, de 22 de novembro de 2021.** Atualiza e consolida o Regulamento do Programa de Acompanhamento ao Egresso (PAE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. 2021d. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1jCn8K0Y6DyFJ7QlyDbIRyqJg47DL66JA/view> > Acesso em: 06 out. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Normativa Nº 107, de 08 de fevereiro de 2022.** Institui e regulamenta os Núcleos de Educação a Distância, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). 2022d. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1MTabtE7g_-CyyHEaaopDfOGXUFT9Wu-c/view Acesso em: 06 out. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Normativa Nº 113, de 29 de março de 2022.** Consolida e atualiza o registro e a inclusão das atividades de extensão – Práticas Curriculares em Comunidade e em Sociedade (PCCS), nos currículos dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1jCn8K0Y6DyFJ7QlyDbIRyqJg47DL66JA/view> > Acesso em: 06 out. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Normativa Nº 123, de 31 de março de 2022.** Atualiza o Regulamento das normas para a Política Institucional de Informação Técnico-Científica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1TDVg1DVrHwWIHKIAunjeS9oaStafr0DQ/view> > Acesso em: 06 out. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Normativa Nº 127, de 07 de abril de 2022.** Atualiza e consolida a Política de Segurança da Informação, o uso do Correio Eletrônico Institucional e as Normas de Segurança para criação de senhas, no Instituto Federal de Educação, Ciência

e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/1TDVg1DVrHwWIHKIAunjeS9oaStafr0DQ/view> > Acesso em: 06 out. 2022.

_____. Conselho Superior. **Resolução Normativa Nº 143 – CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de agosto de 2022.** Atualizar e consolidar, ad referendum, as Resoluções que normatizam a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/1fFUoIWzcxec4W5Ouc6FVZXkjZRnUV7ak/view?pli=1> > Acesso em: 06 out. 2022.

_____. Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação. **PDTIC 2022-2024.** Plano Diretor de Tecnologia da Informação. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/1fFUoIWzcxec4W5Ouc6FVZXkjZRnUV7ak/view?pli=1> > Acesso em: 06 out. 2022.

_____. Política de formação e desenvolvimento de coleções (PDC) das Bibliotecas do IFPI [recurso eletrônico] / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Teresina: IFPI, 2021. Disponível em:

https://www.ifpi.edu.br/area-do-estudante/bibliotecas/bibliotecas_pdc2021_atualizada.pdf

Acesso em: 06 out. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Relatório técnico contendo estudo sobre a atual relação oferta/demanda de cursos de graduação no Brasil, como subsídio ao Conselho Nacional de Educação para a formulação de políticas públicas que possibilitem a melhor distribuição da oferta de vagas no ensino superior de graduação.** Brasília, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13948&Itemid . Acesso em: 15 jul. 2016.

ANEXO 1 – BIBLIOGRAFIAS E EMENTAS

MÓDULO I

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Aplicação dos conceitos das ciências sociais, em especial os da Sociologia e antropologia às situações organizacionais enfatizando-se as questões práticas das Relações do Trabalho. A especificidade da Antropologia: a diversidade e o relativismo cultural como campo teórico. Aspectos sociológicos e antropológicos da administração; A teoria da burocracia na ótica das ciências sociais; A evolução dos aspectos políticos, econômicos e sociais que incidem sobre a gestão do trabalho. Conhecimento das diversas abordagens teóricas sobre os conceitos de trabalho, a questão das relações do trabalho, e da gestão do processo de trabalho; Os negócios na vida cotidiana: consumo, tecnologia e estilos de vida.

Bibliografia básica

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reynaldo. Sociologia aplicada à administração. 7. ed., rev. São Paulo: Saraiva, 2009.

BAUMAN, Zygmunt.; MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a sociologia. Tradução: Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DEMO, P. Introdução a Sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2002. ROBERT, Brym; et. al. Sociologia: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

Bibliografia Complementar

BAUMAN, Zygmunt.; MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a sociologia. Tradução: Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia: Introdução à ciência da sociedade. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2010.

DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? - Rio de Janeiro: Rocco: 1986.

DEMO, P. Introdução a Sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2002. ROBERT, Brym; et. al. Sociologia: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Tradução: Sandra Regina Netz. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia da administração. São Paulo: Atlas, 1997.

TOMAZI, Nelson Dacio (Coord.). Iniciação à sociologia. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual, 2000.

DISCIPLINA: FILOSOFIA

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Reflexão sobre a Filosofia: suas origens, objetos, métodos e divisões em disciplinas. Compreensão da atitude originante do filosofar. A especificidade do conhecimento filosófico. História da Filosofia. Problemas atuais da Filosofia. A dimensão filosófica na organização social, econômica, técnica e política do mundo organizacional. A diversidade dentro das organizações.

Bibliografia básica

MATTAR, João. Filosofia e ética na Administração. São Paulo: Saraiva, 2006.

STEGMÜLLER, W. A filosofia contemporânea. São Paulo: EPU / Edusp, 2002. 2 v.

TUGENDHAT, E. Lições sobre Ética. Petrópolis: Vozes, 2000.

Bibliografia Complementar

ARISTOTELES. Política. Brasília: Ed. UNB, 1999.

CHATELET, F. História da Filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERRATER MORA, J. Dicionário de Filosofia. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORENTE, M. G. Fundamentos de filosofia; lições preliminares. São Paulo: Mestre Jou, 1999.

PRADO JÚNIOR, C. O que é filosofia. São Paulo: Brasiliense, 2003.

VASQUEZ, A. S. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

DISCIPLINA: DIREITO INTRODUTÓRIO

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Direito e sociedade. Relacionamento do Direito com as demais formas de conhecimento. Direito, moral e regras de trato social. Conceito de Direito. Direito objetivo e direito subjetivo. Fontes do Direito. Direito público e direito privado. Direito e Lei: técnica legislativa. Direito e Estado.

Bibliografia básica

FERRAZ JR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas.

NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense.

REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito: introdução e teoria geral. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ENGISCH, Karl. Introdução ao pensamento jurídico. 8. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do direito. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

HERKENHOFF, João Baptista. Como aplicar o direito: a luz de uma perspectiva axiológica, fenomenológica e sociológico-política. 8. ed. rev., ampl. E atual. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LIMA, Hermes. Introdução à Ciência do Direito. Rio de Janeiro: Freitas Bastos

MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DISCIPLINA: INFORMÁTICA BÁSICA

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Fundamentos da Informática: histórico e evolução. Compreensão do funcionamento de um computador. Sistema computacional: definição e caracterização de hardware, software e peopleware. Representação da informação no meio digital. Conhecimentos de editores de texto, planilhas eletrônicas e softwares de apresentação. Introdução a Rede de computadores. Internet: definição, riscos e sua aplicabilidade no mundo da pesquisa e do trabalho.

Bibliografia básica

CAPRON, H.L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. 350p.

CORNACCHIONE JUNIOR, Edgard Bruno. Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VELLOSO, Fernando de C. Informática: conceitos básicos. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

Bibliografia Complementar

ALCALDE LANCHARRO, Eduardo; GARCIA LOPEZ, Miguel; PENUELAS FERNANDEZ, Salvador. Informática básica. São Paulo: Makron Books, 2004. 269 p.

BROOKSHEAR, J. G. Ciência da Computação: uma visão abrangente. 7ª Ed., Porto Alegre, Bookman, 2004.

COX, Joyce; PREPPERNAU, Joan. Passo a passo Microsoft Office PowerPoint 2007. Porto Alegre: Bookman, 2008. 328 p.

IDANKAS, Rodney. Informática para concursos. 2. ed. São Paulo (SP): Método, 2009. 332p.

NORTON, P. Introdução à Informática. 1. ed. Rio de Janeiro: Makron Books. 1997.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Conceitos básicos da administração e das organizações. As principais funções da Administração: planejamento, organização, liderança e controle. Processos decisórios e resolução de problemas.

Bibliografia básica

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 8. ed. São Paulo: Campus, 2001.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Introdução à administração. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A. Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

Bibliografia Complementar

ARAUJO, Luis César G. de; GARCIA, Adriana Amadeu. Teoria geral da administração: orientação para escolha de um caminho profissional. São Paulo: Atlas, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. Teoria geral da administração. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana a revolução digital. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ROBBINS, Stephen P. Administração mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2007.

STONER, James A. F.; FREEMAN, R. E. Administração. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1994.

DISCIPLINA: MATEMÁTICA APLICADA

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Números Reais e suas operações: Adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Matrizes Determinantes e Sistemas de Equações Lineares. Introdução ao estudo das funções elementares. Noções de Limite e Derivada. Introdução ao Estudo da Integral.

Bibliografia básica

ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Stephen. Cálculo: volume I. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar 1: conjuntos, funções : 84 exercícios resolvidos. 8. ed. São Paulo: Atual, 2004.

LEITHOLD, Louis. O Cálculo com Geometria Analítica v. 1. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994.

Bibliografia Complementar

BOULOS, Paulo. Cálculo diferencial e integral, volume 1. São Paulo: Pearson Makron Books, 1999.

DOLCE, Osvaldo; POMPEU, José Nicolau. Fundamentos de matemática elementar

9: limites, derivadas, noções de integral: 8. ed. São Paulo: Atual, 2005.

IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações 1, ensino médio. 5. ed. São Paulo: Atual, 2010.

IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. Fundamentos de matemática elementar 4: sequências, matrizes, determinantes, sistemas: 43 exercícios resolvidos. 7. ed. São Paulo: Atual, 2004.

NETO, Aref Antar, LAPA, Nilton, SAMPAIO, José I. Pereira. Matrizes, determinantes e sistemas lineares (Noções de Matemática). V. 04. Editora Moderna. 1ª edição, São Paulo, 1982.

DISCIPLINA: METODOLOGIA CIENTÍFICA

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Fundamentos da pesquisa: o que é pesquisa, por que se faz pesquisa. Tipos de relatórios de pesquisa. Estrutura do projeto de pesquisa. Classificação das pesquisas. Levantamento bibliográfico: fontes de pesquisa. Estratégias (métodos) de pesquisa em Administração. Métodos de coleta e análise de dados.

Bibliografia básica

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VERGARA, Sylvia C. Métodos de pesquisa em Administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

APPOLINÁRIO, Fábio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa . 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas . 23. ed. -. Petrópolis: Vozes, 2014.

FIGUEIREDO, Antônio Macena de; SOUZA, Soraia Riva Goudinho de. Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação científica à apresentação do texto final. 4. ed.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. de A.. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 2012.

MÓDULO II

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Contabilidade: conceito, origem e evolução. Patrimônio: conceito, ativo e passivo. Método das Partidas Dobradas. Plano de Contas. Demonstrações Contábeis. Apuração do Resultado. Operações com Mercadorias.

Bibliografia básica

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. Curso de administração financeira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERRARI, Ed Luiz. Contabilidade geral: teoria e mais de 1.000 questões. 12. ed., rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de; MARION, José Carlos. Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade geral fácil. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Bibliografia Complementar

FAVERO, Hamilton Luiz et al. Contabilidade: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, Ricardo J. Contabilidade avançada. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2012.

GOUVEIA, Nelson. Contabilidade básica. 2. ed. São Paulo: HARBRA, 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DISCIPLINA: PSICOLOGIA APLICADA (EAD)

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Introdução à psicologia. Histórico da psicologia organizacional. Teorias da personalidade e da motivação. Comportamento humano na empresa. Psicologia aplicada ao trabalho. A psicologia e a gestão de pessoas. A função da psicologia no desenvolvimento organizacional. Conceito e dimensões da diversidade.

Bibliografia básica

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira. Psicologia aplicada à administração. São Paulo: Saraiva, 2006.

BERGAMINI, Cecília W. Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional. São Paulo: Atlas, 1990.

CHANLAT, Jean-François (Coord.). O indivíduo na organização. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar

BIAGGIO, Angela M. Brasil. Psicologia do desenvolvimento. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

BOCK, A. M.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologia: uma introdução à Psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CAVALCANTI, Vera Lucia. Liderança e motivação. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CIDADANIA em preto e branco. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GARDNER, Howard. Inteligências múltiplas: a teoria na prática . Porto Alegre, RS: Artmed, 1995.

GOULART, Iris Barbosa. Temas de psicologia e administração. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

GONÇALVES, A. M.; PERPÉTUO, S. C. Dinâmica de grupos na formação de lideranças. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2007.

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

(Neo) constitucionalismo; Constituição: conceito, constitucionalização simbólica, classificações, elementos e histórico; Estrutura da Constituição; Poder Constituinte; Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais; Divisão Espacial do Poder – Organização do Estado; Divisão Orgânica dos Poderes – Teoria Geral; Poder Legislativo; Poder Executivo; Poder Judiciário; Funções Essenciais à Justiça; Direitos e Garantias Fundamentais; Direitos Sociais; Nacionalidade; Direitos Políticos; Partidos Políticos; Ordem Social; Ordem Econômica e Financeira.

Bibliografia básica

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

MORAES, Alexandre de; Direito Constitucional – 31ª ed. Saraiva, 2015.

MOTTA, Sylvio. Direito Constitucional: teoria, jurisprudência e questões. 20 ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Bibliografia Complementar

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente; Direito Constitucional Descomplicado – 14ª ed. Saraiva, 2015.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 18. ed. ver. Atual. e ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

MESQUITA, Daniel; NILO, Edvaldo; Direito Constitucional – 4001 Questões Comentadas – Cespe, Esaf, Fcc, Fgv e Vunesp – Saraiva, 2015.

MUNIZ BARRETO, Alex; Direito Constitucional Positivo – 2ª ed. Saraiva, 2015.

NOVELINO, Marcelo; Manual de Direito Constitucional - Vol. Único - 8ª ed. Método, 2013.

DISCIPLINA: TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Introdução à Teoria Geral da Administração. As escolas do pensamento administrativo. Escola Clássica: Administração Científica e Teoria Clássica. Escola das Relações Humanas. Abordagem Comportamental da Administração. Abordagem Estruturalista das Organizações. Abordagem Sistêmica da Administração. Abordagem Contingencial da Administração. Abordagens Pós-contingenciais. Estudos Críticos, Teoria Crítica e a Perspectiva pós-moderna. Abordagens teóricas contemporâneas.

Bibliografia básica

CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração. São Paulo: Elsevier: Campus, 2004.

DIAS, Reinaldo; ZAVAGLIA, Tércia; CASSAR, Maurício. Introdução à administração: da competitividade à sustentabilidade. 3. ed. rev. São Paulo: Alínea, 2013.

MOTTA, F. C. P; VASCONCELOS, I.. F. G. Teoria Geral da Administração. São Paulo, Thomson, 2002.

Bibliografia Complementar

CALDAS, P.M; BERTERO, O. C.(Orgs) Teoria das organizações. São Paulo: Atlas, 2007.

MORGAN, G. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 1996.

MOTTA, F. C. Teoria das Organizações: evolução e crítica. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

MAXIMIANO, Antônio C. A. Introdução à Administração. São Paulo: Atlas, 2007.

MAXIMIANO, Antônio C. A. Teoria Geral da Administração - da Revolução Urbana à Revolução Digital. São Paulo: Atlas, 2012.

DISCIPLINA: PORTUGUÊS INSTRUMENTAL

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Leitura, interpretação e produção de textos acadêmicos orais e escritos da área da Administração com base em parâmetros da linguagem técnico-científica. Estrutura e organização dos textos dissertativos: parágrafos e elementos de coesão e coerência. Caracterização da linguagem escrita e falada e sua aplicabilidade para os profissionais da Administração. Gêneros textuais: resumo, resenha, artigo acadêmico, relatório e palestra. Sintaxe: de concordância e de regência. Pontuação.

Bibliografia básica

ANDRADE, Maria Margarida & HENRIQUES, Antonio. Língua portuguesa – noções básicas para cursos superiores. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DEMAI, Fernanda Mello. Português instrumental. Série Eixos. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Sciliar. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38 ed. rev. e ampl. São Paulo: Nova Fronteira, 2015.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MARTINS, Dileta Silveira & ZILBERKNOP, Lúbia Sciliar. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental – para cursos de contabilidade, economia e administração. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TAVARES, Maurício. Comunicação empresarial e planos de comunicação: integrando teoria e prática. 3 ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

MÓDULO III

DISCIPLINA: CONTABILIDADE DE CUSTOS

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Contabilidade de Custos, Financeira e Gerencial. Terminologia. Classificação dos Custos. Sistemas de Custeio. Departamentalização. Critérios de Rateio.

Bibliografia básica

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. Gestão de custos e formação de preços: com aplicações na calculadora HP 12C e Excel. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA, Alexandre Barbosa de. Contabilidade de custos para concursos: teoria e questões comentadas da FCC, FGV, Cespe e ESAF. . São Paulo: Método, 2010.

MARTINS, Eliseu; ROCHA, Welington. Contabilidade de custos: livro de exercícios. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. Curso de administração financeira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BRUNI, Adriano Leal. A administração de custos, preços e lucros: com aplicações na HP12c e excel. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FAVERO, Hamilton Luiz et al. Contabilidade: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HORNGREN, Charles T.; DATAR, S. M.; FOSTER, George. Contabilidade de custos – volume 2, 11ª edição. São Paulo: Pearson, 2010.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; PINHEIRO, Paulo. Fundamentos de gestão estratégica de custos. São Paulo: Atlas, 2006.

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Direito administrativo – conceito, origem e objeto; Administração pública; Regime jurídico da administração pública; Serviços públicos; Poder de polícia. Restrições do estado sobre a propriedade privada; Atos administrativos; Contratos administrativos; Licitação; Administração indireta; Órgãos públicos; Servidores públicos; Processo administrativo; Controle da administração pública; Improbidade administrativa. Direito Tributário - conceito/autonomia; Relações com outros ramos do Direito; Fonte e Objetivo do Direito Tributário; Tributos: Impostos, Taxas, Contribuições, Empréstimos Compulsórios e Contribuições de Melhorias; Legislação Tributária: vigência, aplicações, interpretações e integração; Obrigações Tributárias; Suspensão; Administração Tributária; Inerções; Incidências.

Bibliografia básica

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 18. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

CARNEIRO, Cláudio; Curso de Direito Tributário e Financeiro. 5ª ed. Saraiva. São Paulo, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. Direito Administrativo. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

BORBA, Cláudio. Direito Tributário: teoria e questões. 23. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 25. ed. rev., ampl. E atual. São Paulo: Atlas, 2012.

CASTRO, Eduardo Moreira Lima Rodrigues de; LUSTOZA, Helton Kramer; GOUVÊA, Marcus de Freitas; Tributos em Espécies. JusPodivm. São Paulo, 2014.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. Direito Tributário. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FREIRE, Elias. Direito Administrativo: teoria, jurisprudência e 1000 questões. 8ª. ed. Atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

DISCIPLINA: GESTÃO DE PESSOAS I

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Introdução a Moderna Gestão de Pessoas. Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas. Processos de Gestão de Pessoas. Agregando Pessoas: recrutamento e seleção. Aplicando Pessoas: orientação das Pessoas, modelagem do trabalho, avaliação do desempenho humano.

Bibliografia básica

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. São Paulo: Manole, 2014. xiv, 494

DUTRA, Joel Souza. Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002.

LACOMBE, Francisco José Masset. Recursos humanos: princípios e tendências. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antonio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. 1. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

MILKOVICH, George T.; BOUDREAU, John W. Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Atlas. 2000.

RIBEIRO, Antônio de Lima. Gestão de pessoas. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A; SOBRAL, Filipe. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2011.

DISCIPLINA: MATEMÁTICA FINANCEIRA

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Razões e Proporções; Grandezas Proporcionais; Regra de Três; Porcentagem; Operações com mercadorias; Juros simples; Descontos simples; Prazo médio; Taxa média; Prazo comum; Regras de sociedade; Pagamentos antecipados; Juros compostos; Desconto composto;

Equivalência de capitais a juros compostos; Séries financeiras; Inflação; Sistemas de amortização de empréstimos.

Bibliografia básica

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VERAS, Lilia Ladeira. Matemática Financeira. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática Financeira. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Bibliografia Complementar

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. Matemática financeira: Com HP 12C e Excel. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BAUER, U. R. Matemática Financeira Fundamental. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2003, 407p.

PARENTE, E. e CARIBÉ, R. Matemática Comercial & Financeira. Edição Reformulada. FTD. 1996. 232p.

SAMANEZ, C. P. Matemática Financeira - Aplicações à Análise de Investimentos. São Paulo. MKRON BOOKSAPEC. 1994. 217p.

VERAS, L. L. Matemática Financeira. São Paulo. Editora Atlas S.A. 1989, 268p.

DISCIPLINA: GESTÃO AMBIENTAL

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Sustentabilidade. Desenvolvimento Sustentável. Problemas ambientais. Gestão Ambiental. Sistemas de Gestão Ambiental. Certificações: ISO 14000. Relatórios Ambientais. Auditoria Ambiental. Credito de Carbono. APL.

Bibliografia básica

BARBIERI, Jose Carlos. Gestão Ambiental Empresarial. São Paulo: Saraiva, 2011.

DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011.

TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA Neto F. de Paulo; FROES César. Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro. Qualitymark. 2006.

ASHLEY, Patrícia Almeida; QUEIROZ, Adele. Ética e responsabilidade social nos negócios. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Editora Gaia, 2002.

DONAIRE, Denis. Gestão ambiental na empresa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HAWKEN, P.; LOVINS, A.; LOVINS, L. H. Capitalismo Natural: Criando a próxima Revolução Industrial. São Paulo: Cultrix-Amana-Key, 2002.

MÓDULO IV

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERENCIAL

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Conceito e Papel da Contabilidade Gerencial. Processo de Gestão. Tomada de Decisão. Controle de Estoque. Formação de Preços. Análise das Demonstrações Contábeis. Análise dos Direcionadores de Custos.

Bibliografia básica

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. Gestão de custos e formação de preços: com aplicações na calculadora HP 12C e Excel. 5 ed. São Paulo:Atlas, 2009.

HONG, Yuh Ching. Gestão de estoques na cadeia de logística integrada: supply chain . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de balanços. 10. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. Curso de administração financeira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BRUNI, Adriano Leal. A administração de custos, preços e lucros: com aplicações na HP12c e excel. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FAVERO, Hamilton Luiz et al. Contabilidade: teoria e prática . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HORNGREN, Charles T.; DATAR, S. M.; FOSTER, George. Contabilidade de custos – volume 2, 11ª edição. São Paulo: Pearson, 2010.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; PINHEIRO, Paulo. Fundamentos de gestão estratégica de custos. São Paulo: Atlas, 2006.

DISCIPLINA: DIREITO TRABALHISTA E EMPRESARIAL

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Direito Trabalhista - conceito de trabalho, origens e evolução do Direito do Trabalho. Relação de emprego e seus sujeitos. Fundamentos de Direito Coletivo do Trabalho: Convenções Coletivas de Trabalho; Conflitos Coletivos de Trabalho (Direito de Greve); Organizações Sindicais. Fundamentos de Direito Individual do Trabalho: Contrato de Trabalho; Principais Obrigações Trabalhistas; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; Salário. Acidentes de trabalho. Direito Empresarial - Direito Comercial, evolução, transição para noções de Direito de Empresa. O empresário. O estabelecimento empresarial. Institutos complementares: registro, nome empresarial, prepostos e escrituração.

Bibliografia Básica

BRASIL. CLT e Constituição Federal. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho – Legislação complementar e Jurisprudência. 32 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAMPINHO, Sérgio. O Direito de Empresa à Luz do Novo Código Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

COELHO, Fábio Ulhoa. Direito Comercial- direito de empresa. São Paulo: Saraiva, 2014.

MASCARO, Amaury. Curso de Direito do trabalho. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa. São Paulo: Saraiva, 2010.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE MARKETING

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Conceitos básicos e o ambiente de Marketing. Conceituação e apresentação do composto de Marketing. Inteligência de Marketing. Estratégia de Marketing. Comportamento do Consumidor. Tipos de Marketing. Desenvolvimento de produto.

Bibliografia básica

KARSAKLIAN, Eliane. Comportamento do consumidor. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KOTLER, Phillip. ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2008.

KOTLER, Phillip. KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing: a bíblia do marketing. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

Bibliografia Complementar

COBRA, Marcos. Administração de marketing. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Administração de marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2009.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de serviços 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MACHLINE, Claude et al. Gestão de marketing. São Paulo: Saraiva, 2003.

SAMPAIO, Rafael. Propaganda de A a Z: como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso . 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DISCIPLINA: ESTATÍSTICA

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Apresentação de dados: População e amostra; Variáveis; Arredondamento de dados; Séries estatísticas; Distribuição de frequência; Representação gráfica. Medidas de posição: Média aritmética; Mediana; Moda; Separatrizes. Medidas de dispersão: Amplitude total; Desvio médio; Variância; Desvio padrão; Coeficiente de variação; Escore padronizado. Correlação e Regressão; Relação entre variáveis; Correlação linear simples; Coeficiente de correlação; Regressão linear; Ajustamento da reta; Análise das séries temporais. Cálculo da probabilidade: Distribuição discreta – binomial; Distribuição contínua – normal.

Bibliografia Básica

BRUNI, Adriano Leal. Estatística aplicada à gestão empresarial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 398 p. ISBN 978-85-224-8090-6.

MORETTIN, Pedro Alberto, 1942 -; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, Magno Alves de. Probabilidade e estatística: um curso introdutório. Brasília: IFB, 2011.

Bibliografia Complementar

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade; TOLEDO, Geraldo Luciano. Estatística Aplicada. São Paulo: Atlas 1995.

MANN, Prem S. Introdução à estatística. LTC, 2006. SILVA, Ermes Medeiros da, Estatística. Atlas, 2007.

NAZARETH, Helenalda Resende de Souza. Curso básico de estatística. 12. ed. São Paulo: Ática, 2010.

SPIEGEL, Murray Ralph; STEPHENS, Larry J. Estatística. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

STEVENSON, William J; ALFREDO ALVES DE FARIAS (Trad.). Estatística aplicada à administração. Sao Paulo: Harbra, 2001.

MÓDULO V

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA ECONOMIA (EAD)

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Teoria Econômica. Evolução do Pensamento Econômico. Microeconomia: Teoria do Consumidor. Demanda e Oferta. Estruturas de Mercado. Macroeconomia: agregados macroeconômicos, demanda e oferta agregada. Moeda, Juros e Renda. Inflação. Relações Internacionais e Câmbio. Balanço de Pagamentos. Ciclos Econômicos. Crescimento e Desenvolvimento Econômico.

Bibliografia básica

MANKIW, N. Gregory; MONTEIRO, Maria José Cyhlar (Trad.). Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

PAIVA, Cláudio César de; PELLEGRINO, Anderson César Gomes Teixeira; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. Economia: fundamentos e práticas aplicados à realidade brasileira. São Paulo: Alínea. 2005.

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. São Paulo: Atlas. 2004.

Bibliografia Complementar

GUIMARÃES, Bernardo; GONÇALVES, Carlos Eduardo do Nascimento. Introdução à economia. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2010.

MANKIW, N. Gregory. Princípios de macroeconomia. São Paulo: Pioneira, 2005.

McCONNELL, Campbell R.; BLUE, Stanley L. Microeconomia: princípios, problemas e políticas. Rio de Janeiro: LTC.

SILVA, César Roberto Leite da; LUIZ, Sinclayr. Economia e mercados: introdução à economia. 19. ed. reform. e atual. São Paulo: Atlas, 2010.

STIGLITZ, Joseph E. Introdução à macroeconomia. São Paulo: Campus. 1995.

DISCIPLINA: GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Tecnologia da Informação e o processamento de dados. Sistemas de Informações nas Organizações. Arquiteturas de Informação Corporativa. Aspectos da Gestão da tecnologia, aquisição, serviços, suporte, projetos e implementação de sistemas. Gestão de Processos. Automatização de Processos de Negócios. Frameworks de gestão de TIC. Aspectos ambientais e “Informática Verde”.

Bibliografia básica

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Sistemas de informação gerenciais: Administrando a empresa digital. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LAURINDO, Fernando José Barbin. Tecnologia da informação: planejamento e gestão de estratégias. São Paulo: Atlas, 2008. 382 p.

SOUZA, JENNER. Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2015. 184p.

Bibliografia Complementar

AKABANE, GETULIO K. Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação: Conceitos, Metodologias, Planejamento e Avaliações. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BONI, Jan Van. ITIL: guia de referência. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 184p.

MOLINARO, L. F. R., RAMOS, K. H. C. Gestão de Tecnologia da Informação: Governança de Ti - Arquitetura e Alinhamento entre Sistemas de Informação e o Negócio. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 228p.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas e operacionais. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. Tecnologia da Informação aplicada a Sistemas de Informação Empresariais. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DISCIPLINA: SISTEMAS, ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Conceitos básicos de organização, sistemas e métodos. A importância da função de OSM para as empresas. Características do órgão de OSM. Atributos do analista de OSM. Procedimentos básicos para gerenciamento de mudanças organizacionais. Estrutura organizacional. Principais tipos de organização. Sistemas de responsabilidade, autoridade, comunicação e decisão. Instrumentos de trabalho aplicados pelo analista de OSM nas atividades profissionais. Novas perspectivas para a função de OSM: conceito, mapeamento, análise e melhoria de processos.

Bibliografia básica

ARAÚJO, Luis César G. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. São Paulo: Atlas, 2011.

CURY, Antonio. Organização e métodos: uma visão holística. 8 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar

BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. Manual de Organização, Sistemas e Métodos: abordagem teórica e prática da Engenharia da Informação. São Paulo: Atlas, 2011.

BUENO Wilson da Costa. Comunicação Empresarial: políticas e estratégias, São Paulo: Saraiva, 2009. 352 p.

CRUZ, Tadeu. Sistemas, organização & métodos: estudo integrado das novas tecnologias de informação e introdução à gerência do conteúdo e do conhecimento. 3. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

MACARENCO, Isabel; TERCIOTTI, Sandra Helena. Comunicação empresarial na prática. São Paulo: Saraiva, 2009.

VASCONCELLOS, Eduardo; HEMSLEY, James R. Estrutura das organizações: estruturas tradicionais, estruturas para inovação, estrutura matricial. São Paulo: Cengage, 2003.

DISCIPLINA: GESTÃO DE PESSOAS II

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Processos de Gestão de Pessoas; Recompensando Pessoas: Remuneração, Programas de Incentivos, Benefícios e Serviços; Desenvolvendo Pessoas: Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas e Organizações; Mantendo Pessoas: Relações com Empregados; Higiene, Segurança e Qualidade de Vida; Monitorando Pessoas; O Futuro da Gestão de Pessoas.

Bibliografia básica

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DUTRA, Joel Souza. Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002.

LACOMBE, Francisco José Masset. Recursos humanos: princípios e tendências. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antonio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. 1. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

MILKOVICH, George T.; BOUDREAU, John W. Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Atlas. 2000.

RIBEIRO, Antônio de Lima. Gestão de pessoas. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A; SOBRAL, Filipe. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2011.

DISCIPLINA: GESTÃO DE MARKETING

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Administração das informações de Marketing. Pesquisa de Mercado. Desenvolvimento do Plano de Marketing. Marketing de Serviços. Marketing Direto e on-line. Marketing Ambiental. Visão ampliada de Marketing. Ética do Marketing.

Bibliografia básica

KOTLER, Phillip, ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2008.

KOTLER, Phillip. KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing: a bíblia do marketing. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

SAMPAIO, Rafael. Propaganda de A a Z: como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso . 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

Bibliografia Complementar

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Administração de marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2008.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de serviços 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Plano de marketing para micro e pequenas empresas. São Paulo: Atlas, 2001.

MACHLINE, Claude et al. Gestão de marketing. São Paulo: Saraiva, 2003.

PINHO, J. B. O poder das marcas. 3. ed. São Paulo: Summus, 1996.

MÓDULO VI

DISCIPLINA: ECONOMIA BRASILEIRA (EAD)

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Introdução à Economia Brasileira. Economia na Era Vargas. Plano de Metas. Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico. Economia brasileira pós milagre econômico. Inflação. Planos de estabilização monetária dos anos 1980. Desequilíbrio fiscal. Endividamento público e programa de privatizações. O Plano Real e a Estabilização monetária. Competitividade da economia brasileira e vulnerabilidade externa. A inserção da economia brasileira no cenário internacional. Perspectivas socioeconômicas.

Bibliografia básica

GIAMBIAGI, F. et al. Economia brasileira contemporânea: 1945-2010. 2. ed. Campus. Elsevier, 2011.

GREMAUD, A.P.; VASCONCELLOS, M.A.S.; JÚNIOR, R.T. Economia brasileira contemporânea. São Paulo: Atlas, 2006.

LANZANA, Antonio Evaristo. Economia brasileira: fundamentos e atualidade. Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

BACHA, Carlos José Caetano. Entendendo a economia brasileira. Alínea, 2011.

BAER, Werner. A economia brasileira. 3. ed. Nobel, 2009

LEITÃO, Miriam. Saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda. Record, 2011.

LEITE, Antonio Dias. A economia brasileira: de onde viemos e onde estamos. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SOUZA, Nilson Araujo de. Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula. Atlas, 2008.

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Visão geral da função da comunicação empresarial. Identidade, imagem, reputação e propaganda corporativa. Comunicação interna. Relações com stakeholders e a responsabilidade social empresarial; planos de comunicação.

Bibliografia básica

ARGENTI, Paul A. Comunicação empresarial: a construção da identidade, imagem e reputação. [2. ed.]. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2011.

MACARENCO, Isabel; TERCIOTTI, Sandra Helena. Comunicação empresarial na prática. São Paulo: Saraiva, 2009.

TAVARES, Maurício. Comunicação empresarial e planos de comunicação: integrando teoria e prática . 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

BUENO Wilson da Costa. Comunicação Empresarial: políticas e estratégias, São Paulo: Saraiva, 2009. 352 p.

MARTINS, Jorge S. Redação publicitária: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1997.

MATOS, Gustavo Gomes de. Comunicação empresarial sem complicação: como facilitar a comunicação na empresa, pela via da cultura e do diálogo. 2. Ed. São Paulo: Manole, 2009.

PIMENTA, Maria Alzira. Comunicação empresarial. Campinas: Alínea, 2009.

TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. Comunicação empresarial. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA I**CARGA HORÁRIA: 60 horas****EMENTA:**

Função e estrutura financeira da Empresa, fontes de financiamento e recursos da Empresa, índices financeiros. Administração de capital de giro. Planejamento financeiro. Criação de valor. Metodologia do EVA e MVA.

Bibliografia Básica

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. Curso de administração financeira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Introdução à administração financeira: texto e exercícios. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, Idalberto. Administração financeira: uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LEMES JUNIOR, Antonio Barbosa; RIGO, Claudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. 3 ed. São Paulo: Campus, 2010.

ROSS, Stephen A; WESTERFIELD, Randolph W; JORDAN, Bradford D; MINARDI, Andréa Maria Accioly Fonseca. Princípios de administração financeira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ROSS, Stephen A; WESTERFIELD, Randolph; JORDAN, Bradford D. Administração financeira. 8. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

SANTOS, Edno Oliveira dos. Administração financeira da pequena e média empresa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DISCIPLINA: PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Planejamento nas organizações e sua operacionalização. Conceituação de estratégia. Escolas estratégicas e suas principais abordagens. Formação do pensamento estratégico. Ambiente estratégico. Estratégia empresarial, estratégia competitiva, diferentes abordagens sobre estratégia. Tipos de estratégias. Análise de estratégia. Processo de formação e implementação de estratégias organizacionais.

Bibliografia básica

BARNEY, Jay B.; YAMAMOTO, Sonia Midori (Trad.). Administração estratégica e vantagem competitiva: conceitos e casos. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. 408 p. ISBN 978-85-7605-925-7.

BETHLEM, Agrícola de Souza. Estratégia Empresarial: conceitos, processo e administração estratégica . 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. Planejamento Estratégico: da intenção aos resultados - fundamentos e aplicações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CERTO, Samuel C; PETER, J. Paul. Administração Estratégica: planejamento e implantação da estratégias. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Estratégia empresarial & vantagem competitiva: como estabelecer, implementar e avaliar . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MINTZBERG, Henry; QUINN, James Brian. O processo da estratégia. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WRIGHT, Peter L. et al. Administração estratégica. Conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.

DISCIPLINA: SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

A informação nas organizações; O papel dos sistemas de informação nos negócios e na sociedade; Sistemas de aplicações corporativas: operações, gerenciais e de decisão (SPT, SIG, SAD, CRM, ERP...); Administração da informação e processo decisório; Questões sociais, éticas e legais em SI; Tópicos emergentes: computação em nuvem, redes sociais, governo eletrônico (e-gov), e-commerce, e-business.

Bibliografia básica

BATISTA, Emerson de O. Sistemas de Informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012

CORNACCHIONE JUNIOR, Edgard Bruno. Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PRADO, Edmir. SOUZA, Cesar Alexandre de. Fundamentos de sistemas de informação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Bibliografia Complementar

CRUZ, Tadeu. Sistemas de informações gerenciais: tecnologias da informação e as organizações do século XXI & introdução ao BPM & BPMS, introdução ao CMM-I. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GORDON, Steven R.; GORDON, Judith R. Sistemas de informação: uma abordagem gerencial. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

HOFFMANN, Andreas Roberto. PLANTULLO, Vicente Lentini. Sistema de Informação: fundamentos. Juruá, 2012.

LAUDON, Kenneth. Sistemas de informação gerenciais. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas e operacionais. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MÓDULO VII

DISCIPLINA: GESTÃO DE MATERIAIS

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Introdução à Gestão de Materiais. Histórico, funções e objetivos da gestão de materiais. A função dos estoques e análise de valor. Processo de codificação. Método de estratificação ABC. Níveis de estoques e lote econômico. Administração de materiais no Serviço Público. Armazenamento e distribuição e transporte. Administração de sistemas patrimoniais. Inventários. Classificação e cadastro de bens imóveis. Manutenção. Gestão de compras e terceirização.

Bibliografia básica

DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2015.

GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de materiais. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2020. xx 480 p.

VIANA, João José. Administração de Materiais: Um enfoque Prático. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

CORRÊA, J. O fator K na Gerência de Materiais. São Paulo: Atlas, 2006.

CHRISTOPHER, Martin. Logística e gerenciamento da cadeia de Suprimentos. São Paulo: Pioneira, 2010.

DIAS, M. A. P. Administração de Materiais: uma edição compacta. São Paulo: Atlas, 2008.

FRANCISCHINI, Paulino G.; GURGEL, Floriano do Amaral. Administração de materiais e do patrimônio. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2013. 420p.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2009.

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA II

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Conceitos básicos de planejamento estratégico e operacional. Integração do planejamento operacional com o estratégico. O sistema orçamentário. O plano operacional. Objetivos e metas. Orçamento de resultados e de caixa. Projeção do balanço patrimonial e da demonstração de resultados Técnicas de análise do orçamento empresarial. Decisões de investimento em longo prazo.

Bibliografia Básica

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. Curso de administração financeira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Introdução à administração financeira: texto e exercícios. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, Idalberto. Administração financeira: uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LEMES JUNIOR, Antonio Barbosa; RIGO, Claudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. 3 ed. São Paulo: Campus, 2010.

MOREIRA, J. C. Orçamento empresarial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ROSS, Stephen A; WESTERFIELD, Randolph; JORDAN, Bradford D. Administração financeira. 8. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

SANTOS, Edno Oliveira dos. Administração financeira da pequena e média empresa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010

DISCIPLINA: GESTÃO DE PROJETOS

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Conceitos sobre projetos. Ciclo de vida do projeto. Etapas do projeto. Alternativas organizacionais para projetos. O papel e as habilidades do gerente de projetos. O gerenciamento do escopo e da integração do projeto. O gerenciamento dos prazos, custos, riscos e comunicação do projeto. Ferramentas de informática voltadas para o gerenciamento de projetos.

Bibliografia básica

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Administração de Projetos: como transformar ideias em resultados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENEZES, Luis César de Moura. Gestão de Projetos. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

YOUNG, TREVOR L. Manual de gerenciamento de projetos: um guia completo de políticas e procedimentos práticos. São Paulo: Clio, 2008.

Bibliografia Complementar

CASAROTTO, F. N. Projetos de Negócios. Estratégias e Estudos de Viabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

HOLANDA, N. Planejamento e Projetos: Uma Introdução as Técnicas de Planejamento e de Elaboração de Projetos. Rio de Janeiro: APEC, 1974.

PRADO, D. Administração de Projetos com PERT/CPM. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

PMI, Project Management Institute (Editor). Project Management Body of Knowledge Guide. PMI, 2019.

VALERIANO, D. L. Gerenciamento Estratégico e Administração de Projetos. São Paulo: Makron Books, 2001.

WOILER, S. Projetos: Análise e Elaboração. São Paulo: Atlas, 1996.

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E OPERAÇÕES I

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Fundamentos de administração da produção; Processos em Manufatura e Serviços; Definição de Indicadores de Desempenho; Curvas de Aprendizagem; Localização de Instalações Produtivas; Estudos de tempos e métodos; Arranjo Físico nas operações produtivas; Gerenciamento Estratégico da Produção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA :

MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando P. Administração da Produção Fácil. São Paulo: Saraiva, 2015.

MOREIRA, Daniel Augusto. Administração da produção e operações. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SLACK, Nigel et al. Administração da produção. São Paulo: Atlas, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR :

ARAÚJO, Marco Antônio de. **Administração de produção e operações**. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira; CANUTO, Simone Aparecida. **Administração com qualidade: conhecimentos necessários para a gestão moderna**. São Paulo: Blücher, 2010.

LOBO, Renato Nogueiro. **Gestão de Produção**. 1ª Ed. São Paulo: Érica Editora, 2010.

KRAJEWSKI, Lee J.; RITZMAN, Larry P.; K. MALHOTRA, Manoj. **Administração de Produção e Operações**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2009.

TUBINO, D. F. **Planejamento e controle da produção: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2008.

MÓDULO VIII

DISCIPLINA: LOGÍSTICA

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Fundamentos da Logística Empresarial; Cadeia de suprimentos; Planejamento da Demanda e Oferta Logística; O produto Logístico; Integração das Operações Logísticas; Recursos Logísticos; Custos Logísticos; Logística Reversa; Indicadores Logísticos; Plano Estratégico de Logística.

Bibliografia básica

BALLOU, R. H. Logística empresarial: Transportes, Administração de Materiais e Distribuição Física. São Paulo: Atlas, 2007.

MORA GARCIA, L.A. Gestión logística integral: las mejores prácticas en la cadena de abastecimientos. Bogotá: Ecoe ediciones. 2008.

VIANA, João José. Administração de Materiais: Um enfoque Prático. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

BALLOU, RONALD H. Logística Empresarial. São Paulo: Atlas, 2009.

BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento. São Paulo: Saraiva, 2009.

BOWERSOX, Donald J; CLOSS, David J. Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2009.

NOVAES, ANTONIO G. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. São Paulo: Campus, 2007.

TAYLOR, D. A. Logística na Cadeia de Suprimentos: uma Perspectiva Gerencial. Ed. Addison Wesley. São Paulo, 2005.

VIEIRA, DARLI R. Análise e projeto de redes logísticas. São Paulo: Saraiva, 2008.

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E OPERAÇÕES II

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Planejamento da Capacidade de Produção; Projeção de demanda; Planejamento Agregado da Produção; Planejamento da Necessidade de Materiais; Sistemas para Planejamento de Recursos; Sistema Kaban de Abastecimento; Gestão da Qualidade em Sistemas Produtivos; Parques Eco-industriais.

Bibliografia básica

CORRÊA, Henrique L.; CORREA, Carlos A. Administração de produção e operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. xvii, 680 p

MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando P. Administração da Produção Fácil. São Paulo: Saraiva, 2015.

SLACK, Nigel et al. Administração da produção. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Marco Antônio de. Administração de produção e operações. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira; CANUTO, Simone Aparecida. Administração com qualidade: conhecimentos necessários para a gestão moderna. São Paulo: Blücher, 2010.

LOBO, Renato Nogueirol. Gestão de Produção. 1ª Ed. São Paulo: Érica Editora, 2010.

MOREIRA, Daniel Augusto. Administração da produção e operações. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

KRAJEWSKI, Lee J.; RITZMAN, Larry P.; K. MALHOTRA, Manoj. **Administração de Produção e Operações**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2009.

TUBINO, D. F. Planejamento e controle da produção: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2008.

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Conceitos, Organização e Estrutura do Estado, Governo e Administração; Modelos de Administração Pública e Aplicações de Tecnologia da Informação para a Governança Pública; Evolução da Administração Pública no Brasil: desde 1930. Qualidade e Excelência na Administração Pública; Gestão por Resultados; Ciclo de Gestão Orçamentária Governamental; Mecanismos de Controle da Administração Pública.

Bibliografia básica

DENHARDT, Robert B. Teorias da administração pública. São Paulo: Cengage, 2012. 400p.

CREPALDI, Sívio Aparecido; Guilherme Simões. Orçamento Público: planejamento, elaboração e controle. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PALUDO, Augustinho Vicente. Administração Pública. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2013.

Bibliografia Complementar

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Da Administração Pública Burocrática à Gerencial, In PEREIRA, B. e SPINK, P. Reforma do Estado e Adm. Pública Gerencial. FGV. 2001.

COSTIN, Cláudia. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2010. 280p.

KEINERT, T. M. M. Administração Pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo: FAPESP, 2007.

MACHADO, Eloísa. Controle da Administração Pública. São Paulo: FGV Direito SP, 2014.

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2010. 280 p.

PERES, M. A. A Administração Pública Democrática: institutos de participação popular na administração pública. São Paulo: Fórum, 2004.

DISCIPLINA: PESQUISA OPERACIONAL

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Introdução à Pesquisa Operacional: Histórico; objetivos e metodologia; Problemas típicos de Pesquisa Operacional; Métodos de Pesquisa Operacional. Modelagem Matemática e Classificação de Problemas. Programação Linear e Aplicações: Modelos de programação linear; Formulação e resolução de problemas lineares em solvers; Estudos de caso. Método Simplex; Adaptação e aplicação de modelos. Análise de Sensibilidade, Dualidade e Interpretação Econômica. Noções de Programação Dinâmica e Programação Inteira. Modelos e Aplicações em Redes: Problemas de transporte; Otimização em redes; O problema do menor caminho; Árvore geradora mínima; O problema de fluxo em redes.

Bibliografia básica

ANDRADE, E. L. de. Introdução à pesquisa operacional: métodos e modelos para análise de decisões. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

COLIN, Emerson Carlos. Pesquisa operacional: 170 aplicações em estratégia, finanças, logística, produção, marketing e vendas. 2. ed. São Paulo: Atlas, ©2018.

MOREIRA, Daniel Augusto. Pesquisa operacional: curso introdutório. 2. ed., rev. atual. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 356 p. ISBN 978-85-221-1051-3.

Bibliografia Complementar

CORRAR, L. J.; THEOPHILO, C. R. (coord.) Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração: contabilometria. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDBARG, M. C.; LUNA, H. P. C. Otimização combinatória e programação linear. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LACHTERMACHER, G. Pesquisa operacional na tomada de decisões. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SILVA, Ermes Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; GONÇALVES, Valter. Introdução a pesquisa operacional. São Paulo: Atlas, 2010.

HILLIER, F. S.; LIEBERMAN, G. J. Introdução à pesquisa operacional. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Apresentação e discussão de temas e conteúdos contemporâneos sobre a ciência da administração. Estado da arte em administração.

Bibliografia básica

Variável em dependência do tema a ser desenvolvido.

Bibliografia Complementar

Variável em dependência do tema a ser desenvolvido.

MÓDULO IX

DISCIPLINA: ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Ética: Panorama conceitual. Conceitos e problemas fundamentais da ética. O comportamento humano: Ética, Moral e Direito. Virtude. Ética cristã e outros contributos religiosos. Cidadania e diversidade. Os múltiplos usos da Ética: na profissão, nas organizações e na sociedade. O inter-relacionamento entre Ética e Filosofia. Ética e Administração. Responsabilidade social nas organizações.

Bibliografia básica

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2016.

DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011.

TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar

MIETH, Dietmar. Pequeno estudo de ética. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.

PEGORARO, Olinto A. Ética dos maiores mestres através da história. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TOLDO, M. Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Instituto Ethos, 2002.

WILLIAMS, Bernard. Moral: uma introdução à ética. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. 23 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DISCIPLINA: EMPREENDEDORISMO

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Empreendedorismo: conceito, histórico e importância; características e atitudes do empreendedor. A educação empreendedora: é possível ensinar empreendedorismo? Empreendedor X Administrador. Empreendedorismo e inovação. Práticas empreendedoras: microempreendedorismo (baixo custo). Empreendedorismo social. Empreendedorismo digital. Business Model Generation (Canvas). Plano de Negócio; Franquias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA :

Bibliografia básica

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

HIRSCH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. XXII, 456 p.

KURATKO, Donald F. Empreendedorismo: teoria, processo, prática. 10. ed. São Paulo: Cengage Learning, ©2017 455 p

Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. Barueri: Manole, 2012.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

DRUCKER, Peter F. Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 1986.

OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. Business model generation: inovação em modelos de negócios. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.

SALIM, Cesar Simões; SILVA, Nelson Caldas. Introdução ao empreendedorismo: despertando a atitude empreendedora. Campus Elsevier, 2009.

DISCIPLINA: MERCADO DE CAPITAIS

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Intermediação Financeira. Políticas Econômicas. Sistema Financeiro Nacional. Mercados Financeiros. Produtos Financeiros. Mercado Primário e Secundário de Ações. Avaliação de Ações; Risco, Retorno e Mercado. Seleção de Carteiras e Teoria de Markovitz. Precificação de Ativos. Derivativos; Investidores Institucionais e Fundos de Investimentos.

Bibliografia básica

ASSAF NETO, Alexandre; Mercado Financeiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MELLAGI FILHO, Armando; ISHIKAWA, Sérgio. Mercado financeiro e de capitais. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PINHEIRO, Juliano Lima; Mercado de Capitais: fundamentos e técnicas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

BRITO, Oasis. Mercado financeiro: estruturas, produtos, serviços, riscos e controle gerencial. São Paulo: Saraiva, 2005.

CAVALCANTE, F., MISUMI, J.Y. e RUDGE, L. F. Mercado de capitais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro Produtos e Serviços. 17ª ed . rev. atual. Rio de JaneiroRJ: Qualitymark, 2008.

MELLAGI, A. & SANVICENTE, A. Z. Mercado de capitais e estratégias de investimentos. São Paulo: Atlas, 1990.

SANTOS, José E. Mercado financeiro brasileiro. São Paulo: Atlas, 1999.

DISCIPLINA: CONSULTORIA EMPRESARIAL

CARGA HORÁRIA: 60 horas

EMENTA:

Desmistificando a consultoria: introdução, conceitos, consultoria X auditoria X treinamento, tendências da consultoria. A profissão do consultor: produto da consultoria, características e habilidades do consultor, plano de marketing do consultor. Principais tipos de consultoria. Processo (etapas) de contratação e desenvolvimento de consultoria. Ferramentas utilizadas em projetos de consultoria.

Ética na consultoria. Tópicos especiais em consultoria.

Bibliografia básica

COELHO, João. Diário de um consultor: a consultoria sem segredos. Atlas, 2013.

CROCCO, Luciano; GUTTMANN, Erik. Consultoria empresarial. 2. ed. Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de consultoria empresarial: conceitos, metodologia e práticas. 13. ed. Atlas, 2015.

Bibliografia Complementar

BERTI, Anélio. Consultoria e diagnóstico empresarial: teoria e prática. 2. ed. Juruá, 2012.

BLOCK, Peter. Consultoria infalível: um guia prático, inspirador e estratégico. 3. ed. M. Books, 2012.

CONCISTRÈ, Luiz Antonio. Consultoria: uma opção de vida e carreira. Elsevier, 2012.

MOCSÁNY, Dino. SITA, Mauricio. Consultoria empresarial: métodos e cases dos campeões. Ser Mais, 2013.

WEISS, Alan. Consultor de ouro: guia profissional para a construção de uma carreira. Bookman, 2012.

DISCIPLINA: JOGOS EMPRESARIAIS

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Desenvolvimento de comportamentos gerenciais por meio de jogos empresariais que simulem situações no ambiente competitivo das empresas, a partir de software para processamento do jogo.

Bibliografia básica

CAPRON, H.L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

ALCALDE LANCHARRO, Eduardo; GARCIA LOPEZ, Miguel; PENUELAS FERNANDEZ, Salvador. Informática básica. São Paulo: Makron Books, 2004.

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. Gestão de custos e formação de preços: com aplicações na calculadora HP 12C e Excel. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HONG, Yuh Ching. Gestão de estoques na cadeia de logística integrada: supply chain . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de; MARION, José Carlos. Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIANA, João José. Administração de materiais: um enfoque prático . São Paulo: Atlas, 2000.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DE VENDAS

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Administração de Vendas. Planejamento estratégico de Vendas. Formação e Gestão de equipes de Vendas – a força de vendas. A atividade de Vendas – competências e mercado de trabalho. Promoção de Vendas. Marketing e ações de merchandising. Estudo de Produtos e Serviços em Vendas.

Bibliografia básica

CASTRO, Luciano Thomé e; NEVES, Marcos Fava. Administração de vendas: planejamento, estratégia e gestão. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 238

KOTLER, Phillip, ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2008

KOTLER, Phillip. KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing: a bíblia do marketing. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

Bibliografia Complementar

ALLARCON, Maurício. Além das gôndolas: como atua o promotor de vendas no supermercado. Brasília: SENAC, 2012.

GOBE, Antônio Carlos. Administração de Vendas. São Paulo: Saraiva, 2007.

KOTLER, Philip. Marketing 3.0: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Administração de Vendas. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Administração estratégica na prática: a competitividade para administrar o futuro das empresas. Editora Atlas.

DISCIPLINA: DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Mercado de trabalho. Planejamento de Carreira. Marketing Pessoal. Habilidades e Competências para a Empregabilidade. Comunicação e Oratória; Liderança. Assertividade.

Bibliografia básica

ARGENTI, Paul A. Comunicação empresarial: a construção da identidade, imagem e reputação. [2. ed.]. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2011.

KOTLER, Phillip. KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing: a bíblia do marketing. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A. Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

Bibliografia Complementar

CHALITA, G; CERBASI, G; GEHRINGER, M et al. SANTOS, Hugo (org). Da graduação para o mercado de trabalho: caminhos para o sucesso. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Estácio de Sá, 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. *Carreira e Competência: Gerenciando seu maior capital*. São Paulo: Saraiva, 2010.

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. Rio de Janeiro: 2001.

DIAS, Maria S. L. e SOARES, Dulce H.P. *Planejamento de Carreira: uma orientação para estudantes universitários*. São Paulo: Vetor, 2009.

TRIGO, Roberta. *Marketing Pessoal e Administração de Carreira*. Bauru – SP: Canal 6 Editora, 2010.

DISCIPLINA: DIVERSIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Introdução à diversidade nas organizações. Diversidade e diferença. Diversidade social e cultural. Diversidade regional. Crença. Gênero e sexualidade. Raça e etnia. Pessoas com necessidades especiais. Poder. Movimentos sociais. Políticas públicas e direitos humanos. Inclusão social.

Bibliografia básica

CHANLAT, Jean-François. **O Indivíduo na organização: dimensões esquecidas**, volume I, São Paulo: Atlas, 1996.

EL, E.; VERGARA, S. C. (Org.). **Gestão com pessoas e subjetividade**. São Paulo: Atlas, 2007.

FREITAS, M.; DANTAS, M. (Org.). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Bibliografia Complementar

CLEGG, Stewart, HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs.) **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. Vol. 1

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FERREIRA, J. **A exclusão da diferença**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1994.

HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

PICAZIO, C. **Sexo secreto**: temas polêmicos da sexualidade. São Paulo: Summus, 1998.

DISCIPLINA: DIREITO DO CONSUMIDOR

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Direito do Consumidor: noções introdutórias e conceitos básicos. Direitos básicos do consumidor. Responsabilidade civil pelo fato do produto. Responsabilidade civil por vício do produto e do serviço. Decadência e prescrição na relação de consumo. Desconsideração da personalidade jurídica e sua consequência em face do Direito do Consumidor. Código de Defesa do Consumidor e direitos coletivos. Proteção contratual: cláusulas abusivas; contrato de adesão. Sistema nacional de defesa do consumidor. A Defesa do Consumidor em Juízo.

Bibliografia básica

BENJAMIN, Antonio-Herman Vasconcellos et al. Manual de Direito do Consumidor. 3ª ed. São Paulo: RT, 2010.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. Direito do consumidor: Código comentado e jurisprudência. 7ª ed. São Paulo: Impetus, 2011.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Direitos do Consumidor. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Bibliografia Complementar

BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Manual de direito do consumidor. 6ª ed. Salvador, Juspodium, 2011.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: Comentado pelos Autores do Anteprojeto. Vol. 1. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: Comentado pelos Autores do Anteprojeto. Vol. 2. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais. 6ª ed. São Paulo: RT, 2011.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. Curso de Direito do Consumidor. 2. ed. rev., modif. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005. TEPEDINO, Gustavo. Temas de direito civil. São Paulo: Renovar, 2008.

DISCIPLINA: GESTÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Fundamentos e conceitos sobre a Gestão Participativa. Economia Solidária. Associativismo. Cooperativismo. Terceiro setor. Poder. Trabalho. Participação social. Movimentos sociais. Desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável.

Bibliografia básica

FARIA, J. H. Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.

BORDENAVE, J. E. D. O que é participação. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BARBOSA, N. C. B. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de trabalho e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

FARIA, José Henrique (org.). Análise crítica das teorias e práticas organizacionais. São Paulo: Atlas, 2007.

TENORIO, F. (org). Gestão de ONG's. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

DISCIPLINA: Arte e Cultura Brasileira

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Aspectos caracterizadores da formação cultural brasileira: história e memória dos povos afro-brasileiros e indígenas. As diversidades culturais delineadas através das singularidades nas línguas, nas religiões, nos símbolos, nas artes e nas literaturas. O legado dos povos Quilombolas e Guarani. Povos indígenas e afrodescendentes na atualidade: problemas e perspectivas.

Bibliografia básica

BELLUCCI, Beluce. Introdução à história da África e da cultura afro-brasileira. Rio de Janeiro: UCAM/Centro Cultural Banco do Brasil, 2003.

KABENGELE, Munanga. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, cultura e civilizações. São Paulo: Global, 2009.

LOPES, Nei. História e cultura africana e afro-brasileira. São Paulo: Balsa Planeta, 2008. 144 p.

LUCIANO, Gersem dos Santos. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

Bibliografia Complementar

CARIBÉ, Antônio Júlio Lopes. Guia turístico afro-cultural da região meio norte: Maranhão/Piauí. Teresina: S.E., 2009. 370 p.

GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC-SECAD/SEPPPIR/INEP, 2005.

DISCIPLINA: Espanhol

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Apresentação do idioma espanhol no âmbito da administração e do mundo. Conhecimento básico da estrutura linguística espanhola abordando a ortografia e algumas regras gramaticais. Vocabulário básico com expressões cotidianas formais e informais. Exploração oral e escrita de diálogos em situações comunicativas que envolvam o campo semântico da

administração. Compreensão e interpretação de textos levando em consideração os aspectos culturais e interculturais da língua espanhola.

Bibliografia Básica

COIMBRA, Ludimila; CHAVES, Luíza Santana; BARCIA, Pedro Luis. Cercanía Joven. São Paulo: edições SM, 2013.

DÍAZ, Miguel; TALAVERA, García. Dicionário Santillana para estudantes. São Paulo: Santillana. 4ª Ed.

ELIAS, Neide et al. Enlaces - Español para Jóvenes Brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2007. vol. único.

Bibliografia Complementar

FERNÁNDEZ, Gretel Eres; FLAVIAN, Eugenia. Minidicionário Espanhol-Português/Português-Espanhol. São Paulo, Saraiva, 2008.

JACOBI, Cláudia; MELONI, Henrique; MENÓN, Lorena. Clave- Español para el mundo 1 A. São Paulo: Santillana.

MARTÍN, Ivan Rodrigues. Espanhol série Brasil. São Paulo, Ática, 2008.

MILANI, Esther Maria. Gramática de Espanhol para Brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2006.

PICANÇO, Deise Cristina de Lima; VILLALBA, Terumi Koto Bonnet. El arte de leer español. Curitiba: Base editorial, 2006. Vol único.

DISCIPLINA: INGLÊS INSTRUMENTAL

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Desenvolver a prática de leitura em Língua Inglesa através da aplicação de estratégias específicas e do estudo de estruturas básicas com ênfase na leitura e compreensão de textos que oportunizem a aprendizagem e uso de termos básicos direcionados às atividades do profissional em Administração.

Bibliografia básica

MUNHOZ, Rosangela. Inglês Instrumental – Estratégias de Leitura I. São Paulo: Texto Novo, 2002.

OLIVEIRA, Nádia Alves de. Para ler em inglês - desenvolvimento da habilidade de leitura. Belo Horizonte: N. O. S. Tec. Educ. Ltda, 2000.

SOUZA, Adriana Grade Fiori. Leitura Em Língua Inglesa - Uma Abordagem Instrumental. Ed. 2ª. São Paulo: Disla, 2010.

Bibliografia Complementar

Dicionário Oxford Escolar para Estudantes Brasileiros de Inglês (Português-Inglês/Inglês-Português). Belo Horizonte: Oxford do Brasil, 2009.

Dicionário de termos de negócios: Inglês. Bloombury, Ed. Publifolha, 2005.

COSTA, Francisco. Inglês para Administração - Um Guia Prático com Vocabulário e Expressões. Rio de Janeiro: Campus Editora, 2009.

GRELLET, Françoise. Developing reading Skills, Cambridge University Press, 1994.

MAUAD, Sérgio Augusto. Núcleo Básico: key to english. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2011.

DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

Introdução à LIBRAS. Alfabeto Manual. Vocabulário Básico. Estrutura gramatical básica. Princípios linguísticos pertinentes à LIBRAS. Expressão facial. Expressão corporal. Compreensão de pequenos diálogos e narrativas breves. Legislação. Pesquisa da cultura surda. Conservação em LIBRAS. Introdução à escrita de LIBRAS. Literatura surda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA :

CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza Silva de. **Comunicação por Língua Brasileira de Sinais**. 3.ed. Brasília: Senac-DF, 2005.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?** São Paulo: Parábola: 2009.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes E. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: Desenvolvendo a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR :

ALMEIDA, Elisabeth de; DUARTE, Patrícia Moreira. **Atividades Ilustradas em Sinais das LIBRAS**. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

FALCÃO, Luiz Albérico. Surdez, **Cognição Visual e Libras: estabelecendo novos diálogos**. 2. Ed. Recife, 2011.

FERREIRA, Lucinda. **Por uma Gramática de Línguas de Sinais**. 1. Ed. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2010.

LIRA, Guilherme de Azambuja; SOUZA, Tanya Amara Felipe de. **Dicionário da língua brasileira de sinais: LIBRAS**. INES, 2008.

SLOMSKI, Vilma Geni. **Educação Bilíngüe para Surdos: Concepções e Implicações práticas**. 1. Ed. Curitiba: Juruá, 2011.